



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE DIREITO (FD)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO AGRÁRIO (PPGDA)

KAROLINA DADÚ NUNES

**DESIGUALDADE SOCIAL NO CAMPO: A NECROPOLÍTICA
A SERVIÇO DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

GOIÂNIA

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE DIREITO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

KAROLINA DADÚ NUNES

3. Título do trabalho

**DESIGUALDADE SOCIAL NO CAMPO: A NECROPOLÍTICA A SERVIÇO DO
CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Helga Maria Martins De Paula**, **Professora do Magistério Superior**, em 23/10/2024, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karolina Dadú Nunes**, **Discente**, em 25/11/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4922303** e o código CRC **8955FAFE**.

KAROLINA DADÚ NUNES

DESIGUALDADE SOCIAL NO CAMPO: A NECROPOLÍTICA A SERVIÇO DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário (PPGDA), da Faculdade de Direito (FD), da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Direito Agrário.

Área de concentração: Direito Agrário.

Linha de Pesquisa: Direito Agroalimentar, Territorialidades, Subjetividades Constitucionais e Convencionais e Proteção Jurídica.

Orientadora: Prof.^a Doutora Helga Maria Martins de Paula.

GOIÂNIA

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nunes, Karolina Dadú
DESIGUALDADE SOCIAL NO CAMPO [manuscrito] : A
NECROPOLÍTICA A SERVIÇO DO CAPITALISMO DEPENDENTE
BRASILEIRO / Karolina Dadú Nunes. - 2023.
128 f.

Orientador: Prof. Dr. Helga Maria Martins de Paula.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Direito (FD), Programa de Pós-Graduação em Direito
Agrário, Goiânia, 2023.

Bibliografia.
Inclui siglas.

1. Direito Agrário. 2. Necropolítica. 3. Capitalismo Dependente. 4.
Desigualdade Social. I. Paula, Helga Maria Martins de, orient. II. Título.

CDU 349.42



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE DIREITO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 11 da sessão de Defesa de Dissertação de KAROLINA DADÚ NUNES que confere o título de Mestre(a) em **Direito Agrário** na área de concentração em **Direito Agrário**.

Ao/s trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, a partir da(s) 09:00 hs por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**DESIGUALDADE SOCIAL NO CAMPO: A NECROPOLÍTICA A SERVIÇO DO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**”. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), **Profa. Dra. Helga Maria Martins de Paula(PPGDA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: **Profa. Dra. Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega(PPGDA)**, membro titular interno; **Prof. Dr. Hugo Luis Pena Ferreira(UFJ)**, membro titular externo. Durante a argüição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do **trabalho**. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) **Profa. Dra. Helga Maria Martins de Paula**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Helga Maria Martins De Paula**, **Professora do Magistério Superior**, em 13/08/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hugo Luís Pena Ferreira**, **Usuário Externo**, em 15/02/2024, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega**, **Professora do Magistério Superior**, em 23/02/2024, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3850574** e o código CRC **2E0F83C0**.

*Às mãos que trabalham a terra com
carinho e respeito, seus frutos lhes
pertencem; não deixemos de lutar por eles,
mesmo custando sangue.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, ao meu pai Sinval que, como homem do campo, me mostrou o amor e o respeito pela natureza, pela terra e seu tempo e pelos animais, que ainda hoje sofre por não ter seu pedaço de terra para cultivar. Agradeço a minha mãe Isabel Cristina, por demonstrar seu apoio em todos os momentos, por me ensinar a ser uma mulher guerreira e me mostrar o encanto do ato de estudar; e a minha irmã Isadora, pelo incentivo e pelo companheirismo de uma verdadeira relação de irmandade, todos os seus sonhos ainda vão se realizar.

Agradeço também aos amigos com quem dividi morada em Goiânia durante todo esse tempo, primeiro a Jordana, minha mais antiga companheira de casa, ter sua amizade e apoio em toda essa aventura da vida adulta é um conforto; ao Walisson, por todas as risadas e os abraços, a casa é mais acolhedora com sua animação e a Vó, ou Talles, por escutar meus devaneios e garantir que eu me alimentasse com seu dom especial na cozinha, sua Alexa ainda é fonte de muita alegria e barulho.

Aos demais amigos, que trouxe em sua maioria da graduação em Jataí, estando longe da família são importantes apoios, a Marcela e ao Fellipe por todas as chamadas de vídeo e pelo carinho nos momentos difíceis, a Catharina, Moisés, Mariana e Reinaldo, suas visitas e seu incentivo foram muito importantes em cada passo. Aos amigos que não estão mais tão próximos fisicamente, mas continuam sendo impactantes para meus passos, Lucas, Rejane, Leonardo e todos dos grupos *Agregadx do K7* e *Grupo de Oração*, além da Abigail e Eric, desde Mineiros acompanhando minha história, muito obrigada a todos vocês, por me fazerem me sentir especial e amada.

Agradeço também aos professores que me auxiliaram em todas as matérias, enriquecendo meus conhecimentos e propondo importantes avanços no debate, em especial aos Professores André Arruda, Carolina Ferreira e Carla Benitez, que continuam sendo uma fonte de inspiração e motivação desde a graduação. E, claro, a minha orientadora, professora Helga, um grande exemplo de mulher e de profissional, nossos encontros me ajudaram tanto como pesquisadora quanto como pessoa; esse tempo sempre será lembrado por mim com muito carinho.

Agradeço também à FAPEG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Goiás), que me agraciou com a bolsa durante todo esse caminho do mestrado, incentivo determinante para que

eu conseguisse cumprir com minhas obrigações. Apesar das dificuldades que esse país enfrenta para levar adiante uma educação de qualidade em todos os níveis, instituições como essa são determinantes para o sucesso alcançado, que a luta para o aumento e o reconhecimento dessas oportunidades não esmoreça e que alcance cada vez mais estudantes.

Finalizo agradecendo a todos que, apesar de não estarem nominalmente citados, foram pessoas impactantes para a realização desse trabalho. Construir uma vida acadêmica não é tarefa fácil, os desafios e as dificuldades desse caminho são por vezes agoniantes, surgem de vários locais, mas sou grata por conseguir levar esse sonho adiante, a educação é realmente ferramenta de transformação e me alegro em percebê-la em mim ao final dessa etapa.

RESUMO

Esse trabalho busca analisar as interações entre a teoria do capitalismo dependente Latino-Americano e da necropolítica no contexto agrário brasileiro. Partindo de uma análise das duas teorias, procuramos primeiro estabelecer como se deu o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir das análises do capitalismo dependente, desnudando como o movimento do capitalismo mundial influenciou a estrutura produtiva brasileira, principalmente na modalidade agrária, e os reflexos que essa conjuntura apresenta no funcionamento do Estado. Após essas considerações, partimos para a análise da teoria da necropolítica e da biopolítica e sua aplicação pelo Estado, observando o histórico autoritário e racista da história da nação brasileira para com alguns grupos específicos, em especial aqueles que compõem o ambiente rural do país. Para realizar esses estudos, aplicamos a metodologia da revisão bibliográfica e do materialismo histórico-dialético, pois para a compreensão da influência do capitalismo dependente na atuação do Estado para com os conflitos agrários, durante a história brasileira e na atualidade, fez-se necessária a observação do papel desempenhado pelos grupos que compõem o campo através do viés da luta de classes e da formação social do território. A última parte do trabalho busca abarcar os grupos em conflito no campo, tanto aqueles que constituem o agronegócio como as comunidades tradicionais e trabalhadores e a relação que o Estado possui com esses, reconhecendo a necropolítica aplicada aos últimos. Conclui-se, portanto, no presente trabalho que, apesar das características jurídicas universais do Estado como protetor de ambos os grupos, as comunidades tradicionais e os trabalhadores são alvo da necropolítica que os expõe à violência e a condições degradantes de existência.

Palavras-chave: Direito Agrário; Necropolítica; Capitalismo Dependente; Desigualdade Social.

ABSTRACT

This work seeks to analyze interactions between the theory of Latin American dependent capitalism and necropolitics in Brazilian agrarian context. Starting from an analysis of the two theories, we first try to establish how development of capitalism in Brazil took place, from the analyzes of dependent capitalism, revealing how movement of world capitalism influenced the Brazilian productive structure, mainly in agrarian modality, and the reflexes this conjuncture presents in the functioning of the State. After these considerations, we set out to analyze the theory of necropolitics and biopolitics and their application by the State, observing authoritarian and racist history of Brazilian nation's history towards some specific groups, especially those that make up the country's rural environment. In order to carry out these studies, we applied the methodology of bibliographical review and historical-dialectical materialism, because in order to understand the influence of dependent capitalism on State's action in relation to agrarian conflicts, during Brazilian history and today, it was necessary to observe the role played by groups that make up the field through bias of class struggle and the social formation of the territory. The last part of the work seeks to encompass groups in conflict in countryside, both those that make up agribusiness and traditional communities and workers and relationship that the State has with them, recognizing necropolitics applied to the latter. It is concluded, therefore, in this work that despite universal legal characteristics of the State as protector of both groups, traditional communities and workers are the target of necropolitics that expose them to violence and degrading conditions of existence.

Keywords: Agrarian Law; Necropolitics; Dependent Capitalism; Social inequality.

LISTA DE SIGLAS

- ABRASCO** Associação Brasileira de Saúde Coletiva
- AGU** Advocacia Geral da União
- BNDS** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEPAL** Comissão Econômica para a América Latina
- CESO** Centro de Estudos Socioeconômicos
- CIMI** Conselho Indigenista Missionário
- CONAB** Companhia Nacional de Desenvolvimento
- CONTAG** Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT** Comissão Pastoral da Terra
- DIEESE** Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
- EPI** Equipamentos de Proteção Individual
- FUNAI** Fundação Nacional do Índio
- IBAMA** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis
- INCRA** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- MST** Movimento Sem Terra
- MTP** Ministério Público do Trabalho
- PAA** Programa Aquisição de Alimentos
- PF** Polícia Federal
- PNAE** Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PT** Partido dos Trabalhadores
- STF** Supremo Tribunal Federal
- SUNAB** Superintendência Nacional de Abastecimento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. CAPITALISMO DEPENDENTE E ESTADO BRASILEIRO	20
2.1 A formação do Estado brasileiro e o componente camponês: primórdios dos debates que nos acompanham	22
2.2 Bases do Capitalismo Dependente: teoria, prática política e contexto histórico.....	31
2.3 Capitalismo Dependente brasileiro e desenvolvimento agrário: a produção agrária brasileira e a lógica capitalista.....	44
2.4 Agronegócio e agricultura familiar: definições e o debate atual.....	51
2.5 Desdobramentos políticos e relação econômica dos setores	60
3. A NECROPOLÍTICA E O CAMPO: O SANGUE QUE ESCORRE PELA TERRA	65
3.1 Necropolítica e biopolítica: conceitos e debates fundamentais.....	68
3.2 Necropolítica no Estado Brasileiro: vários corpos caídos no chão	76
3.3 A terra que verte sangue: necropolítica presente no cotidiano rural	87
4. CAPITALISMO E NECROPOLÍTICA.....	96
4.1 Aproximações teóricas: capitalismo dependente e necropolítica como atores conjuntos no cenário mundial.....	98
4.2 Ação e reação: a utilidade da necropolítica para o capitalismo dependente dentro do campo.....	108
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	121

1. INTRODUÇÃO

A noção de direitos básicos para a existência digna dos seres humanos tem um histórico longo, envolvendo muitas lutas e revoluções até chegar aos contornos que assume hoje em cada Estado nacional. A discussão acerca do que é necessário para a existência digna e qual o papel do Estado e da sociedade para garanti-los a todos os indivíduos é extremamente vasta e se modifica com a mesma velocidade com que a sociedade se transforma.

Essa velocidade não é acompanhada da transformação do aspecto jurídico ou da implementação de políticas públicas para efetivação dos direitos, o que gera e assevera atritos sociais. A forma escolhida para a organização do Estado parte da ideia de que ele deve atuar como um ente regulador da sociedade, sobre o qual recai a responsabilidade de garantir a todos aqueles sobre seu domínio soberano a dignidade.

Apesar dessa imagem ideal formulada pelas teorias contratualistas, a realidade é que os Estados são espaços de extrema disputa social, o que é normal dentro de um ambiente que se propõe democrático, o problema se concentra em alguns grupos políticos e econômicos que possuem vantagens e privilégios, e lutam para mantê-los.

É característico de nossas sociedades ocidentais que a linguagem do poder seja o direito e não a magia ou a religião etc. (FOUCAULT, 2012, p.373). Dentro do Estado Democrático de Direito, a garantia da dignidade humana é uma função imprescindível vinculada juridicamente à Constituição, a ser levada a cabo pelo governo, e, para gerar essa efetividade, as políticas públicas precisam ser criadas e implementadas com uma observação aguda das melhores táticas para atingir diferentes necessidades em diferentes locais, o que se torna compreensível em um país continental como o Brasil.

No entanto, como já insinuamos acima, o Estado é bastante falho nessa missão, estando em dificuldades maiores ou menores ao longo do tempo para garantir condições básicas de vida não apenas à população urbana, como também à população rural, criando em suas interações com outros atores sociais fenômenos como racismo ambiental, exclusão social, aumento da pobreza e até morte.

Este aparelho judiciário teve efeitos ideológicos específicos sobre cada uma das classes dominadas. Há em particular uma ideologia do proletariado que se tornou permeável a um certo número de ideias burguesas sobre o justo e o injusto, o roubo, a propriedade, o crime, o criminoso. (FOUCAULT, 2012, p.113)

É importante ressaltar que o que acontece no ambiente agrário brasileiro tem impactos diretos no funcionamento de toda a estrutura social. A formação sociocultural brasileira tem uma ligação profunda com o desenvolvimento do espaço rural já que ele tem grande importância econômica para o país e abrigou boa parte da população. Nesse sentido, a forma como o povo brasileiro lida com a terra e a produção advinda dela é determinante no formato das relações sociais e também da luta de classes.

A história agrária brasileira não esconde essa tendência. Desde a chegada dos portugueses, uma lógica de grandes propriedades de terra foi instaurada, e, sem nunca realizar uma verdadeira reforma agrária, o Brasil passou por diversas fases de desenvolvimento do capitalismo atendendo a uma lógica internacional de exploração do campo que deságua atualmente em uma presença de grandes latifúndios produtores de monoculturas para exportação e um desrespeito ao meio ambiente que integra o complexo agroindustrial.

Os pequenos produtores rurais nesse contexto, principalmente da agricultura familiar, que ainda conseguem se manter no campo, estão reféns de uma dependência financeira para custear sua subsistência e sua produção. Esse domínio também atinge os produtos que conseguem consumir e afeta sua forma de produção, sendo que a resistência a esse fenômeno ocorre de modos muito variados, mas sempre com a tentativa de manter a comunidade unida e produtiva.

(...) os impérios agroalimentares impulsionam e reproduzem a agricultura capitalista se beneficiando com ela. Os agricultores familiares intensificam sua dependência em relação aos mercados de crédito, insumos e produção de commodities e com isto são cada vez mais restritas as suas possibilidades de reprodução social. (WEISHEIMER, 2013, p.73)

Foucault (1979) e, mais recentemente, Mbembe (2018) se concentraram em realizar análises sobre as formas de controle social que as instituições exercem sobre a população, a noção de biopoder e biopolítica lançam as bases para um estudo de como a vida e a morte humana podem ser contabilizadas e administradas pelos atores sociais principalmente envolvidos com as formas governamentais. No cerne desse estudo está a maneira como a vida pode ser classificada e banalizada, contando com o racismo como o principal elemento para tornar a vida humana descartável, além dos grupos mencionados, que se contrapõem à estrutura de produção do capitalismo no campo são alvo desse controle.

A omissão e a permissividade do poder público em relação aos problemas socioambientais é uma demonstração da biopolítica em sua faceta excludente e discriminante. Nas balanças do soberano, com as tomadas de decisões, algumas vidas pesam mais que outras. A vida de determinadas pessoas – subcidadãos – têm menor relevância do que a vida de outras – cidadãos e sobrecidadãos. (ABREU, 2013, P.97)

Após entender o modo como a morte pode ser naturalizada e distribuída conforme as necessidades de um grupo dominante, Mbembe (2018) traz em sua obra a noção do Estado como esse agente distribuidor de morte segundo os ditames do racismo, compreendendo que a morte não é apenas aquela “morte matada”, mas também o artifício de se deixar morrer. Fica evidente que há várias formas de se distribuir a morte e que o Estado domina a maioria delas.

Para proteger a liberdade individual, a igualdade formal e a propriedade privada o Estado terá que manter a unidade em uma sociedade estruturalmente individualista e atomizada, que tende á inúmeros conflitos, e ao mesmo tempo, a fim de não comprometer o imaginário da igualdade de todos perante a lei, “aparecer” como um poder “impessoal” e “imparcial” e acima dos conflitos individuais. O papel do Estado no capitalismo é essencial: a manutenção da ordem – garantia da liberdade e da igualdade formais e proteção da propriedade privada e do cumprimento dos contratos – e a “internalização das múltiplas contradições”, seja pela coação física, seja por meio da produção de discursos ideológicos justificadores da dominação. (ALMEIDA, 2020, p.93)

Encarando que alguns grupos podem ser alvos dessa Necropolítica, fica evidente que o racismo tem papel determinante nessa realidade. Vale, portanto, ressaltar que racismo aqui vai além do preconceito entre raças, mas atinge também outros níveis, incluindo o preconceito por classes sociais. “O racismo ambiental extrapola as questões meramente raciais e étnicas, abarcando as injustiças, os preconceitos e a desigualdade, que afligem populações e grupos vulneráveis” (ABREU, 2013, p.89). É nesse último tipo que se concentrará a observação de como no meio rural o racismo está presente, causando em grupos economicamente vulneráveis uma exposição maior à morte e a condições de vida precárias, somada ao domínio econômico que essas populações enfrentam, ou seja, as alternativas de insurgência ficam escassas.

(...) Atualmente, na América Latina, a maior parte dos pobres rurais é constituída pelos pequenos produtores familiares, trabalhadores rurais sem-terra, remanescentes de comunidades tradicionais como quilombos e indígenas, jovens desempregados ou trabalhadores temporários e por unidades familiares chefiadas por mulheres. (WEISHEIMER, 2013, p. 57-58)

Essa junção entre exposição à morte, condição de vida precária e domínio econômico do capitalismo sobre as populações com estruturas agrárias mais tradicionais não é uma mera

coincidência e atende à necessidade dos grupos mais elitizados que se beneficiam diretamente das condições de vida e de morte desses seres humanos. Esse conflito está presente desde a formação do país, até porque a chegada dos portugueses ao Brasil trouxe a essas terras uma história de genocídio indígena e escravidão negra que não foi totalmente apagada e que foi motivada pela busca de ganhos econômicos. Essa busca não se alterou muito ao longo dos anos, mas as formas de consegui-la e de usar a população mais vulnerável para isso foi sutilmente se adaptando aos novos tempos.

Neste panorama de biopoder e de biopolítica é que o racismo toma novos contornos, inclusive com o racismo ambiental. O racismo deixa de ter apenas impacto racial estendendo-se a preconceitos e injustiças ocorridos com grupos vulneráveis, sejam histórica, econômica, social ou ambientalmente desprotegidos. (ABREU, 2013, p.90)

O fator econômico é definitivamente decisivo para o controle social, a teoria de Marx sobre a forma capitalista e a sua relação com as classes sociais e suas lutas revelam mais sobre como grupos sociais privilegiados ao longo da história atuam para garantir que sua posição no status quo se mantenha, manipulando os braços do Estado para isso.

Apesar dos estudos abundantes sobre essas formas de controle no meio urbano e acerca de populações minoritárias, um olhar mais específico sobre a população rural, principalmente em um recorte de classe se faz necessário em nossa região, onde o capitalismo e o campo guardam particularidades de desenvolvimento histórico que torna a região latino-americana especialmente propensa a uma realização de necropolíticas a serviço do capital mundial.

A forma como a população rural de baixa renda está exposta à morte, ao adoecimento e à falta de acesso à educação não indica apenas uma incapacidade do Estado de cumprir suas obrigações de fiscalização e garantia da dignidade humana, a exploração dos corpos e das mentes da maneira mais cruel possível no campo brasileiro tem uma história longa e sangrenta que parece muito longe de se alterar, principalmente porque é benéfica para a elite burguesa.

Nessa configuração que o campo possui hoje, principalmente na América Latina, e levando-se em conta a forma que o capitalismo ganhou em toda a região e no Brasil, a agricultura familiar concentra as variantes necessárias para afirmar um racismo ambiental voltado para ela e uma omissão do Estado que coloca boa parte da população camponesa brasileira em risco e em uma situação desumana.

Dessa forma, o que foi desenhado até o momento demonstra a falta de efetividade de direitos fundamentais, mas não apenas para isso, mais a fundo temos a presença de uma crise do Estado Democrático de Direito que permite a naturalização de mortes e que abre espaço para um poder soberano das determinantes que estruturam a sociabilidade capitalista ditar a relevância de vidas humanas, tudo isso conectado a um racismo sobre populações vulneráveis que levam a sua categorização como não-cidadão passíveis dessa morte ou dessa existência indigna.

A relação entre vida natural e política se estabelece com a inclusão da vida nua (vida matável e insacrável do homo sacer) como motivadora das tomadas de decisões dos Estados modernos, mesmo que no sentido da exclusão e do menosprezo, como foi no nazismo e ainda o é hodiernamente, como o racismo, por exemplo. (ABREU, 2013, p.93)

A vida de seres humanos sendo reduzida a números e tratada como descartável pelo próprio ente estatal não é ignorada nesse estudo, as formas como estão construídas essa prática podem ser compreendidas e desarticuladas e é necessário que se faça a denúncia. Historicamente, o capitalismo se fez presente nessas terras, causando massacres e expropriando riquezas, então, denunciar as formas como ele se sofisticou para continuar realizando essas tarefas no presente é atividade urgente para aqueles que se lançam às investigações teóricas e acadêmicas.

Esses três pontos, o racismo ambiental, a necropolítica e o capitalismo dependente brasileiro, que tem profunda relação com o ambiente rural, estão intrinsecamente relacionados de formas muito diferentes e complexas. A busca nesse momento é por verificar as formas como esses três pontos se relacionam para dar a essas populações informação das táticas para que haja possibilidade de resistência. O foco fica na omissão Estatal para conceder garantias fundamentais à população rural como uma estratégia de administrar vida e morte sobre essa população para a permanência de privilégios capitalistas na ordem local e mundial.

Para realizar tarefa tão árdua, foi necessária uma análise profunda de teorias que, apesar de diferentes, não são ao todo conflitantes e que se comunicam ao observar as formas de controle social e suas origens, sendo imprescindível compreender aqui a fórmula do capitalismo dependente brasileiro, as noções de Foucault de biopoder e biopolítica, a compreensão de necropolítica e o estudo do racismo ambiental e das teorias de Quijano acerca da Colonialidade

do poder, saber e ser, destacando nesse caso as influências na forma da realidade política e social do objeto no presente.

A realidade camponesa brasileira é marcada pela exploração capitalista, uma exploração que não está restrita apenas à predação ambiental dos ecossistemas do país, uma exploração que por si só já demonstra a falta de respeito e de preocupação com a biodiversidade e o equilíbrio ecológico, mas essa exploração ambiental também se estende às populações humanas que vivem e trabalham para esse sistema ou próximo dele, sendo invariavelmente influenciadas.

Olhar esse cenário como um todo revela a presença de vários atores sociais que contribuem para a permanência dessa deficiência de autonomia das populações vulneráveis no campo, uma luta histórica que ainda não conquistou uma verdadeira reforma agrária e que, ano a ano, projeto a projeto, aprofunda a desigualdade social e conseqüentemente a vida extenuante do trabalhador rural, seja ele empregado ou agricultor familiar. E, no centro desse cenário, apesar de também ser um espaço disputado para a resistência à exploração, temos o Estado como produtor e reproduzidor da desigualdade.

Portanto, levar-se-á em consideração a atitude geral do Estado baseado em seu histórico de interferência nos problemas do campo, insinuando-se que haverá uma variação entre omissão e estabelecimento de programas que resultam no fortalecimento da exploração capitalista agrária. Tal comportamento do Estado não pode ser lido como mera incapacidade de gestão, mas, sim, como um projeto bem estruturado com objetivos claros que levam em conta a vida da população rural, mas que a encara como descartável.

O nosso território foi tornado “Brasil” não como um projeto de nação, mas sim como um projeto mercantil que deveria cumprir uma promessa de imensa lucratividade. Se, no decorrer do processo histórico, forjam-nos enquanto povo, isso ocorre, de acordo com palavras de Darcy Ribeiro (1978, p.19) “como uma espécie de subproduto indesejado e surpreendente de um empreendimento colonial, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café e, sobretudo, gerar lucros exploráveis”. (BENITEZ, 2018, p.89 apud RIBEIRO, 1978, p.19)

Essa é a hipótese a ser compreendida, a vida das populações vulneráveis do campo como descartáveis conforme as necessidades de exploração capitalista dependente e agroexportadora que são colocadas em risco e manipuladas pelo Estado para atender as demandas desse sistema. A dignidade humana e a igualdade se equilibram na corda bamba das relações de poder frente ao estado de exceção que se naturaliza (ABREU, 2013, p.89).

Ações e omissões que vão além da interferência nos espaços de disputa mais óbvios como as lides jurídicas por posse e propriedade da terra, mas que atinge a população que, sendo trabalhador ou pequeno produtor, é alvo de uma mitigação de direitos básicos e fundamentais, e que sofre com a exclusão escamoteada por projetos de incentivo que no final aprofundam uma relação de dependência e subserviência à grande indústria agropecuária.

Ou seja, será possível afirmar que o formato de capitalismo dependente brasileiro que necessita da produção rural em larga escala para sustentar seu formato usa da população rural de baixa renda como produtora controlada socialmente com uma vida extenuante e perigosa para se manter? E a realidade dura do campo é perpetuada pela máquina de governo para continuar o sistema em pleno funcionamento?

Pelo que se infere até agora, a resposta será positiva a esses questionamentos, a estrutura econômica e social do país para o ambiente agrário foi formada pensando em atender às demandas da elite agrária e esse ainda é um objetivo que impacta no Estado e na sua gestão dos conflitos agrários e das demandas dos trabalhadores rurais, nas palavras de Ianni:

Com as modificações havidas na economia e sociedade agrária, desenvolveram-se não apenas as relações de produção e as classes sociais. Também se generalizaram e aprofundaram-se os antagonismos sociais. Simultaneamente, e por isso mesmo, tornou-se conveniente, para a empresa, o empresariado, a reprodução do capital, que o governo estabelecesse limites à atividade política dos assalariados, em conjunto e em sus principais setores. Não interessava à empresa que as relações de produção ficassem totalmente ao acaso das forças políticas em jogo. Mesmo porque o sindicato rural e as ligas camponesas, ou outras organizações de trabalhadores do campo, estavam fazendo propostas e encaminhando soluções que pouco convinham aos interesses da empresa e do conjunto da burguesia agrária. Esse foi o contexto no qual desenvolveu-se uma formalização mais “burocrática” das relações de produção na agricultura brasileira. (IANNI, 2004, p.240)

Apresentamos, portanto, como objetivo geral compreender como a morte e as condições de vida extenuantes atingem as populações rurais pobres e marginalizadas sem que o Estado se mobilize para reestruturar essa realidade, além de entender como essa omissão pode ser uma estratégia para dominação capital e social da população do campo.

Especificamente, procuramos a compreensão sobre as condições de existência da população rural mais vulnerável, aqui entendida como população pobre, que pode ou não também fazer parte dos povos originários do Brasil e entender os problemas de acesso aos direitos básicos dessa população com foco nos direitos a saúde, educação e segurança.

Procura-se, ainda, visualizar se esse processo de dificuldade para obtenção dos direitos fundamentais à vida digna é um problema de omissão intencional para manter essa população

alinhada aos interesses do capitalismo dependente brasileiro e sua estrutura de produção agroexportadora em larga escala.

E, por fim, compreender se o matar e o deixar morrer no campo brasileiro é estratégia de biopolítica e necropolítica do Estado para atender aos ditames capitalistas, transformando mais essa parcela da população em não cidadãos, o que denunciaria mais uma face da crise do Estado Democrático de Direito.

Para abordar as temáticas envolvidas na investigação que esse projeto requer, será necessária uma vasta análise bibliográfica e histórica sobre a qual alguns autores serão base fundante. Primeiro haverá separação dos grandes temas visados em que cada um contará com autores e conceitos norteadores que serão relacionados.

O primeiro grande tema é o capitalismo e sua relação com a produção agrária, nesse campo a relevância de Marx e Engels é indescritível, as noções acerca não apenas do modo de produção, mas também sobre as relações sociais de produção serão muito caras; entender como o modo de produção funciona segundo as obras de Marx permite uma abordagem mais precisa para desvendar os objetivos.

O modo como Marx trata do latifundiário dentro do sistema capitalista revela que o próprio sistema não vê nele muitas conveniências, entretanto, ele continua presente com muita força nessa periferia do capitalismo anos após as análises do autor. É encarando essas especificidades de uma realidade periférica que se aponta para um complemento dos estudos com as obras de Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Florestan Fernandes acerca do capitalismo dependente latino-americano e especialmente brasileiro. Obras que demonstram que o desenvolvimento do capitalismo no mundo globalizado exige de diferentes países ou regiões globais algumas funções; nesse sentido, o Brasil historicamente foca na produção agrária para exportação.

Essa primazia para tornar o campo eficiente na exploração de matéria prima e na produção agropecuária para exportação tem um impacto grande na forma como a sociedade está organizada e no modo como desenvolve a indústria, a existência de uma elite burguesa é inegável, mas a forma como ela está submissa à elite do capitalismo global é também incontestável. Essa submissão traz reflexos a todos os campos econômicos e sociais, é nessa investigação que o estudo dos autores acima mencionados tem importância ímpar.

Os autores aludidos já possuem análises profundas sobre como o capitalismo interfere nas relações sociais, mas a busca se concentrará no papel do Estado para distribuir a morte e a desigualdade a fim de manter a população do campo dentro de certo tipo de controle social que no final beneficia o capitalismo e, para o aprofundamento do aspecto mais sociológico, é necessário buscar amparo em outras teorias.

A biopolítica é uma teoria importante por conseguir explicar como a “governamentalidade” dos seres humanos passa por uma análise fria de números demográficos acerca de natalidade, mortalidade e exposição ao perigo, por exemplo, e revelando como é possível ao Estado interferir nas vidas sobre sua tutela, sendo possível que ele coloque algumas em risco deliberadamente dentro de uma lógica que perpassa pelo racismo.

A necropolítica de Mbembe se alinha a esse conceito de biopolítica de Foucault e ele é ainda mais preciso ao analisar as formas como o Estado pode conceber a morte como política e é capaz de distribuí-la aos cidadãos. Vale ressaltar que a análise de Mbembe também parte do olhar a uma periferia global já que o autor é camaronês e os territórios da África passaram no processo de imperialismo por uma construção histórica de exploração muito parecida com a da América Latina.

Quijano será importante auxiliar através de sua teoria sobre a atuação da Colonialidade do ser, saber e poder na América Latina, que explica como, a partir da colonização europeia, esse território se organizou de forma que essa Colonialidade seja atuante até o presente, causando efeitos adversos na população, mas principalmente uma permanência da estrutura racista e excludente da sociedade sobre alguns corpos predominantemente pobres e não brancos.

Com o objetivo de compreender uma forma de atuação muito específica do governo tentando localizar possíveis padrões e uma explicação para esse comportamento, a melhor maneira de realizar a pesquisa é começando com uma revisão bibliográfica. Os assuntos principais a serem suscitados possuem muito material para pesquisa e leitura, grandes autores já se lançaram nas investigações sobre os pontos principais do projeto.

Conjuntamente com a investigação bibliográfica, foi realizada uma análise observando os pressupostos do materialismo histórico-dialético, portanto, destaca-se durante o período colonial o princípio do estabelecimento do racismo e da relação de dependência internacional que influenciam na configuração do espaço agrário brasileiro atual, sendo que as mudanças

desse cenário a partir da década de 1950 foram destacadas nesse estudo, pois dão lastro para o desenvolvimento da pesquisa.

Para realizar essas pesquisas, as obras mais importantes serão triadas e classificadas segundo os temas principais como direito agrário e capitalismo e depois controle social e distribuição da morte, todos segundo a relevância com o objeto escolhido. Por fim, indicadores numéricos da realidade investigada também serão apresentados e relacionados em conjunto com a análise teórica do seu significado, baseado na bibliografia escolhida.

Essa investigação se localiza dentro do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da Universidade Federal de Goiás, portanto relaciona-se com as pesquisas desenvolvidas nesse espaço, caracterizando-se pelo comprometimento com a análise crítica do ambiente agrário brasileiro e latino-americano estimuladas pelo programa. O ambiente agrário brasileiro possui diversas facetas, sendo que, essa análise se alinha as investigações acerca da territorialidade, das subjetividades constitucionais e da proteção jurídica sobre a população que ocupa esse espaço.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE E ESTADO BRASILEIRO

Brasil
Mostra tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil
Qual é o teu negócio
O nome do teu sócio
Confia em mim
(Brasil-Cazuza)

Para Marx, e aqueles que conversam com seus ensinamentos, a forma como a sociedade se organiza e o indivíduo atua está diretamente relacionada à forma como ele consegue garantir sua existência material; a verdadeira liberdade passa pelas possibilidades materiais reais da escolha tendo em vista essa garantia da existência material. Com essa reflexão em mente, este capítulo apresenta algumas categorias centrais para explicar o funcionamento da sociedade e as possibilidades reais dos indivíduos dentro dela.

Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontraram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. (MARX, 2011, p.25)

Para compreender essas circunstâncias sobre as quais a história é feita, iniciamos a pesquisa focando em dois assuntos, no desenvolvimento do capitalismo dependente e do Estado brasileiro, ambos são influenciados pelas possibilidades de existência real dos indivíduos, e iremos explorar alguns aspectos dessa relação, focando o campo e a sua relação com essas variáveis, sejam econômicas ou ainda sociais.

Essa investigação se prova importante para nos conectarmos aos possíveis motivos para a configuração de alguns números da realidade brasileira atual, como o número de trabalhadores informais dentro do contexto agrário. A exploração do trabalhador, em alguns contextos, expõe aos indivíduos e à coletividade que há riscos que significam a perda da dignidade humana, ou mesmo da vida. Para realizarmos os debates acerca da participação do Estado para esses

números, precisamos destrinchar os enlaces entre a formação do Estado e a forma como o capitalismo se apresenta dentro da América Latina¹.

Para isso, o trabalho se organiza em cinco subtópicos, sendo o primeiro dedicado a uma digressão histórica que não se pretende exaustiva da questão, mas que se torna necessária já que a colonização é o momento de formação de muitas das circunstâncias da organização social e econômica da região, que se modernizaram e se perpetuaram no tempo, sendo presentes e importantes para a compreensão da realidade atual.

Os pontos foram traçados para atender a esse objetivo, levando-se em conta os acontecimentos históricos e econômicos mais relevantes para uma conexão direta com a realidade atual através de uma progressão temporal pouco linear. Permanecendo com essa premissa, o segundo tópico a ser trabalhado pretende conceituar o capitalismo dependente enquanto teoria, focando na sua corrente marxista e nas contribuições dos autores dessa linha, abordagem que permite observar como os teóricos precisaram bem as movimentações econômicas posteriores da região.

O item 1.3 procura aprofundar a relação que existe entre a movimentação capitalista da América Latina e o formato de produção agrária no Brasil, uma relação que guarda uma história longínqua e intrincada em que apenas uma parte pôde ser explorada nesse trabalho com o devido fôlego para atender a demanda da coerência temática. Afinal, o que esse tópico se propõe é realizar o reconhecimento de como as condições econômicas externas foram capazes de influenciar a organização do campo e da produção agrária brasileira.

Firmadas as bases necessárias para a compreensão dos atores presentes no campo nos últimos anos, faz-se necessário compreender também, de forma mais profunda, quem são eles, como eles estão organizados e quais são seus perfis de atuação nos últimos anos. Essas considerações são enfrentadas no tópico 1.4, em que a dinâmica entre o agronegócio e a agricultura familiar representa parte da dinâmica do campo e seus conflitos.

O último tópico desse capítulo também pretende ser o mais atual, acumulados os dados e debates de cada item é possível observar os acontecimentos mais recentes com olhar renovado, em que antes poderia haver um véu de coincidência ou aleatoriedade, poderemos revisitar agora percebendo novas conexões. Nesse item será mais claramente explorada a

¹ O termo América-Latina define os países da América Central e América do Sul que passaram pelo processo de colonização por países de língua derivadas no latim, o termo surge apenas em 1856, entretanto será utilizado aqui para designar esses territórios mesmo em período anterior ao seu surgimento.

relação enredada entre a função do campo dentro da economia brasileira, interna e externa, e as conexões existentes com a política e o funcionamento da máquina estatal e principalmente como isso impacta a vida do trabalhador desse meio.

2.1 A formação do Estado brasileiro e o componente camponês: primórdios dos debates que nos acompanham

*Os ventos do norte não movem moinhos
E o que me resta é só um gemido
Minha vida, meus mortos, meus caminhos tortos
Meu sangue latino
Minha alma cativa
(Sangue Latino-Secos e Molhados)*

As formas de se relacionar com a terra, de entender qual seria seu valor e papel, se altera conforme o grupo humano observado, as mudanças para cada grupo são substanciais, de uma visão que envolve o divino até uma que a reduz ao valor econômico, mas não apenas o grupo humano determina esse relacionamento entre terra e homem, também o tempo é importante. O que podemos destacar é que a terra possui valor, nas mais variadas formas que o termo carrega hoje, seja como propriedade, como cultura, como sociabilidade ou como provedora da vida.

A terra é a grande provedora das necessidades humanas. É da terra que todos os povos tiram o seu sustento, sua alegria, seu vestuário e sua arte. Não apenas a terra que germina o grão, mas a que fornece os minerais, o barro dos objetos, o ferro do machado e o abrigo às intempéries se liga ao ser humano para criar sua cultura, mística e espiritualidade. Por isso, no processo de transformação da riqueza natural em objetos da riqueza humana, a fonte é sempre a terra e a natureza que a acompanha. (SOUZA FILHO, 2010, p.181)

Durante o processo de colonização do continente americano, a terra tem valores variados em função de diversos fatores, a Europa vive nesse período a transição entre o modo de produção feudal e o modo que mais tarde se configurará como capitalista. Nessa transição, o recém-descoberto continente representará papel importante ao fornecer condições para o desenvolvimento do sistema capitalista e da acumulação primitiva que lhe é imprescindível. Marx, na obra *O Capital*, dedica um capítulo à questão da acumulação primitiva e traça sua relação com os fenômenos que acompanham a colonização do novo mundo.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista

e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. (MARX, 2013, p.533)

As grandes navegações do século XV que trouxeram a descoberta do novo continente foram desenvolvidas principalmente pela Espanha e Portugal, apesar de o objetivo original não ser o encontro do novo território, mas sim um caminho alternativo para as índias, a existência do continente irá impactar não apenas esses dois países, mas também o restante do “velho mundo”. As primeiras missões de exploração da nova terra a partir de 1530 foram revelando aos poucos as muitas riquezas do território e o interesse pelos metais preciosos e pela fertilidade da terra tornaram ela alvo do processo de colonização.

Essa colonização busca garantir, num primeiro momento, às coroas espanhola e portuguesa o controle sobre esse território, para isso o domínio sobre os indígenas se faz primordial, e será realizado nos termos de um verdadeiro genocídio, por guerra ou doença os números são imprecisos, mas estima-se que milhões de indígenas pereceram. Começa com morte a exploração desse território, que ganha em cada canto dele diferentes contornos, no Brasil não se encontra ouro ou outros metais preciosos, num primeiro momento, mas o território já começa a ser preparado para receber outro tipo de empreitada. Celso Furtado esclarece:

Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. [...] Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola das terras brasileiras, acontecimento de enorme importância na história americana. (FURTADO, 2007, p.29)

A cana de açúcar foi a cultura que deu início às estruturas do sistema colonial, sistema esse que contou com vários ciclos do séc. XVI ao XIX. Esses ciclos, apesar de desenvolverem diferentes produtos como a cana, o algodão e o café, estruturaram a sociedade baseada na produção agrária. Com isso, a classe de proprietários de terra e plantações ganham destaque nos rumos do país, conforme aponta Furtado, “(...) Tudo indica, destarte, que pelo menos noventa por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana” (FURTADO, 2007, p.80).

O sistema colonial apresenta algumas características impactantes, como o modelo de produção agrário voltado para a exportação que se estabeleceu desde o princípio, vinculado à escravidão negra. Esse formato de exploração do trabalho possibilitou o acúmulo de capital que era revestido para a metrópole e estruturou a organização social e política da colônia, uma estrutura que contava com os proprietários de terras como os principais atores políticos frente

a uma burguesia ainda insipiente e a trabalhadores amordaçados pelo sistema escravagista. Mazzeo reflete sobre essa relação:

Assim, temos claro que as formações sociais coloniais se apresentam, já em sua gênese, como capitalismo-particulares, desiguais e combinados, que se articulam com os polos econômicos dominantes da Europa, integrantes, então, do vasto processo de acumulação mundial do capital. Nesse sentido, é necessário, agora, tecer algumas considerações sobre os fatores que determinaram a introdução do trabalho escravo nas colônias e do próprio caráter que assume a escravidão, num momento histórico em que, fundamentalmente na Europa ocidental, o processo de acumulação engendrava a separação dos trabalhadores de suas condições objetivas e subjetivas de produção. No processo de acumulação originária, surgem vários elementos que constituirão a dinâmica da expansão do mercado mundial. As manufaturas, como é sabido, refletem o próprio aumento dos mercados europeus, mas sua existência insere-se num contexto mais amplo do que o da Europa, mais dilatado, porque o próprio universo da circulação e do consumo havia aumentado. Ao mesmo tempo em que temos a expansão do consumo e, diretamente vinculado a isso, o crescimento da produção, criam-se dificuldades objetivas para atender às determinações da nova realidade. O que ocorre, de fato, é um descompasso entre a necessidade de ampliação da produção e as condições existentes concretamente, no que tange às relações de trabalho. Nesse momento, no âmbito da Europa ocidental, aumenta a produção de mercadorias por meio das corporações de ofício, sendo que os mendigos que vagam pelos centros desenvolvidos passam a engrossar o contingente de trabalhadores que irão constituir o futuro proletariado. No entanto, esse crescimento da produção ainda é insuficiente para atender à necessidade dos lucros e do consumo de um mercado que se amplia. Fora do circuito manufatureiro, ainda temos o comércio “exótico” do Oriente como atividade extremamente auspiciosa para a burguesia comercial. É esse quadro de transformações quantitativas que exigirá soluções de qualidades novas, a fim de responder objetivamente à expansão do processo produtivo e, conseqüentemente, comercial. (MAZZEO, 2015, p.74)

Ainda sobre o ciclo da cana, Furtado faz um importante apontamento “(...) Abaixo da classe reduzida de senhores de engenho ou grandes proprietários de terras, nenhum homem livre lograva alcançar uma verdadeira expressão social” (FURTADO, 2007, p.120), apesar dos demais ciclos de produção que sucedem ao açúcar a situação permanece praticamente inalterada nesse sentido, o Brasil não se desenvolvia para além do esquema de produção agrária e a classe dominante nesse segmento era também a mais impactante socialmente.

Essa classe de proprietários de terra possui um histórico interessante, já que a distribuição de terras no Brasil começou com as capitânicas hereditárias, que eram grandes porções de terra divididas pela coroa que as colocavam sobre a responsabilidade de um cidadão que nela deveria administrar, produzir e pagar os devidos impostos para a coroa. Esse formato de distribuição das terras privilegiava os cidadãos portugueses, apesar da substituição desse formato por outros esse privilégio continuou vigente.

A sesmaria é instituída pelas ordenações filipinas, se tornando a forma oficial de distribuição de terras pela coroa portuguesa, conforme define Marcia Motta (2012), ela foi, em

suma, uma lei que originalmente pensada para a ocupação de terras não cultivadas em Portugal, tornou-se o arcabouço jurídico para solidificar a colonização do ultramar. Essa modalidade de concessão de terras, apesar das suas variações, permaneceu ativa de 1603 até 1822, sendo sucedida por um período vago em que a posse foi livre² até as determinações da lei de terras em 1850.

Mas, ainda sobre as sesmarias, cabe destaque, além dos formatos de concessão o estabelecimento das chamadas terras devolutas, a qual em sua concepção original³ estava associada ao retorno para a posse da coroa da terra doada em sesmaria a cidadão que não cumpriu com as obrigações ligadas a esse instituto. Após o retorno para a coroa, a porção de terra era destinada a outro que fizesse melhor uso.

Quando se aproxima o fim do sistema colonial no século XIX, algumas transformações ocorreram, as estruturas criadas forjaram uma sociedade na qual a elite agrária era dominante, se articulando para a garantia de privilégios econômicos e políticos que influenciaram na transição da colônia para a república, enquanto a burguesia urbana ainda era incipiente e desorganizada para levar a cabo uma verdadeira revolução ao lado dos trabalhadores, em sua maioria escravizados, como nos moldes das revoluções europeias que constituíram os modernos Estados Nacionais.

Essas últimas duas classes tiveram sua importância nos rumos da nação, apesar de as dificuldades enfrentadas apresentarem várias formas de resistência e foram à luta para reivindicar outros projetos para o país, todas as tentativas foram ferozmente reprimidas pelo aparelho estatal. Quando a república se anuncia como única possibilidade, a elite agrária consegue realizar a conciliação entre interesses antagônicos que fornece uma transição que pouco altera a organização social, política e econômica do Brasil.

A perspectiva de liberdade comercial, proporcionada pela decadência portuguesa – que materializava o surgimento da maturidade capitalista –, reforçada a partir de 1808, levará essa burguesia a não mais querer que a maior parte da renda real produzida no Brasil reflua à metrópole. Tais interesses específicos determinarão o rompimento dos terratenentes brasileiros com Portugal, isto é, com as correntes do “Exclusivo Colonial” português que amordaçavam as possibilidades de maiores lucros dos poderosos do Brasil. Esse é o “móvel” da emancipação política brasileira, conduzida

² A liberdade de posse do período mencionado não foi totalmente efetiva, pois a titulação das terras ocupadas não foi acompanhada e realizada da maneira mais efetiva, o que gerou conflitos de posse em muitas regiões após o período.

³ Atualmente, as terras devolutas possuem definição diferente, ainda que ligada a essa concepção original, ela designa no Brasil as terras improdutivas e não ocupadas que juridicamente pertencem ao Estado segundo as determinações da lei de terras de 1850, essas áreas ainda não foram totalmente mapeadas, e fazem parte das dificuldades para a realização da regularização fundiária do país.

por competentes membros dessa burguesia “anômala”, determinada muito mais pela crise do sistema colonial mundial e por suas consequências imediatas do que por uma proposta de mudança econômico-social que visasse um desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção em moldes plenamente burgueses. A condução política do “Partido Brasileiro”, capitaneado pelos donos de terras e de escravos, não terá assim, em seu conteúdo, nenhuma perspectiva de ruptura real com a estrutura colonial da economia brasileira. (MAZZEO, 2015, p.84)

O destaque da elite agrária no movimento político desse período demonstra uma ocorrência que será recorrente no futuro, o medo das movimentações populares pela elite tornará a aparecer em outros momentos da história, desnudando uma atuação dessa elite para gerir as movimentações e os rumos da nação, até mesmo a unidade nacional que é forjada nesse período surge como uma necessidade da elite agrária para manutenção de sua influência política e econômica. O medo do Haiti ganha destaque como exemplo dessa movimentação, pois configura o medo da revolta negra que formava a maior parte da população brasileira do período.

(...) A inexistência de condições históricas que direcionassem a uma ruptura concreta, de cunho revolucionário, com a estrutura socioeconômica colonial, possibilita à burguesia latifundiária que assuma o processo da independência e, posteriormente, crie um aparelho do Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas, com o cuidado permanente de afastar quaisquer iniciativas que apontassem para o perigo de transformações mais radicais. (MAZZEO, 2015, p.85)

A transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista ganha novos contornos quando o sistema colonial se forma, as mudanças sociais e políticas do período são vultuosas e sucessivas, do cercamento dos campos na Europa até a formação da grande indústria, a colonização passa a ser um projeto efetivo na geração de valor e transferência dele para as metrópoles europeias que dão sustento a esse movimento.

Entretanto, as mudanças se estabelecem e temos a formação completa do capitalismo, que não só se desenvolve na Europa, mas também se configura em todo o mundo. Porém, essa configuração do capitalismo não irá seguir os mesmos moldes em todo o planeta, o desenvolvimento desse sistema de produção capitalista tem diferenças e particularidades importantes em todos os territórios que conseguiu se espalhar, e são essas particularidades que o capitalismo dependente busca analisar.

No cerne dessa crise de transição de um modo de produção para outro, onde as relações sociais começam a se tornar mais complexas, engendram-se as condições histórico-particulares de Portugal que, de certa forma, materializa e expressa esta primeira fase do processo de “passagem”, na medida em que se torna o primeiro Estado nacional europeu, ao final do século XIV, e cria as condições objetivas para o surgimento de um poder político centralizado, que irá subsidiar a expansão marítimo-

comercial lusitana dos séculos XV e XVI, propiciando a criação do que será conhecido como “sistema colonial”. (MAZZEO, 2015, p.30-31)

No debate sobre esses acontecimentos, é necessária a observação do impacto que o capitalismo exerce para a realização da colonização, ainda que o processo se inicie sem a completa consolidação desse sistema na Europa, essa consolidação se vincula diretamente às condições comerciais proporcionadas pela colonização. Mazzeo (2015) destaca que é preciso, ao analisar esse vínculo, apontar como a produção colonial não apenas cria o sistema colonial, mas também influi sobre os rumos do capitalismo nascente na Europa.

(...) Inversamente, entendemos que é a necessidade de produção de mercadorias para um mercado que se ampliava enormemente, na Europa, o aspecto determinante da ocupação das terras descobertas, destinados à produção em grande escala. Assim, a expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias altamente valiosas darão sentido à existência de um sistema colonial do mercantilismo, cabendo a ele o papel de integrar a produção colonial aos mercados europeus, articulando o desenvolvimento da concentração a partir das múltiplas atividades que o capital cria, em seu processo de auto reposição. Entendido dessa forma, o sistema colonial expressa o papel das colônias na produção mundial, isto é, na divisão internacional do trabalho, que efetivamente se estrutura. Assim, a colonização e a produção em grande escala de mercadorias determinarão o surgimento do sistema colonial, que deve então ser entendido a partir de sua articulação estrutural com o modo de produção capitalista, que surge concretizando-se nas formações sociais particulares americanas: as colônias. (MAZZEO, 2015, p.59)

As mudanças sociais e econômicas europeias desse período ganham uma análise pormenorizada através de vários autores, cada país apresenta variações importantes de adequação política e social, sendo um período de revoluções populares e alterações políticas, Marx e Engels estão entre os autores que se debruçaram sobre todos os aspectos dessas mudanças sociais, políticas e econômicas para explicar o andamento social do período, e gerar os conceitos fundamentais de consolidação e desenvolvimento do capitalismo enquanto modo de produção.

Dessa forma, Marx, ainda que de maneira sucinta, esboça seu método de apreensão do real, onde o pressuposto fundamental é a captação, em nível geral-abstrato, das leis que regem a dinâmica de um ser social historicamente determinado (modo de produção), a partir de sua determinância econômica, isto é, *do modo de produção de sua vida material*. (MAZZEO, 2015, p.64-65)

Sabemos, através de tais pensadores, como o capitalismo se desenvolveu em diferentes territórios da Europa, o desenvolvimento primeiro na Inglaterra com os cercamentos, depois em outros países como a França que enfrenta um período de convulsão social que altera o profundamente o sistema político até em países mais tardios nesse processo, como a própria Alemanha. Apesar das diferenças nos processos, Marx mapeou o formato das principais

alterações necessárias para o desenvolvimento capitalista, como a acumulação primária, para os países Europeus daquele momento, já os debates sobre o formato que o capitalismo irá tomar nas demais regiões permanecem.

Para além dos acontecimentos europeus que envolvem essa mudança do sistema feudal para o capitalismo, com todas as alterações políticas que ele gerou ao alavancar a burguesia para o acesso a maior poder político através de alianças com o proletariado, que depois foram esquecidas, vamos analisar mais detidamente a formação e a atuação do sistema colonial e o impacto que esse sistema teve na formação do Brasil enquanto nação.

(...) Assim, as diferentes transições da economia colonial para a economia nacional ou da escravidão e do capitalismo comercial para o capitalismo industrial sempre produzem três realidades estruturais diversas. Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes “épocas históricas”, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (...). Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema (...). O desafio latino-americano, portanto, não é tanto como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la para criar pelo menos uma verdadeira economia capitalista moderna. (FERNANDES, 1981, p.20)

Outras permanências desse período podem ser observadas nas sociedades latino-americanas, Quijano faz um bom estudo dessa questão ao apresentar a categoria da colonialidade, ele busca com ela compreender a forma como a dominação colonial atravessou a história se modernizando para atender novas conjunturas, mas ainda estruturando uma sociedade desigual e racista. Para o autor, o colonialismo diz respeito ao modo como a colonização se desenrolou nesses territórios, sendo um primeiro conceito que define a dominação iniciada nesse território.

É com a modernidade que ele desenvolve melhor o conceito da colonialidade, apontando para a forma como países que experimentaram o colonialismo se desenvolveram, para ele “a América constitui-se como o primeiro espaço/ tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeiro id-entidade da modernidade” (QUIJANO, 2005, p. 117). A noção de modernidade se liga a uma racionalidade que irá colocar a Europa como um espaço de apogeu da civilização, que formará o entendimento que deve ela ser considerada o modelo para o qual todas as demais sociedades devem seguir para atingir esse mesmo padrão civilizatório.

(...) Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, cultura e em especial do conhecimento, da produção de conhecimento. (QUIJANO 2005, p.121)

A modernidade, além do apreço pela racionalidade nos moldes europeus, também se determina através de um binarismo, que classifica tudo e todos a partir de um pensamento que divide entre o ser e o não ser, o civilizado e o incivilizado, o branco e o preto, categorias em que a existência de algo é definida pela negação ao seu inverso, ou ao diferente dele. Durante a colonização, novas formas de organização social, de saber, de poder, e de trocas são descobertas nos novos territórios e invalidadas como incivilizadas, incultas e atrasadas. É a dominação da forma de se pensar e perceber o mundo que invalida tudo que não advém do formato europeu.

Para realizar tal dominação, a noção de raça⁴ é determinante, ou seja, a ideia de separar os grupos humanos de acordo com as diferenças fenotípicas e culturais se adequa ao pensamento binarista da modernidade, colocando uma classificação para os povos, permitindo que os brancos europeus ocupem o já mencionado local de superioridade em relação aos negros africanos e aos indígenas. Esse ideal de superioridade é validado pela igreja católica que classifica os negros como seres sem alma, que podem ser, por isso, escravizados e explorados como propriedade pelo sistema e os índios que possuíam alma, mas necessitavam ser catequizados e ensinados sobre a civilidade.

(...) Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa à experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial. (QUIJANO, 2005, p.117)

Essa classificação dá lastro para as mudanças econômicas desse período que já exploramos, as mudanças econômicas precisam dessa categorização racial assim como a ideia de raça precisava do novo funcionamento econômico, ambas as categorias se reforçando conforme aponta Quijano, para criar o novo sistema-mundo capitalista.

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle o trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. (QUIJANO, 2005, p.118).

⁴ A noção de raça será mais profundamente trabalhada nos demais capítulos desse trabalho, nesse momento será abordado apenas algumas determinações de Quijano acerca do conceito e da sua relação com a colonialidade e com o sistema formado nas sociedades latino-americanas através dele.

Partindo dessas determinações, Anibal Quijano explica a colonialidade a qual nos aprofundaremos mais nesse momento, Isabela Miranda (2018) ajuda com essa tarefa ao esquematizar os quatro elementos essenciais da ideia de colonialidade apresentada por Quijano:

a) redimensionamento de toda a forma de hegemônica de trabalho e de sua exploração para a produção de capital; b) eurocentrismo como modo de produção de conhecimento e de formação de subjetividades relacionadas a esse conhecimento; c) estabelecimento do Estado-nação como forma de controle e autoridade deste novo padrão de poder, funcionando como fiscalizador e mantenedor do exercício da colonialidade do poder; d) racialização como modelo de classificação social universal. (MIRANDA, 2018, p.65)

A colonialidade lastreada nos elementos acima mencionados também se classifica em colonialidade do poder, do ser e do saber; a primeira tem como principais elementos a noção de raça aplicada no início da colonização, mas que permanece em todo o território colonizado já que as estruturas de poder foram feitas para beneficiar o branco europeu, ainda hoje a estruturação do Estado beneficia os descendentes dessa elite, que eram na época os únicos autorizados a ocupar as posições de poder nos órgãos oficiais da metrópole.

Além da noção racial que acompanha a estrutura social atual através de um racismo estrutural⁵, Quijano destaca como elemento da colonialidade do poder a divisão internacional do trabalho e do capital, a exploração dos lidos como racialmente inferiores nesse período tem na escravidão seu formato mais emblemático e cruel, entretanto a exploração do trabalho e das riquezas nesse período também se mantiveram após o fim desse período, o formato diferente não altera o fato de que a maioria da população latino-americana vive em condições de pobreza e miséria, que se aprofunda conforme o grupo analisado, como por exemplo os negros.

Essa distribuição racista de novas identidades sociais foi combinada, tal como havia sido tão exitosamente logrado na América, com uma distribuição racista do trabalho e das formas de exploração do capitalismo colonial. Isso se expressou, sobretudo, numa quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e logicamente com os postos de mando da administração colonial. (QUIJANO, 2005, p.119)

Além da colonialidade do poder e relacionada a ela, temos a colonialidade do saber, a racionalidade europeia do período é estabelecida como a única capaz de produzir conhecimento científico válido, descartando os demais formatos de produção e reprodução de conhecimento

⁵ Racismo estrutural é uma categoria apresentada pelo pensador brasileiro Silvio Almeida, que compreende a forma como a estrutura social, econômica e institucional da nossa sociedade permanece racista e se utiliza de diferentes formas para exercer a exclusão da parcela populacional negra brasileira, suas contribuições também serão mais profundamente analisadas em momento posterior.

realizado pelos demais povos, esse formato de produção de conhecimento também reforça a dominação colonial e se perpetua na estrutura social até a atualidade.

O fato de que os europeus ocidentais imaginaram ser a culminação de uma trajetória civilizatória desde um estado de natureza, levo-os também a pensar-se como os *modernos* da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie. (QUIJANO, 2005, p.122)

Por último, a colonialidade do ser diz respeito à dominação da própria percepção de existência dos indivíduos e comunidades, afastados do poder, do conhecimento e, em alguns casos, da própria língua e religião. A colonialidade do ser atua no profundo íntimo do indivíduo, modificando a percepção acerca da própria existência e da realidade, essa categoria será mais bem analisada nos próximos capítulos, cabendo aqui destacar apenas como os acontecimentos que forjam o novo mundo ainda permanecem impactantes para as sociedades atuais.

Os elementos trazidos pelo estudo de Mazzeo (2015) revelam como a elite latifundiária se forma nesse período colonial e como desde então ela se articula para a manutenção do poder político e econômico no Brasil, a formação nacional do país já ocorre em meio a uma intensa disputa de classes estruturadas nesse período e essa formação social é imprescindível para a compreensão do funcionamento capitalista no território latino-americano. Diferentemente dos Estados modernos europeus, o surgimento do capitalismo e a estruturação política e social da América Latina diverge em muitos aspectos das revoluções clássicas da Europa, porém o mundo se tornará cada vez mais conectado e globalizado a partir de então, e o sistema capitalista será hegemônico nesse processo.

Aqui a tragédia é que todos fomos conduzidos, sabendo ou não, querendo ou não, a ver e aceitar aquela imagem como nossa e como pertencente unicamente a nós. Dessa maneira seguimos sendo o que não somos. E como resultado não podemos nunca identificar nossos verdadeiros problemas, muito menos resolvê-los, a não ser de uma maneira parcial e distorcida. (QUIJANO, 2005, p.130).

2.2 Bases do Capitalismo Dependente: teoria, prática política e contexto histórico

A teoria da dependência surge entre as décadas de 1960 e 1970, tendo como principais expoentes da corrente marxista três pensadores brasileiros sendo eles, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, esses três foram exilados do país durante a ditadura empresarial militar brasileira, mas seguiram suas pesquisas sobre o formato que o sistema capitalista possuía na América Latina. O trabalho de Vânia Bambirra (2019) será especialmente

explorado, pois ela se aprofunda nos impactos que o capitalismo dependente impõe à estrutura agrária da região.

Portanto, faz-se necessário um salto temporal dos eventos da colonização pelos quais passamos no item anterior para os eventos que antecedem a ditadura empresarial militar brasileira e o desenrolar desse período para a estrutura política, econômica e social de toda a América Latina. Isso porque, nesse período, o capitalismo dependente inicia e dá forma às estruturas de exploração capitalista com as quais lidamos na atualidade, assim como também as estruturas de dominação social que acompanham esse sistema. Tais estruturas passaram por transformações ao longo do tempo, que serão expostas em momento oportuno.

A teoria do capitalismo dependente também foi alvo dos estudos de Florestan Fernandes, que se concentrou nas análises sobre as classes sociais, a estrutura social e econômica formada na América Latina, América Latina que, descortinada por esses autores, guarda a influência do capitalismo central desde a sua gestação. Sobre esse assunto, Fernandes traz importantes elementos para iniciar os debates sobre o tema, principalmente sobre como a influência externa da Europa, iniciada durante a formação do sistema capitalista em seus territórios impactou na formação e no desenvolvimento do comércio e da sociedade latino-americana, vejamos:

O terceiro tipo de dominação externa apareceu como consequência da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial na Europa. Na verdade, o neocolonialismo citado acima teve como função importante na dinamização da revolução industrial. Ele foi uma fonte (através do “comércio triangular”) de acumulação de capital nos países europeus, especialmente na Inglaterra, e originou diversos mercados nacionais em crescimento postos sob reserva, vitais para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Entretanto, a transformação do capitalismo na Europa provocou novas formas de dominação da América Latina, na direção dos dinamismos das economias capitalistas centrais. As novas tendências emergiram gradualmente, todavia as mudanças nos padrões existentes de dominação externa tornaram-se evidentes após a quarta ou quinta década do século XIX e converteram-se numa realidade inexorável nas últimas quatro décadas daquele século. As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina. (FERNANDES, 1981, p.16)

Iniciando a digressão histórica sobre os eventos que levaram à ditadura empresarial-militar brasileira, destacamos que houve fortes conexões internacionais no processo, a interferência dos Estados Unidos da América é emblemática e perdurou após a instalação do regime militar, entretanto, é importante destacar o movimento democrático anterior que, através

das reformas de bases anunciadas pelo governo de Jânio Quadros, anunciava a realização de grandes mudanças na organização social. Muitos foram os elementos que levaram ao golpe, mas alguns merecem especial atenção.

Primeiro, deve-se destacar que, entre as reformas previstas, estavam a de realização de uma reforma agrária, o movimento camponês anterior, exemplificado pelas ligas camponesas, ganhavam espaço e notoriedade, mas também um crescente reconhecimento dos seus direitos, portanto, a reforma agrária planejada pretendia atender aos anseios camponeses e promover uma distribuição real da terra, o que modificaria toda a estrutura produtiva e social do campo e da cidade e, como consequência, limitaria os latifúndios e o poder dos proprietários de terras.

Mas as reformas anunciadas não se limitavam apenas à realização da reforma agrária, também foram idealizadas reformas administrativas, tributária, eleitoral e até mesmo do texto constitucional. Todas essas reformas seriam amplas e significativas para o país, entretanto, justamente pela sua profundidade, incomodavam algumas categorias que arquitetam o golpe, principalmente o setor empresarial e os militares, com vistas a evitar que as mudanças se dessem em termos diferentes daqueles que os beneficiariam enquanto classes.

Enquanto internamente a situação se configurava nesses termos, externamente o elemento que merece destaque é Guerra Fria, uma luta econômica, ideológica, política e científica que o capitalismo estadunidense trava com o socialismo da União Soviética. Dentre os elementos que compuseram esse período, está o controle sobre territórios diversos e a realização de alianças com diferentes países, nesse quesito a América Latina tem importância ímpar visto a proximidade com o território estadunidense. As formas de influência que os Estados Unidos exerceram foram variadas, mas principalmente destaca-se a interferência econômica, para que o golpe brasileiro acontecesse essa influência foi decisiva e chegou à ameaça de intervenção militar sobre o território, com a concretização do golpe esse movimento se aprofundou através da entrada de empresas estrangeiras em território nacional, e da relação intrínseca entre os militares, o governo e as empresas americanas.

A situação muda no pós-guerra.

Liberados dos investimentos internos, com uma economia em depressão devido ao fim dos estímulos provocados pela guerra, os capitais se direcionam à reconstrução da Europa, do Japão e às economias atrasadas. Encontram, porém, economias em processo de industrialização, dominados por ideologias nacionalistas e industrializantes.

Este fator foi decisivo para os novos investimentos. Frente a um mercado interno em crescimento e aos primórdios de uma economia de mercado com condições de alta lucratividade, os estímulos à exportação de capitais eram enormes. Os dados mostram que, de 1950 a 1961, o valor dos investimentos norte-americanos quase dobra na

América Latina. Em 1967, eles superaram em 2,5 vezes os investimentos de 1950 e eram 3,3 vezes maiores que os de 1946. (SANTOS, 2020, p.37)

A suposta ameaça comunista se tornou motivador de pânico que justificaria a intervenção militar e as ações de perseguição a intelectuais e movimentos que, por qualquer razão, viessem a representar esse suposto perigo comunista. A violência foi usada sem parcimônia para cumprir esse objetivo, como contará a história, esse movimento não ficou restrito ao Brasil, mas atingiu também outros países da América Latina, gerando uma onda de ditaduras em um mesmo período. Sem a garantia de liberdade e segurança dentro do próprio território, o movimento de intelectuais em exílio, assim como de artistas e militantes, era grande e, entre eles, estavam os três grandes nomes do capitalismo dependente.

Mesmo exilados, esses autores não pararam sua produção teórica e, observando a realidade, apontaram para uma teoria que explicava os acontecimentos em virtude da especificidade da América Latina, olhando ao mesmo tempo para as diferenças e similaridades do território como um todo. Uma profunda crise operava na região, crise que era econômica, política e social e desnudava a incoerência da crença anterior que esses territórios poderiam seguir o mesmo caminho dos países capitalistas centrais e alcançar o mesmo nível de desenvolvimento seguindo a mesma estratégia, o chamado desenvolvimentismo, assim como também desacreditava a crença dos partidos comunistas da época que pensavam ser possível uma aliança com a burguesia nacional mais progressista.

A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e os partidos comunistas da América Latina, representam duas correntes diferentes de pensamento acerca dos caminhos econômicos para a região na época; a primeira representa o entendimento burguês industrial que acredita ser possível seguir os passos dos países de capitalismo avançado em uma perspectiva desenvolvimentista e nacionalista, e a segunda corrente possui uma percepção diferente que não vê para o verdadeiro desenvolvimento da América Latina a necessidade de uma aliança com a burguesia nacional mais progressista e o proletariado para criar condições para o desenvolvimento da região, conforme aponta Vânia Bambirra (1974).

Durante o exílio, cada um dos autores irá se vincular à universidade e continuar suas pesquisas, com destaque para o Chile, onde integraram o CESO (Centro de Estudos Socioeconômicos). Nesse país, também vão acompanhar as movimentações sociais e participar da militância política com vistas a mudar o histórico de dependência e exploração chileno, mas como apontado, já no início a interferência imperialista dos Estados Unidos por toda a região era forte e levou à deflagração de outras ditaduras, inclusive no Chile, o que levará os autores

a nova fuga da perseguição militar, mas o período em que lá permanecem durante o governo de Salvador Allende marca o desenvolvimento da teoria e as primeiras publicações sobre o tema.

O capitalismo dependente latino-americano é formulado em meio a essa profusão de acontecimentos, e conta com a participação de diversos outros autores e intelectuais que tecem suas contribuições de formatos variados, incluindo críticas. Uma das correntes dessa teoria se vincula aos estudos marxistas, lastreando-se nos escritos de Marx e outros autores clássicos do marxismo ao tratarem das variadas formas do capitalismo e da função do imperialismo exercido sobre alguns territórios, Vânia Bambirra define bem essas bases teóricas e as explicita da seguinte forma:

São pois antecedentes teóricos e políticos as análises de Marx e Engels sobre a situação colonial; a polêmica dos socialdemocratas russos e de Lenin em particular contra os narodnik-populistas; a teoria do imperialismo e seus alcances na situação colonial elaborada por Hilferding, Bujarin, Rosa Luxemburgo e particularmente por Lenin; a polêmica sobre a revolução colonial realizada no II Congresso da Comintern que culmina com a elaboração das teses sobre as questões nacional e colonial por Lenin; as considerações posteriores feitas por Lenin mesmo, de caráter disperso mas de todos os modos muito significativas; a aplicação criadora do marxismo-leninismo exposta por Mao Zedong em várias de suas obras; e, finalmente, o intento de aplicação do método de análise marxista para a compreensão do fenômeno do “subdesenvolvimento” realizado por Paul Baran nos anos cinquenta.

Porém, pese a que é conveniente ter presente este amplo marco de referência teórica, se se quer compreender profundamente os antecedentes teóricos deste pensamento latinoamericano, seu móvel imediato deve ser buscado no intento de superação de duas grandes vertentes da interpretação do processo de desenvolvimento no continente: a elaboração feita pelos partidos comunistas neste período, sob a influência do kruschovismo, e a da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). (BAMBIRRA, 1978)

O capitalismo dependente latino-americano, em sua corrente marxista, observou os processos pelos quais o capitalismo se estabeleceu na América latina e quais os caminhos ele estava traçando a partir de então, destacando que havia nesse movimento uma lógica de dependência. Ruy Mauro Marini (1974) aponta em sua obra que o capitalismo da região já nasce integrado ao mercado mundial, com características particulares sobre o ciclo do capital, o formato da superexploração do trabalho e o processo de industrialização.

É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem numa estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação pressupõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (MARINI, 1974, p.4)

Para definir o capitalismo dependente, Vânia Bambirra (2019) em sua obra realiza uma análise dos países latino-americanos, classificando-os primeiro em dois tipos diferentes, os países de tipo A são aqueles que possuem uma industrialização mais antiga, conquistando com isso uma burguesia industrial mais forte atrelada a certo desenvolvimento do mercado interno, essa industrialização iniciada antes da 2ª Guerra Mundial ganha maior liberdade durante o conflito através do incentivo dos países de capitalismo desenvolvido envolvidos com o conflito, porém, após o fim da guerra, esse movimento é novamente desencorajado pelo movimento internacional, o Brasil se situa no rol de países de tipo A descritos pela autora.

Vânia Bambirra (2019) destrincha ainda as características dos países que experimentaram esse momento de industrialização e classifica em países latino-americanos de tipo B aqueles que realizam a industrialização no pós-guerra como produto da integração monopólica, a esses países a estrutura social e econômica possui divergências importantes com os países de tipo A, para os fins desse trabalho, nos concentraremos nas características dos países de tipo A por representar um olhar mais aguçado para o Brasil e suas especificidades, principalmente no que concerne ao papel desenvolvido pela elite oligárquica e latifundiária.

Os estudos das *condições* que tornam possível o desencadeamento de um processo de industrialização em alguns países e suas conseqüentes transformações estruturais é o que de fato nos permitirá relacionar a situação geral da dependência dos tipos específicos de estruturas dependentes, isto é, distinguir as características mais significativas de cada um dos dois grandes tipos de sociedades dependentes contemporâneas, determinando assim suas leis básicas de movimento. (BAMBIRRA, 2019, p.62)

Para os países de tipo A, a industrialização foi fruto da expansão e transformação do setor primário-exportador e, nesse caso, ela significa primeiro uma substituição de importações, “produzem-se, assim, profundas transformações que tendem à modernização do sistema produtivo dos países dependentes, de modo que tal sistema possa responder a duas ordens de necessidades da expansão do capitalismo mundial” (BAMBIRRA, 2019, p.66). São essas ordens o aumento na produção de matérias primas e o aumento do mercado interno para absorção dos produtos manufaturados dos países centrais.

Bambirra destaca como o capitalismo não foi transferido para as áreas colonizadas de maneira completa, ele é configurado para atender as necessidades dos centros, entretanto, sua configuração altera o funcionamento social desses espaços, criando novas classes sociais nesse meio, apesar disso, elas não são capazes de alterar a estrutura de dominação, o que também não significa que elas não influenciam a estrutura político e econômica.

Embora em todo o processo se originem novas classes, como um proletariado crescente e classes médias, e se gerem paulatinamente as condições – como veremos mais adiante – para o surgimento de uma burguesia industrial, o poder das oligarquias latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não é esmagado, mas sim redefinido. E, apesar de que o caráter da dominação se transforme, seus agentes não variam substancialmente, mas, junto com a expansão do setor exportador expandem sua área de domínio. As formas de dependência mudam em função de sua readaptação às transformações ocorridas nas metrópoles, porém de forma alguma esses tipos de transformação fazem variar o caráter dependente do sistema interno de dominação. (BAMBIRRA, 2019, p.69)

Essa questão das classes sociais é de extrema importância, pois desnuda, de certa forma, como apesar das alterações sociais e políticas sofridas em todo o território, nunca ocorreu uma verdadeira revolução nos moldes burgueses dentro desse espaço, “o curso do desenvolvimento do capitalismo não implicou a *liquidação radical* dos modos de produção que o precederam, mas sim sua *superação descontínua e lenta, desde formas mais primitivas até formas mais elaboradas*” (BAMBIRRA, 2019, p.78). Essa forma de desenvolvimento que concilia classes e interesses antagônicos geram contradições no próprio formato do capitalismo que se equilibram de maneira precária para manter a estrutura formada.

O desenvolvimento do capitalismo industrial dependente não implicou, portanto, o desenvolvimento de um processo revolucionário, no sentido da tomada de poder por novas classes e da transformação radical das relações de produção nas quais se assentavam as velhas classes, como fez a burguesia europeia. Essa diferença se explica, conforme descrevemos, porque as relações de produção tipicamente capitalistas se desenvolvem no continente inicialmente no setor exportador – o que já é uma característica especial e distintiva do capitalismo dependente – e é ainda sob sua dependência que se geram as condições, não apenas para o surgimento, mas também para a evolução do capitalismo industrial. E, durante um longo período, até que a dinâmica inexorável da indústria se afirmasse definitivamente sobre o conjunto da sociedade, o que definiu o caráter dessas sociedades na América Latina foi a coexistência de vários modos de produção. (BAMBIRRA, 2019, p.79)

O que temos, portanto, é uma conciliação entre classes antagônicas, principalmente a industrial e a oligárquica, a burguesia industrial está na América Latina profundamente conectada às oligarquias, pois sua origem se deve às movimentações do setor primário-exportador. “A burguesia industrial latino-americana já nasce limitada e comprometida com as classes dominantes oligárquicas, não apenas porque o desenvolvimento da indústria ocorre no seio do sistema oligárquico” (BAMBIRRA, 2019, p.80).

Além das classes dominantes, deve-se observar as outras classes que compõem esse sistema, as classes médias da América Latina, formada principalmente por profissionais liberais, também se formam através da expansão do setor primário-exportador e da indústria, se aliando mais aos interesses da última, entretanto, daremos foco ao campesinato, essa é uma

classe de enorme importância para os rumos latino-americanos, apesar de estarem sobre uma intensa dominação que amordaçam sua capacidade de reação e interferência nas políticas adotadas.

Para definir o campesinato, Bambirra (2019) classifica-o como uma série de setores que compreendem o proletariado agrícola e o semiproletariado, ou seja, os trabalhadores desse sistema que possuem formas variadas de contrato e estabilidade, mas também o campesinato pobre e médio ligados ao minifúndio e ao emprego de mão de obra familiar e, no caso do campesinato médio, algumas vezes de mão de obra de outros camponeses.

O campesinato também é uma classe que, embora participe de forma substancial do processo produtivo, jamais esteve em condições de oferecer, enquanto classe, uma alternativa de desenvolvimento ao conjunto da sociedade. Conforme já foi apontado, isso se deve, principalmente, ao fato de que, no sistema capitalista, a indústria tende a subordinar todos os demais setores à sua própria dinâmica, e as possibilidades e limites do desenvolvimento rural estão dados por ela. Portanto, as classes cujos interesses fundamentais estão ligados ao campo necessariamente estão subordinadas às classes cujos interesses estão diretamente vinculados ao setor industrial. (BAMBIRRA, 2019, p.83-84)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e as tensões da Guerra Fria, os Estados Unidos se apresentam como centro hegemônico capitalista e tem-se início à integração monopólica mundial, o que traz mudanças para a América Latina e para o sistema dependente, a inserção de empresas estrangeiras na América Latina é central nesse processo, pois vincula a economia às necessidades do mercado internacional e criam novas formas para a manutenção da dominação, redesenhando a interação das classes sociais que acabamos de abordar.

Foi baseado na hegemonia da superpotência estadunidense que o desenvolvimento do sistema capitalista no plano mundial encontrou as condições para consolidar todo o processo de integração empresarial, comercial, financeira, política, militar e cultural (facilitada pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento dos diversos meios de comunicação), o que se deu através da proliferação de empresas “multinacionais” que se instalaram em todos os países capitalistas, através dos acordos regionais de comércio, através da criação de sistemas financeiros internacionais, ou através da criação de instituições e organismos de coordenação de decisões políticas e militares. Finalmente, esse processo se manifestou também mediante a grande expansão da cultura estadunidense em todo o bloco capitalista, impondo suas pautas em múltiplos níveis, que vão das normas preliminares de comportamento, às técnicas e metodologias científicas. (BAMBIRRA, 2019, p.123)

O capital estrangeiro que entra, vindo principalmente dos Estados Unidos, interfere no setor manufatureiro dos países dependentes, Vânia Bambirra (2019) lista quatro efeitos gerados por esse movimento, que descreveremos aqui como um controle dos novos ramos produtivos industriais pelo capital estrangeiro, a monopolização da economia através das compras de empresas nacionais, a desnacionalização de propriedades privadas de meios de produção

industrial de controle nacional e, por fim, a integração dos interesses das classes dominantes locais com as empresas estrangeiras.

Como consequência de todo esses elementos, ocorrem mudanças qualitativas no sentido e na orientação das formas de funcionamento e de dominação interna dos sistemas capitalistas dependentes latino-americanos. Essas mudanças se expressam fundamentalmente no abandono realista, por parte das classes dominantes, dos projetos reformistas e de desenvolvimento nacional autônomo, cujas implicações estão diretamente relacionadas à decadência dos métodos populistas e controle das massas proletárias e pequeno-burguesas, e, em contrapartida, na adoção de medidas cada vez mais “interdependentes” em relação ao centro econômico quanto no político e militar. Tudo isso se manifestou na criação de uma série de facilidades para a penetração do capital estrangeiro; na aplicação, em grande parte dos países, das orientações preconizadas pelos Estados Unidos através do Fundo Monetário Internacional (FMI) para “ordenar” a vida econômica; nas tentativas de “reformas” defendidas pela Aliança para o Progresso, que buscava a ampliação do mercado para os consórcios multinacionais e a contenção do descontentamento social em algumas áreas determinadas; no alinhamento, através da Organização dos Estados Americanos (OEA), à política externa estadunidense, para impedir as tentativas de autodeterminação e de oposição à grande potência – alcançadas no caso de Cuba -, bem como facilitar a manipulação e implementação da política imperialista em escala continental. Finalmente, isso também se expressa nos diversos acordos de ajuda, cooperação e assistência policial e militar, com o objetivo de preparar para a polícia e as forças armadas para exercerem de forma eficiente a repressão contra as tentativas de subverter a ordem. (BAMBIRRA, 2019, p.126-127)

É frente a essas alterações que os movimentos populares passam a pressionar e se revoltar, as classes populares não veem nesse novo rearranjo espaço para seus direitos básicos e são nesse período sufocadas em suas reivindicações pelas ditaduras militares, como exposto às condições específicas do Brasil; nesse momento confirmam que a ditadura empresarial militar brasileira foi eficaz em garantir que o processo descrito anteriormente fosse realizado com sucesso, tendo o capital estrangeiro as portas do país abertas pelos militares para se estabelecerem como fosse mais produtivo para eles e as classes dominantes internas que se beneficiavam desse processo.

Com esse arranjo político, é possível levar a cabo um novo formato para o capitalismo dependente agora com a presença massiva do capital estrangeiro, interferindo não apenas no setor industrial, mas também no setor primário-exportador, nesse período ocorre a modernização conservadora no Brasil, o que significou a modernização dos processos agrícolas no campo, caminhando ao lado da manutenção do poder das oligarquias latifundiárias, esse é um momento em que o capitalismo que invade a América Latina encontra relações que, apesar de não serem vantajosas a ele, devem ser mantidas para permitir que a dominação continue.

Essa é uma contradição imprescindível para análise, a relação entre a indústria e o setor primário-exportador se torna um problema por limitar a capacidade industrial capitalista, e

apesar da adoção de outras medidas para o aumento da capacidade industrial, a reforma da estrutura agrária se mostra imprescindível nesse período. A estrutura agrária tradicional está ligada aos latifúndios, grandes extensões de terra, às vezes improdutivas, nas mãos de poucos proprietários o que gera, conforme a observação de Bambirra (2019), salários excessivamente baixos no campo que prejudicam a adoção de maquinário e insumos modernos em larga escala e, portanto, o desenvolvimento capitalista no campo. “Tais trabalhadores vivem, durante a maior parte do ano, da economia de subsistência, nas pequenas cidades, desempenhando serviços esporádicos que, em muitos casos, são remunerados por jornada ou por um curto período no qual seu trabalho é necessário” (BAMBIRRA, 2019, p.180).

Tais traços produzem, na agricultura dos países que destacamos, uma situação híbrida que se caracteriza pela coexistência e interação entre componentes da antiga estrutura agrária tradicional e pré-capitalista e elementos de uma estrutura moderna e capitalista, ainda que sob o predomínio dos primeiros em vastas regiões. A estrutura de classes da economia rural tende a se tornar mais diversificada e complexa, bem como os interesses das classes tendem a se diferenciar. Entre as classes dominantes, mantém-se a presença dos setores latifundiários tradicionais e se desenvolve um setor de empresários tipicamente capitalistas. (BAMBIRRA, 2019, p.180-181)

Há, portanto, dentro das classes dominantes, os latifundiários interessados em conservar a propriedade privada da terra, pois é nela que está centrado seu capital, “os latifundiários compõem, portanto, a classe mais conservadora da sociedade, na medida em que seus interesses estão vinculados à manutenção de uma forma de propriedade que é incompatível com o pleno desenvolvimento do capitalismo” (BAMBIRRA, 2019, p.181). E os empresários capitalistas representando o outro lado desse interesse na produção da terra, para eles a terra é matéria-prima para o investimento do capital, Marx nomeia isso de capital-terra.

Para o investimento do capital na produção da terra, a compra ou o arrendamento dela, possível apenas pelo entendimento da terra como propriedade privada, é imprescindível, entretanto o capital aplicado a essa transação não gera valor real algum e, portanto, não é a propriedade privada da terra a forma mais vantajosa ao capitalismo. Para compreender essa questão, observa-se que Marx (2013) fez uma análise das formas de renda da terra, definindo-as como renda diferencial e renda absoluta, a renda diferencial diz respeito à capacidade produtiva da terra, é uma renda determinada por fatores como a fertilidade da terra e a proximidade com o mercado, é uma renda que independe do formato de propriedade e se forma exclusivamente pelas suas características.

De um modo geral, pode-se dizer que a alternativa burguesa para o desenvolvimento rural consiste em não questionar radicalmente – e em seu conjunto – a estrutura agrária tradicional e em promover um processo de modernização do campo em regiões consideradas estratégicas, criando as condições para uma lenta expansão do mercado rural e para o aumento da produção agrícola. Dessa forma, tal alternativa não resolve a contradição básica que assinalamos, limitando a possibilidade de uma grande expansão industrial e deixando latente a necessidade de eclosão de revoltas camponesas. (BAMBIRRA, 2019, p.188)

Já a renda absoluta, descrita por Marx (2013), se relaciona diretamente à propriedade privada da terra, sua ocorrência está atrelada à impossibilidade de se criar uma taxa de lucro média, possibilitando que o valor do produto seja superior ao valor médio, essa ocorrência não beneficia ao capitalismo. Entretanto, eliminar a propriedade privada da terra é impensável, mesmo questionar a propriedade privada, em qualquer modalidade, é impraticável para o sistema, pois é justamente na existência da propriedade privada que o sistema capitalista está centrado.

[...] Questionar a propriedade é questionar o sistema, e nenhuma burguesia, por mais lúcida e consequente que fosse, se atreveria a fazê-lo. Há, ainda, outro aspecto de grande relevância: para liquidar o latifúndio é necessária a mobilização ativa do campesinato e mobilizar o campesinato para questionar a propriedade privada seria desencadear um feitiço que facilmente poderia se voltar contra o feiticeiro. Além disso, nos países latino-americanos, devido ao compromisso histórico entre as oligarquias e as burguesias industriais, tal medida se apresentaria como sendo ainda mais irrealizável. (BAMBIRRA, 2019, p.185)

Apesar dessa enorme contradição, essas classes dominantes realizaram uma conciliação de seus interesses, as oligarquias latifundiárias permaneceram com a propriedade da terra intocada e realizaram a modernização de sua forma e área de produção, no Brasil, isso se configurou na já mencionada modernização conservadora, a entrada das multinacionais estrangeiras nesse período também tiveram impactos no setor agrário, importando destacar a atuação que tiveram na formação dos complexos agroindustriais, uma atuação que permanece na atualidade.

Não podendo, portanto, ser radicalmente revolucionária, a alternativa burguesa se limita a um reformismo gradual. Esse reformismo consiste em tratar de resolver o problema agrário, por um lado, através de medidas modernizantes e, por outro mediante reformas parciais e localizadas em regiões consideradas prioritárias em função de problemas econômicas ou políticos. (BAMBIRRA, 2019, p.186)

Nesse cenário, o campesinato também sofre mudanças: agora nos aprofundaremos um pouco mais em suas categorias anteriormente mencionadas, seguindo ainda a definição de Vânia Bambirra (2019) para o termo. Segundo ela, a divisão do campesinato pode ser feita em dois grandes grupos, o camponês autônomo e os assalariados, para o primeiro grupo ainda há

uma diferenciação entre aqueles que são proprietários de minifúndios e os pequenos arrendatários, ou parceiros, que trabalham a terra segundo formas variadas de contrato. Para esses últimos há duas formas de renda.

As formas mais usuais de renda variam entre a renda-trabalho e a renda-dinheiro. A renda-trabalho é aquela obtida através da forma com maior exploração à qual está submetido o camponês, que a obtém trabalhando alguns dias para o patrão e outros para si mesmo. (...) a renda produto é obtida por meio de uma relação contratual na qual se estabelece a obrigação, por parte do camponês, de dar ao dono da terra uma parte da produção (que pode variar entre a metade ou um terço desta). (BAMBIRRA, 2019, p.189)

Quanto aos assalariados agrícolas, a venda da sua força de trabalho é o que possibilita a realização de renda, as variáveis que cercam a venda da força de trabalho se ligam ao tipo de trabalho realizado, ao formato do contrato e a vigência ou não de legislação trabalhista, essa forma de trabalho predomina nas regiões mais modernizadas do mundo agrário. Para esses atores do campo, as reivindicações são diferentes frente às novas formas de dominação.

As perspectivas e reivindicações de cada classe ou setor de classe estão diretamente relacionadas à sua condição econômica-social objetiva. É por isso que, para o minifúndio, para o pequeno arrendatário e para o colono interessa, sobretudo, ter a propriedade da terra – ou seja, a propriedade sobre uma extensão razoável de terras através da qual os mesmos possam organizar sua vida e a vida de suas famílias. Enquanto isso, para os assalariados agrícolas importa ter trabalho, salários maiores, garantias sociais etc. Suas reivindicações são tipicamente reivindicações da classe operária e quando os mesmos defendem a propriedade sobre a fábrica: seja sob sua forma cooperativa, seja como propriedade estatal sob a administração operária, de todas as maneiras os interesses coletivos primam sobre os interesses individuais e estes se realizam através daqueles. (BAMBIRRA, 2019, p.192)

Essa divergência, quanto aos interesses de classe, denuncia um pouco das potencialidades de cada setor, o campesinato que luta pela propriedade da terra e pela mudança que uma reforma agrária poderia gerar a estrutura social e produtiva ao lado das reivindicações dos assalariados do campo que se aproximam muito das reivindicações do proletariado urbano e industrial e que, portanto, também podem levar às modificações da estrutura social pela revolução.

É evidente que, desde a perspectiva das classes dominadas no campo, o desenvolvimento agrícola teria que se realizar questionando profundamente a propriedade monopólica da terra. A incapacidade do capitalismo em cumprir esta tarefa apenas agrava as condições econômico-sociais no campo, além de transferir parte delas para as cidades, seja através dos limites impostos por essa incapacidade ao processo de industrialização, seja através do crescimento vertiginoso dos setores marginais que, em grande parte, compõem-se dos camponeses expulsos do campo. (BAMBIRRA, 2019, p.195)

Florestan Fernandes (1981) também apresenta em sua obra *Capitalismo Dependente: classes sociais na América Latina* diagnósticos muito parecidos com os traçados e destrinchados por Vânia Bambirra (2019) até aqui, mais concentrado nas movimentações das classes sociais, ele apresenta uma visão muito parecida para as formas e as causas da dominação que se configurou pela região, apontando como as classes dominantes têm papel relevante na estruturação dessa dupla dominação, interna e externa, em favor das necessidades capitalistas de produção.

(...) A expansão do capitalismo atingiu, em todos os países (embora em extensão e com intensidades variáveis), proporções suficientes para fazer da ordenação em classes sociais o núcleo estrutural e dinâmico da organização societária. Ao mesmo tempo, porém, a referida expansão do capitalismo ajustou-se de maneira variável, mas geral, a condições externas e internas que restringiram ou entorpeceram as funções diferenciadoras, classificadoras e estratificadoras do mercado e do sistema de produção capitalista, inibindo assim o grau de universalidade, a eficácia e a intensidade dos dinamismos revolucionários ou estabilizadores da ordenação em classes sociais. Isso quer dizer que o modo histórico-social de concretização do capitalismo engendra a sua própria realidade substantiva. As classes sociais não “são diferentes” na América Latina. O que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia historicamente como força social. (FERNANDES, 1981, p.39)

Florestan (1981) também é assertivo ao analisar o papel do Estado nesse movimento de dominação e a forma como as classes sociais hegemônicas conseguem condicionar a sua atuação para atender às necessidades que eles apresentam, revelando que seja na monarquia, ou na democracia, os interesses burgueses interferem na atuação estatal e comprometem seu funcionamento para fortalecer a dominação sobre as classes mais baixas e beneficiar o funcionamento do capitalismo dependente.

(...) Isso ocorre, não obstante, sob perda constante da eficácia das técnicas, instituições e valores políticos, incorporados ao sistema de poder e dentro de uma tendência, por assim dizer *estrutural*, à impregnação autocrática de padrões do comportamento político que “deveriam ser” democráticos. Nesse contexto, as associações profissionais, patronais e administrativas das classes privilegiadas adquirem uma intensa orientação política; e o Estado converte-se na instituição-chave, de auto defesa das classes privilegiadas e de controle da sociedade nacional pelas elites dessas classes. (FERNANDES, 1981, p.103)

O que denotamos nas análises sobre a teoria do capitalismo dependente latino-americano é um funcionamento capitalista com dupla dominação, por fatores externos ligados aos países de capitalismo hegemônico e as necessidades do mercado internacional, e os fatores internos ligados às classes burguesas nacionais industriais e as oligarquias latifundiárias, ambos os fatores não possuem interesses totalmente alinhados em todas as perspectivas, mas atuam continuamente em uma relação que se propõe equilibrada e coordenada para que os interesses

de ambos sejam atendidos frente a grandes massas populares altamente exploradas que lutam pela libertação e que representam o maior perigo para essa intrincada e delicada estrutura.

Desde a formulação da teoria, o capitalismo dependente vem se adaptando a novas condições de existência e funcionamento, mas as leis gerais apresentadas por Marini, Bamberger e Theotonio seguem presentes. Essa dupla dominação com a presença de empresas estrangeiras nos mercados internos apresentaram novos formatos ao longo do tempo, impactando o campo brasileiro de modo muito peculiar, conforme traremos a seguir. A forma social e política também ganha novos contornos, mas a hegemonia das elites já apontadas permanece. O próximo ponto será dedicado às atualizações que possuímos sobre os formatos de adequação da dependência frente aos novos acontecimentos sociais e políticos da região, principalmente do Brasil.

2.3 Capitalismo Dependente brasileiro e desenvolvimento agrário: a produção agrária brasileira e a lógica capitalista

Dentro dessa leitura, o desenvolvimento agrário se faz muito importante para os aspectos econômicos, sociais e políticos do país, como apontado, a ameaça de uma reforma agrária ampla e popular foi fator importante para a consolidação do golpe empresarial militar em 1964. Nesse período, o conflito no campo entre pequenos camponeses posseiros e os donos de terras latifundiários levaram a episódios de confrontos sangrentos, como Trombas e Formoso, mas também a batalhas judiciais importantes, como o reconhecimento dos direitos desses posseiros por serem aqueles que efetivamente trabalhavam com a terra, e isso comprometia a noção de propriedade privada e o lucro dos latifundiários.

O recebimento dos títulos de propriedade pelos posseiros só foi possível pela vitória na luta armada, consolidada em 1957. A construção de uma solidariedade camponesa nas matas de Trombas foi responsável não só pela garantia das terras sem concessões, mas também pela consolidação de uma representação dos posseiros em termos positivos, de tal forma que a vitória do capital sobre a propriedade da terra teve que, primeiro, destruir a imagem dos posseiros construída por Trombas. (MAIA, 2008, p.254)

A organização camponesa desse período é silenciada pela ditadura empresarial-militar de maneira sangrenta, através da prisão, tortura e morte de diversos líderes das ligas

camponesas⁶, a resistência existe, mas o movimento anterior se desorganiza e entra na clandestinidade, enquanto isso, a lei da reforma agrária é aprovada pelos militares ainda em 1964. Apesar da aparente contradição desse movimento, ele já foi explicado por Bambirra (2019), o interesse capitalista é limitado pelos latifúndios, por isso pôr fim ao latifúndio é interessante, porém a forma como a redistribuição de terras ocorrerá e para quem ela será designada assim como o que será produzido por ela e como precisam de um controle, o sistema democrático não pode garantir.

Hoje, após muito trabalho historiador, é possível afirmar que a reforma agrária aprovada em 1964 não foi levada a cabo e outros acontecimentos permitiram a entrada do capitalismo no campo brasileiro sem alterar o poder dos latifundiários e sua influência política, portanto, esse texto da reforma agrária, apesar de existir, não é eficaz, o que tem relação direta com o controle militar das instituições, principalmente as jurídicas no período. Mesmo alinhada com os interesses capitalistas, forçar uma reforma no setor agrário não é interessante, principalmente pela instabilidade política e de controle social que tal medida representaria.

Para isso um novo conceito se fazia necessário. Sendo o uso um direito do proprietário, era necessário inventar a *produtividade*. O que se tinha que exigir não era que o proprietário ou quem quer que fosse usasse a terra, mas que o proprietário, e só ele, a tornasse produtiva. O uso é um direito, a produtividade uma qualidade. Isto é, o proprietário teria a obrigação de dar esta qualidade à terra no exercício de seu direito de uso. O sistema estava, com uma única cajadada, resolvendo dois problemas jurídicos: garantir a propriedade absoluta e o uso como direito, e, ao mesmo tempo, criando uma obrigação legal, a de produzir. Já que o capitalismo precisava da terra para produzir matérias-primas ou alimentos, o Estado pagaria o preço ao proprietário inadimplente e o próprio capitalismo sairia fortalecido. Sempre há soluções mágicas quando há interesse econômico e sempre, nas soluções mágicas fundadas no interesse econômico privado, o povo paga a conta. (SOUZA FILHO, 2010, p.190)

Como terras improdutivas não apresentam vantagens para o capitalismo global, a reforma agrária militar pretendia corrigir essa questão, mas, com o governo ditatorial, a entrada de empresas estrangeiras no país acontece, e muitas delas lidam com esse setor produtivo, a chamada revolução verde⁷ está ocorrendo e a aplicação de insumos agrícolas na agricultura é

⁶ As ligas camponesas foram associações criadas por trabalhadores rurais em algumas regiões do Brasil para buscar a luta pela por direitos trabalhistas e de acesso à terra, essas associações tomaram um formato jurídico formal e levaram a luta também para esse campo, os confrontos para silenciar e intimidar os grupos começaram mesmo antes da ditadura e sob elas foram ainda mais contundentes. Montenegro acerca do termo esclarece: “A expressão ‘Ligas Camponesas’, resgatada pela imprensa na tentativa de colocar a opinião pública contra a SAPP, pois a nomeia como organização comunista, é reapropriada pelos camponeses, e através dessa expressão é que serão registradas as próximas Sociedades Agrícolas.” (MONTENEGRO, 2003, p.254), essas associações foram importantes instrumentos da luta pelo acesso à terra no Brasil.

⁷ A revolução verde ficou conhecida como um movimento global para a modernização da agricultura global e sua forma de produção através da introdução de tecnologias modernizantes, como maquinários e insumos como sementes geneticamente modificadas, além do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos.

decisiva para a produtividade da terra. A elite proprietária de terra se adapta a essa nova demanda e o conflito anterior se dissolve quando os latifúndios passam a produzir através da monocultura se utilizando de maquinários e insumos oferecidos pelas empresas internacionais.

Na prática os governos militares não fizeram nem uma nem outra coisa, simplesmente abandonaram a Lei de Terras, deixando de aplicá-la. Optaram por desenvolver a agricultura aprofundando a chamada revolução verde, isto é, incentivando o uso cada vez mais expressivo de agrotóxicos, mecanização e, enfim, a capitalização do campo. Dessa forma, não promoveu nem a reforma agrária, nem a modernização por via do tributo, incentivando por meio de financiamentos o capital agrário. Longe de qualquer sanção, foi estabelecido prêmio ao cumprimento da lei da produtividade, não da função social. (SOUZA FILHO, 2010, p.192-193)

Com essa conciliação de interesses da elite oligárquica com os interesses do capital internacional, o campesinato de pequenos produtores seguiu marginalizado, mas a configuração produtiva do campo se alterou em alguns sentidos, entretanto, sem a realização da reforma agrária e com o conflito entre as classes ainda presente, o campesinato voltou a se organizar, tendo como principais expoentes a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Sem Terra (MST), nascidos ainda durante a ditadura. Com o movimento de abertura democrática, esses movimentos ganham espaço e a luta pela terra ganha mais um capítulo.

Dentre os movimentos sociais, o que teve maior fôlego e importância foi o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), criado em 1984. Sofreria as influências difusas desses processos, mas simultaneamente produziria uma atuação bastante original com relação aos demais movimentos sociais, sobretudo porque desde seus primórdios implanta-se em escala nacional, sua militância abrangendo praticamente todo o território. Sua principal reivindicação – a reforma agrária – foi considerada por alguns como um objetivo meramente integrativo (reformista), voltado a minorar a situação de pobreza rural através de alguma distribuição de terras, cuja propriedade era (e continua) extremamente concentrada. Diferentemente dos demais movimentos sociais, entretanto, o MST precocemente defrontou-se com o extremo conservadorismo no meio rural e com a coligação com os setores proprietários urbanos contra qualquer alteração do estatuto da propriedade no Brasil. A defesa abstrata da propriedade unificava os setores dominantes, levando-os a apoiar o uso aberto da violência armada pelos proprietários rurais e a referendar a leniência e complacência características do Estado brasileiro diante da violência dos proprietários. Desde seus primórdios, o MST defrontou-se com os fundamentos sociais de sua luta, tendo sido capaz de incorporá-los. A reivindicação e a luta efetiva pela Reforma Agrária que capitaneou dali em diante – ainda que se mantivesse no terreno corporativo, o que não foi o caso – colocava em xeque a aliança entre grandes proprietários rurais e urbanos que caracterizara o processo de expansão capitalista no Brasil. As características e a amplitude de sua base social o levaram, precocemente e de maneira bastante original, inclusive com relação ao PT e à CUT, a dedicar-se a processos intensivos de educação e formação. O MST consolidaria uma atuação também nacional, porém mais organicamente unificada. (FONTES, 2010, p.233)

Os debates para a realização da constituição ganham o foco desse embate e a proposta de reforma agrária é um dos debates mais calorosos do período, iniciado com a apresentação do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) em 1985, a discussão permanecerá até a

apresentação do texto constitucional que, apesar de cidadão ao reconhecer direitos dos trabalhadores e de classes historicamente oprimidas, como indígenas e quilombolas⁸, que também guardam com a terra uma relação especial, aprova a reforma agrária no texto constitucional após o acréscimo da improdutividade da terra como requisito para a realização da desapropriação para fins de reforma agrária. Essa alteração pode parecer uma pequena mudança do texto original, mas é o que permite o boicote da realização da reforma agrária atualmente, não é elemento único para a configuração desse cenário, mas é determinante.

A Constituição de 1988 estabelece alguns objetivos do Estado, entre eles, a supressão da pobreza e das desigualdades sociais e regionais, a reversão dos impactos negativos ao meio ambiente, a proteção das culturas populares etc. Entre os instrumentos capazes de fazer chegar a esses objetivos, está a reforma agrária fundada no cumprimento da função social da terra, mas arditosamente, mais uma vez, dois impeditivos foram introduzidos para dificultar a sua aplicação: a exclusividade da União para desapropriar e o império da produtividade (artigo 185). Cumpre, portanto, em interpretação que utilize toda a Constituição e não apenas os arditos artigos, redefinir a exclusividade da União apenas para utilizar Títulos da Dívida Agrária na desapropriação, podendo os demais entes desapropriar em dinheiro; e redefinir a produtividade, como produtividade social, de interesse social, e não o só e ínfimo nível de produção fornecido pelo Grau de Utilização da Terra e seus similares, criados em uma época já, de longe, ultrapassada. (SOUZA FILHO, 2010, p.195-196)

Com a redemocratização, o cenário do campo se altera novamente, os movimentos iniciados durante o período ditatorial, como a modernização conservadora se desenvolveram, e o capital estrangeiro investido no setor estruturaram novas formas de produção, surgindo do processo os primeiros complexos agroindustriais (CAI). Entretanto, a reforma agrária não foi realizada de forma ampla e resiste ainda hoje uma boa parte dos latifúndios, assim como o poder político dos proprietários de terra foram conservados. Nesse desenvolvimento dos acontecimentos, o agronegócio ganha forças e o campesinato brasileiro segue com dificuldades para existir, contexto necessário para o capitalismo dependente.

(...) Diferentemente desses momentos de fuga anteriores, nos quais a continuidade da acumulação realizou-se às expensas de cruentas ditaduras, a partir da década de 1990 o processo conduziu a uma replicação interna da política característica do capital imperialismo, associando violência e convencimento. (FONTES, 2010, p.368)

⁸ As populações originárias, principalmente indígenas e quilombolas também tiveram seu acesso à terra negado nos períodos anteriores a constituição de 1988, a organização social desses grupos está intrinsecamente conectada aos territórios que ocupam e a falta de proteção jurídica que atingia esses territórios os colocava em uma posição extremamente vulnerável, já que toda a cultura desses grupos conversa com o território em que se estabeleceram e com os elementos naturais presentes nele, entretanto apesar do reconhecimento constitucional de seus direitos sobre essas áreas a efetiva demarcação deles foi alvo da luta das comunidades nos momentos posteriores a constituição e é uma luta que permanece na atualidade, com muitas comunidades onde a demarcação ainda não foi levada a cabo. Ataques aos territórios indígenas ganharam nos últimos anos um volume considerável após o posicionamento do Governo Bolsonaro de não demarcação de terras e de desestruturação dos sistemas Estatais de proteção que atuava em prol dessas comunidades.

Partindo dessa configuração do campo, nas décadas seguintes a redemocratização será um processo impactante para o funcionamento político, social e econômico do país, a década de 90 será marcada por reestruturações nas políticas e na organização do Estado, a estrutura administrativa será revista, novos projetos para o Brasil serão pensados e implementados, e todas as alterações ocorreram em meio a um momento político e econômico instável, Tancredo Neves é o primeiro presidente democrático, mas morre antes de assumir o cargo, Sarney assume em seu lugar e dará lugar a Fernando Collor de Mello.

Collor é o primeiro presidente democraticamente eleito pelo voto popular, porém não termina seu mandato após os escândalos de corrupção que levam ao seu impeachment em 1992. Nesse momento, o país enfrenta também uma crise econômica avassaladora. “A democracia, fruto da conquista popular, enfrentaria uma regular e sistemática redução de seu teor igualitário, crescentemente sinonimizada aos mecanismos eleitorais e parlamentares, o que se inicia com a eleição de Fernando Collor de Mello em 1989” (FONTES,2010, p.320).

Com isso, a insatisfação social é forte em todo o território nacional, as dificuldades econômicas são explicitadas pela inflação alta e pela fome generalizada, somando-se a isso o Brasil ainda não possui na maioria do território e para a maioria da população sistemas que garantam a educação, a saúde e o saneamento básico, segundo o que havia sido pactuado na Constituição. “A nova esterilização das reivindicações sociais se realizaria, porém, doravante sob outro formato, de cunho parlamentar, no qual a retirada de direitos atuava sob a normalidade eleitoral democrática” (FONTES,2010, p.322).

Com a entrada de Itamar Franco na presidência, no ano de 1992, o Plano Real é elaborado e realizado, conseguindo controlar a inflação da moeda brasileira e apresentando novos rumos para a economia do país, seu sucessor no cargo, Fernando Henrique Cardoso⁹, também terá papel para esse setor, e também é em seu governo que ocorre a definição e o início de algumas políticas públicas, inclusive para o campo.

Vista com o recuo que quase 30 anos permitem, a década de 1980 e seus desdobramentos nos primeiros anos 1990 evidenciam uma importante inflexão na trajetória histórica brasileira, que, conservando inúmeras de suas tradições, encontrava-se diante de uma conjuntura de novo tipo, na qual conjugavam-se lutas populares fortes com a necessidade burguesa da estabilização de um formato político de tipo democrático-representativo. Vários elementos precisam entrar aqui na linha de conta: a crise econômica, com o crescimento explosivo da dívida externa; a inflação

⁹ Fernando Henrique Cardoso em conjunto com Enzo Faletto é autor da obra “Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica”, que trata da teoria da dependência, entretanto essa obra se caracteriza na corrente Weberiana da teoria e, portanto, não será apresentada nesse estudo.

galopante, que cobrava seu custo, sobretudo dos setores mais pauperizados da população, exatamente num período no qual a ditadura entrara em crise e ascendiam os movimentos populares pela democracia; a tensão no interior dos movimentos populares, que crescia no sentido de uma superação da ordem até então dominante, ainda que confusamente diluída no bojo de reivindicações que primavam por um conteúdo “democrático”, mas carregavam um teor socializante. (FONTES,2010, p.322-323)

A virada do milênio será marcada principalmente pela chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva dará continuidade à realização de políticas públicas para a parcela mais pauperizada da população, atuando de maneira conciliatória entre os diversos interesses antagônicos de classe; sob seu governo, o país alcançará alguns níveis de desenvolvimento social e econômico, mas a análise mais pormenorizada das características desse período serão observadas em outra oportunidade.

Durante todos esses eventos políticos, o campo brasileiro também passou por transformações importantes, a elite agrária agora composta pelos latifundiários e pelos capitalistas agrários atuantes no campo reformulam a forma da atuação política e da interferência no Estado, as relações estabelecidas entre eles se darão através de várias entidades representativas de classe criadas nesse período. No âmbito internacional, a necessidade de matérias primas se alinhará com o projeto hegemônico interno e assim o Brasil será apresentado como o celeiro do mundo, a grande produção agrária se orientará a atender esse mercado, produzindo principalmente commodities no formato da monocultura.

As entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil, no sentido gramsciano, como aparelhos privados de hegemonia, e participavam intimamente do Estado, antes e durante o período ditatorial. Apresentavam-se, entretanto, como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, controlando passo a passo o processo constituinte através do Centrão, força política interpartidária que lhe dava suporte. (FONTES,2010, p.242)

Observando as análises feitas, é possível apontar como a produção agrária brasileira mantém conexões históricas com o mercado internacional, desde o período colonial com a produção de algodão e açúcar para exportação, a economia, portanto, desde esse momento é profundamente conectada com o setor primário-exportador, sendo uma das principais áreas da economia do país até hoje. Os valores mobilizados por esse setor são responsáveis pelo giro de grandes montantes que batem recordes de produção e lucro, entretanto, esses valores não se fixam no país e nem são distribuídos aqui dentro.

Não é possível nem desejável reduzir o conjunto da existência social contemporânea a essa dupla e perversa dinâmica da concentração/expropriação. Se ela não permite compreender (felizmente) todos os aspectos de nossa vida atual, sem sua

compreensão, entretanto, as forças fundamentais que regem nossa existência parecem escapar de nosso alcance, submergindo-nos em sucessivas ondas de crise e escasso alívio sem que consigamos alcançar seu sentido e significado. (FONTES,2010, p.303)

A agricultura sempre representou para o Brasil uma movimentação expressiva de capital que movimentou a economia brasileira, ao menos no plano internacional e para as classes hegemônicas ligadas a essa produção, as movimentações internas do país estiveram nesse sentido alinhadas para a manutenção dessa relação às políticas econômicas do Estado, que foram construídas para atender essa demanda primordialmente. O setor jurídico dá provas dessa movimentação quando se analisam as legislações aprovadas para fortalecer a atuação do setor.

Três períodos cruciais para a história do Brasil foram de intensas lutas com crescente teor explicitamente classista, impulsionadas por forte reivindicação igualitária e democratizante: 1920-35, 1955-64 e 1975-89. Somente levando tais lutas em consideração é possível compreender que a violência da reação proprietária – como a ditadura em 1937 e o golpe de Estado civil-militar de 1964 – seria impotente para conter a incorporação popular nos quadros estreitos dos momentos precedentes, a menos que ocorresse um recuo da própria acumulação capitalista. Nos três casos, embora com graus diversos, a repressão se abateu tanto mais violentamente quanto maior foi a tendência a uma aproximação entre os setores urbanos e os rurais. Após a degola das lideranças populares, os setores dominantes precisariam, entretanto, “pacificar” tais setores populares, o que se realizou através da formulação legal de direitos, ainda que amputados da capacidade socialmente transformadora que originalmente continham. (FONTES,2010, p.315)

Mas não apenas essa movimentação deve ser observada, a relação do Estado com o campesinato também denuncia essa mesma dinâmica; ao observar as políticas de fomento ou arrocho sobre o setor campestre, ela também se conecta às necessidades do capital. A maior exploração desse setor serviu a diferentes propósitos ao longo do tempo, desde uma movimentação que proporcionou o êxodo rural que constituiria o proletariado urbano até o desenvolvimento de uma classe assalariada no campo que compartilha de características muito similares. Os pequenos produtores, atrelados a uma produção familiar para subsistência, também foram alvo dessa movimentação.

O conceito de superexploração procura dar conta de maneira estrutural do peculiar desenvolvimento do capitalismo nas periferias, por seu caráter dependente e integrado, desigual e combinado, contraditório e tenso, através de dois determinantes fundamentais: o truncamento da lei do valor e a precariedade do mercado interno. Partindo de Marx, Marini distingue entre a exploração apoiada no aumento da capacidade produtiva e aquela apoiada na violação do valor da força de trabalho, consistindo, esta última, na conversão do fundo necessário do consumo dos operários em fundo de acumulação de capitais. Daí resultaria uma redução da vida útil dos trabalhadores brasileiros (ou periféricos) pelo desgaste imposto à sua reprodução sempre incompleta. Os trabalhadores dos países capitalistas periféricos suportariam a agregação de todas as formas de exploração, desde aquelas sob a vigência da lei do valor, como a extensão de jornadas, intensificação do trabalho, com o aumento da produtividade, até aquelas fora da lei do valor, acarretando a redução da própria vida dos trabalhadores. (FONTES,2010, p.352)

O fomento ou não da produção de alimentos por parte de pequenos produtores também pode ser observada segundo essa ótica da movimentação do capitalismo dependente, essa análise será devidamente aprofundada no próximo tópico, o que procuramos destacar conforme as palavras de Virginia Fontes é que “se a atuação capital-imperialista brasileira se intensificou nos últimos anos, ela tem origens mais remotas, tanto na expansão das empresas, quanto na configuração de uma política de Estado em seu apoio, como já fora ressaltado desde a década de 1960 por Marini” (FONTES,2010, p.346).

2.4 Agronegócio e agricultura familiar: definições e o debate atual

O agronegócio surge como termo em uma universidade estadunidense em 1950, cunhado por Davis e Goldberg; ele faz a designação do complexo de negócios que envolvem não só as atividades produtivas dentro das fazendas, mas também aquelas ligadas a ela que ocorrem do lado de fora desse ambiente, tanto antes como depois da produção nas fazendas, como a industrialização de produtos de origem agrária e a produção de insumos para aumento da produtividade. Essa designação é abrangente e ganha novos contornos no Brasil, sendo que o bloco do agronegócio não é um setor homogêneo e muitas vezes representa interesses divergentes, porém ainda assim muito conectados.

Com a redemocratização, o que conhecemos hoje como agronegócio se firma no Brasil com um contorno mais atual, apesar disso, é importante lembrar que ele é gestado dentro do período ditatorial, esse contorno mais atual significa dizer que há um funcionamento de grandes empresas multinacionais, que se instalaram principalmente nesse período, ao lado dos grandes proprietários de terras, e que juntos movimentam o setor através de grandes investimentos na produção e numa relação codependente, o que não significa que não haja divergências.

Dos instrumentos de incentivo público ao desenvolvimento da agroindústria sobrou muito pouco nos anos 1990. O crédito rural, que fluiu em grande quantidade no período de modernização da agroindústria, praticamente deixou de existir. A principal fonte de financiamento para investimento de capital de origem pública a partir de meados da década passou a ser o BNDES, operando através de repasses de recursos obtidos no exterior. Esses recursos, tomados junto ao sistema financeiro a taxas de juros reduzidas, permitiram a realocação e modernização de plantas industriais, como foi o caso dos créditos obtidos pelos frigoríficos (aves, suínos e bovinos), conservas e óleos vegetais. Vale ressaltar também que o BNDES continuou a financiar com toda a força as instalações de papel e celulose e também a modernização da indústria têxtil, setor esse correlato da agroindústria processadora. (BELIK, p.162, 2007)

Outro fator importante é que, ainda durante o período da ditadura empresarial militar, houve muitos investimentos estatais para formar e desenvolver o setor do agronegócio, esse investimento foi vital para o processo e o setor ficou dependente deles para o desenvolvimento das suas atividades produtivas. Outra característica importante do agronegócio no Brasil é o formato da produção através da monocultura, que se caracteriza pela produção de um único cultivo em larga escala, a cobertura vegetal da terra é completamente retirada e há o uso de diferentes maquinários e insumos na produção. Destaca-se ainda que os gêneros escolhidos são principalmente as commodities exportáveis, sendo que a soja e milho, por exemplo, alcançaram recordes de produção nos últimos anos.

Já os pequenos produtores, vinculados principalmente à agricultura familiar desde década de 1990, lutam por espaço e financiamento. A pequena produção também não se limita a um único formato, mas está primordialmente associada ao uso da mão de obra da própria família para o desenvolvimento das atividades produtivas, as dificuldades para o financiamento da produção também se refletem no uso de menos maquinários e técnicas de produção menos tecnológicas.

Para conceituar a agricultura familiar, é necessário observar a definição de campesinato, ambos os termos não são sinônimos e possuem discussões importantes sobre suas características. O campesinato está principalmente vinculado à produção familiar, o que implica numa relação com a terra e a produção que privilegia o bem-estar dos membros da família, portanto a produção está associada ao autoconsumo, a comercialização dos excedentes se vincula aos mercados locais, a produção preconiza a policultura e a terra é compreendida como patrimônio familiar, o que também deságua em uma maior preocupação com a proteção ambiental.

Embora a agricultura camponesa seja uma das possibilidades da agricultura familiar, uma vez que se caracteriza pela administração familiar do imóvel agrícola e pelo emprego de mão de obra familiar, possui muitas singularidades. Dentre as especificidades do campesinato, pode-se salientar a autonomia no processo produtivo e nas deliberações relativas ao estabelecimento agropecuário, a adoção da policultura, a inexistência de trabalho assalariado nas unidades camponesas, a produção simples de mercadorias e a concepção da terra como patrimônio familiar. (VILAS BOAS, 2022, p.67)

Essas características da agricultura familiar campesina revelam que a lógica de produção e relações sociais são diferentes da agricultura familiar empresarial e dos agricultores patronais,

a lógica desses últimos se vincula ao capitalismo, e o uso do termo agricultura familiar escamoteia as especificidades camponesas e servem ao propósito neoliberal de promover a integração dos camponeses ao formato de produção do capitalismo.

(...) Nesse sentido, o agrupamento de um vasto conjunto de agricultores no bojo da agricultura familiar, desconsiderando as singularidades, possui como intuítos a criação de um conceito de caráter operacional destinado à implantação de políticas públicas e a ampliação do acesso aos fundos, benefícios e financiamentos estatais, como o PRONAF. (VILAS BOAS, 2022, p.34)

A agricultura familiar empresarial possui características diferentes da camponesa, pois está alinhada ao capitalismo e, com isso, a produção está voltada para obtenção de lucro e o bem-estar da família não é prioridade frente a essa busca, portanto, o formato de produção é diferente e dissocia a gestão e o trabalho. Esses dois sentidos da agricultura familiar, o camponês e o empresarial, são homogeneizados nos textos políticos, e esse apagamento da definição que engloba a forma campesina é um instrumento que serve ao neoliberalismo, as políticas públicas voltadas para esses setores não levam em conta essa diferenciação. Portanto, nesse trabalho, ao falarmos em agricultura familiar, estamos privilegiando a concepção de agricultura familiar camponesa.

O formato que o campesinato possui, através das suas características já mencionadas, o torna incompatível com o sistema capitalista, entretanto essa categoria resiste ao desaparecimento, apesar da interferência e influência que o sistema capitalista estabelece para com as comunidades que podem ser caracterizadas assim, principalmente por haver uma tendência ao desaparecimento dessa categoria quando a lógica capitalista se insere na realidade do setor agrário. A lógica camponesa de produção sempre está atrelada à agricultura familiar, apesar do contrário não ser verídico.

No entanto, alguns grupos camponeses, como quilombolas e os indígenas, possuem concomitantemente seus próprios modos de produção e de vida, constituindo enclaves dentro do modo de produção dominante no país. Em virtude disso, ainda possuem direitos territoriais assegurados pela Constituição nacional, os quais vêm sendo severamente ameaçados durante os últimos governos. Assim sendo, políticas públicas instituídas pelo Estado capitalista, como o PRONAF no Brasil, buscam inseri-los e subordiná-los ao modo de produção hegemônico. (VILAS BOAS, 2022, p.43)

As especificidades do campesinato geraram debates profundos sobre sua categorização, após os textos de Marx, discutiu-se se o campesinato seria um modo de produção específico e que o desaparecimento dele seria inevitável, porém essas suposições foram superadas. Apesar de severas reduções, o campesinato não desapareceu e resiste de diferentes formas, já a abordagem de que se trata de um modo de produção foi derrubada nos estudos de outros teóricos

por faltar-lhe características como uma estrutura política e econômica própria, Vilas Boas (2019) explica:

Para Marx (2008a), o modo de produção deve ter uma estrutura econômica própria – composta por forças produtivas e relações de produção particulares – e possuir estatuto jurídico-político e ideologias exclusivas. Assim, em consonância com o ponto de vista de Shanin (2005), considera-se que o campesinato não pode ser avaliado como um modo de produção, pois não possui as características elencadas. No tocante ao assunto, Hernández (1994) afirma que não há um modo de produção particular desse grupo, mas um modo de vida camponês. (VILAS BOAS, 2022, p.43)

Outros fenômenos que envolvem o campesinato, como o aumento da produção em momentos de crise e a realização de trabalhos acessórios ou pluriatividades para manter a propriedade da terra e a renda familiar, merecem destaque, para esse grupo a necessidade de manutenção da propriedade é determinante, mas se difere da necessidade do capitalismo pela propriedade, para os camponeses a terra representa a sobrevivência e as decisões são pensadas para atender a demanda de qualidade de vida da família.

Neste âmbito, o fato de a pluriatividade ser um estratagema formulado pelos agricultores para a ampliação da renda familiar e a sobrevivência nos períodos de crise, bem como o de ser composta por atividades complementares, são elementos que possibilitam uma aproximação, apesar de suas diferenças, entre as noções de trabalho acessório e de pluriatividade. No entanto, Schneider (2003) adverte que a pluriatividade requer a realização de atividades não agrícolas dentro ou fora das propriedades familiares, diferentemente do trabalho acessório, o qual pode ser efetivado através do trabalho assalariado agrícola nos imóveis de outrem (KAUTSKY, 1980). Além disso, a pluriatividade é constitutiva da agricultura camponesa, enquanto o trabalho acessório pode levar à proletarização do campesinato. (VILAS BOAS, 2022, p.46)

No Brasil, os camponeses também são atingidos pela movimentação constante das fronteiras agricultáveis do país, a ocupação das terras brasileiras ocorreu de forma desordenada e a emissão dos títulos de propriedade da terra seguiu essa confusão, com isso a regularização fundiária ainda é um tema importante para o campo brasileiro, os posseiros que se estabeleceram em terras remotas ao longo do tempo foram pressionados pela fronteira agrícola, passando a terra a ter maior valor produtivo, iniciaram-se disputas pela propriedade.

Nesse cenário, surgiu o fenômeno da grilagem de terras, que consiste na forja da documentação de propriedade para usurpar o direito as terras, para isso os documentos eram guardados em gavetas com grilos a fim dos papéis ganharem aspecto de envelhecimento a partir da ação dos animais, essa prática ocorreu e ocorre em vários lugares do país e se vincula

diretamente à forma como a propriedade da terra¹⁰ é estruturada no Brasil, entretanto os conflitos advindos dessa prática são violentos e causam mortes aos envolvidos nas disputas, principalmente os posseiros estabelecidos nas terras.

Portanto, a agricultura familiar camponesa, que produz através do uso de mão de obra familiar em pequenas extensões de terra, que em sua maioria, estão localizadas em espaços marginais, com menor qualidade de fertilidade e menor acesso a recursos importantes para a produção, que se concentra principalmente em alimentos e em alguns casos alguns animais como galinhas e vacas leiteiras, é uma categoria envolvida na maior parte dos conflitos agrários brasileiros, sua luta para resistir aos processos do capitalismo no campo voltarão a ser foco de análise.

Entretanto, no Brasil, para essa categoria na década de 1990, temos a criação da Companhia Nacional de Desenvolvimento CONAB, criada a partir da lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990, concentra-se nela a partir de então as funções de cuidar do abastecimento, anterior a ela havia outros programas como a Superintendência Nacional de Abastecimento SUNAB, criada pela Lei Delegada nº5 de 1962 e a Companhia Brasileira de Alimentos criada a partir da Lei Delegada nº6 também de 1962. Entretanto a CONAB concentra as atividades de outras três empresas públicas que se extinguem com a sua criação, sendo a primeira a Cibrazem (Companhia Brasileira de Armazenamento), depois a Cobal (Companhia Nacional de Alimentos) e, por fim, a Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

A CONAB acumula agora as funções relativas aos estoques públicos de alimentos, a logística de distribuição pelo território nacional e a realização de financiamento de pequenas produções e de outros métodos para organizar e fortalecer o setor, como um controle dos preços mínimos dos gêneros produzidos. Essas funções são vitais para a agricultura familiar e seguem até hoje a cargo da CONAB que, com o tempo, estruturou cada um dos seus setores de atuação e depende do orçamento estatal para colocar suas políticas em funcionamento. Para resumir os acontecimentos desse período, Belik faz uma análise final muito clara de como se configurava a situação ao dizer:

Demonstramos que nos anos 1960 e 1970 houve claramente uma Política Agroindustrial no Brasil. Essa política foi baseada na necessidade de integrar a agropecuária no seu movimento a jusante com a indústria processadora. Assim como

¹⁰ A propriedade da terra só pode ser comprovada através do título de compra e venda e todas pertencem ao Estado. Essa é outra herança escravocrata, em 1850 a lei de terras é estabelecida e com ela a regra da compra e venda das terras para título da propriedade, ação que afetou primordialmente a população negra escrava após a abolição, mas que também impactou enormemente os pequenos produtores que buscavam terras para se fixar.

o Estado se empenhou diretamente em fazer as ligações da agropecuária com os seguimentos fornecedores de insumos modernos, houve uma política específica visando a agregar valor aos produtos agrícolas exportados e promover a adaptação dos chamados bens saláris ao padrão de consumo urbano das camadas médias da população. Essa política teve como expressão maior a criação e expansão do Funagri cujo papel foi fundamental na indústria de carnes, óleos vegetais, açúcar e álcool e outras.

Nos anos de 1990 ocorreu o desmonte geral de toda a estrutura de financiamento da agroindústria brasileira. Os setores mais bem organizados e que conseguiram potencializar os incentivos e privilégios obtidos nas décadas anteriores lograram crescer e se ajustar à abertura de mercado e à desregulação imposta pela crise fiscal do Estado. Os demais setores agroindustriais ainda convivem com a falta de organização, baixa capacidade de investimento e pressões por parte de competidores externos. (BELIK, 2007, p.166)

O que acontece a partir de então já é em uma estrutura muito parecida com o que temos no presente, o agronegócio funcionando a partir de uma série de ligações entre empresas, nacionais e estrangeiras, e os grandes produtores rurais e a agricultura familiar camponesa se desenvolvendo em um ritmo mais lento, apoiada por políticas sociais intersetoriais a cargo do Estado.

Com a chegada do século XXI, mudanças ocorrem nas políticas do campo, principalmente com o início dos governos dos Partidos dos Trabalhadores em 2003. As políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar são intensificadas e até mesmo a reforma agrária cresce, segundo os números do relatório da CONAB, porém esse crescimento se finda após os primeiros mandatos do PT e continua em níveis aquém de uma verdadeira reestruturação do campo. As mudanças realizadas concentram as medidas adotadas para essa parcela da população rural criando sistemas nacionais mais efetivos em promover os objetivos de assegurar a permanência da população pequeno produtora no campo e a integração ao mercado, ao mesmo tempo que estruturava políticas de garantia de alimentação da população rural e urbana.

Nesse período é criado e estruturado Programa Aquisição de Alimentos (PAA) a partir da lei nº10.696 de 2 de julho de 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o primeiro programa trata da aquisição de alimentos pelo governo federal a partir da compra direta da agricultura familiar e sua distribuição em centros como as Ceasas¹¹, que seguem sendo importantes para a questão da distribuição de alimentos, ou direcionamento para os estoques nacionais, ou ainda a realização de doações simultâneas. Já o segundo programa visa à aquisição de alimentos desses pequenos produtores para abastecer a rede de ensino, aproximando a

¹¹ Ceasas é a sigla para centrais de abastecimento, que concentram entidades públicas e privadas responsáveis pela organização e desenvolvimento do comércio de hortifruti culturas, essas centrais foram criadas por iniciativa do governo federal e estão presentes em todas as regiões do país.

alimentação de qualidade dos alunos ao fortalecimento dos agricultores familiares que conseguiram se vincular ao programa.

Porém, nesse mesmo momento, há uma reprimarização da economia, esse termo diz respeito a um movimento de dependência cada vez maior da exportação realizada pelo agronegócio para a manutenção da economia brasileira, após o relativo abandono do setor nos anos 90, o Estado volta a intervir no setor e criar condições para que ele floresça e ajude com a balança comercial brasileira. Os números de exportação de commodities aumentaram a partir de então e uma nova configuração do agronegócio se desenhou agora com uma organização política também muito forte e presente, além da vinculação com uma série de empresas transnacionais que atuam diretamente com os produtores, promovendo financiamento e uma dependência com relação aos insumos utilizados tanto na área das sementes como na área dos agrotóxicos. Apesar desse crescimento, o setor ainda conta com enorme financiamento do Estado e políticas específicas voltadas para a manutenção e o desenvolvimento das atividades.

Esse movimento não foi dissociado da pressão internacional, a busca por matérias primas pelos países desenvolvidos volta a movimentar todo o mercado internacional e América Latina e o Brasil são novamente os focos dessa política já que são regiões tradicionalmente com alta capacidade produtiva. Um importante ator nesse cenário é a China que, em 2010, já se configura como o maior parceiro comercial do Brasil, importando principalmente commodities, e entre elas o destaque fica para a soja, os novos acordos comerciais gera internamente força para o setor do agronegócio e pressão em algumas áreas de conflito por terra como o MATOPIBA¹². Há que se citar o aumento que a venda de agrotóxicos e sementes patenteadas de transgênicos são de interesses das empresas transnacionais que, produtoras desses insumos, se tornam uma realidade cada vez mais comum no campo; importa destacar que essas empresas não possuem sede no Brasil e o custo de importação desses insumos é alto.

É com essa configuração que o Brasil chega ao ano de 2015 e enfrenta novas mudanças no campo político. A chamada onda neoliberal extremada se espalha não apenas no território nacional, mas também por toda a América Latina, as influências das políticas internacionais foram sentidas nesses territórios principalmente por conta da vinculação desses espaços com a produção das commodities, o consumo crescente dessas matérias exige que mais espaços se

¹² Região altamente produtiva que engloba os estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO), Piauí (PI) e Bahia (BA).

tornem adequados para a sua produção e, para isso, algumas mudanças políticas e econômicas deveriam ser seguidas.

Em 2016, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff do PT se torna um marco dessa nova fase do capitalismo dependente, as tendências de diminuição das políticas sociais voltadas para a agricultura familiar se aprofundam e o período de Michel Temer no poder é marcado pelos indícios do aprofundamento de diversas crises, a reforma agrária sofre as primeiras reduções no período, sendo que em 2017 o número de famílias assentadas é de apenas 1.205 segundo os dados da CONTAG, os ataques às comunidades indígenas, espaços com potencial de produção mas que estão protegidos pela legislação ocorrem com maior violência e maior frequência, chegando à atualidade, em que os dados parciais revelados pela CPT sobre os conflitos no campo em 2021 revela que o número de assassinatos subiu 30% em relação ao ano anterior, sendo que o maior aumento está nas mortes de indígenas e integrantes do Movimento Sem-terra.

Nos territórios indígenas estão novas possibilidades de produção que passam a ser perseguidas principalmente por madeireiros, mineradores e também em algumas regiões pelos produtores de commodities. Com a vitória de Bolsonaro no pleito para presidência de 2018, esses atores são melhor representados no governo e algumas ações do Estado se voltam a garantir a esses grupos a regularização de suas atividades, essa sensação de legitimidade pode explicar o grande aumento dos conflitos envolvendo os povos da floresta, sendo que, como já foi referido, muitos resultaram em morte, foram segundo os dados ainda da CPT em 2021 do total de 26 assassinatos contabilizados pela instituição até agora, 8 são de indígenas.

A nova política quanto aos agrotóxicos liberados no país se torna um exemplo dessa flexibilização para atender as demandas do agronegócio. Em alguns meses, a forma como as substâncias são avaliadas e permitidas para uso no país são modificadas a partir da publicação de atos normativos e resultou na liberação de 997 novos compostos. Segundo os dados da ABRASCO, apenas no ano de 2019 e 2020, para comparação entre 2010 e 2015, foram liberados 815 produtos, estão incluídas nessas liberações fórmulas extremamente tóxicas que permanecem proibidas em outros países, principalmente da Europa, onde, não por coincidência, a maior parte dos produtos são produzidos.

A diminuição de políticas voltadas para o incentivo à produção da agricultura familiar e à desestruturação dos programas da CONAB, como o PAA e os estoques estatais, também se intensificaram nesse período e tiveram seus efeitos acelerados pela pandemia de COVID-19,

com a economia mundial sofrendo uma crise por conta do distanciamento social a crise interna brasileira se intensifica, nesse cenário, os números da fome disparam para toda a população.

O Programa de Aquisição de Alimentos em 2016 contava com o valor total de R\$ 197.576.718 investidos segundo os dados da própria CONAB, um valor que já era consideravelmente menor que os alcançados nos anos anteriores de 2014 e 2015, sendo eles respectivamente R\$ 338.004.942 e R\$ 287.515.216, entretanto os novos dados revelados em 2019 também pela instituição apresentam números muito mais baixos, sendo o total de investimentos no período de apenas R\$ 41.380.857, desse valor apenas R\$ 4.329.728 foram destinados à formação de estoque, o que influenciou no aumento dos gêneros alimentícios para os consumidores nos mercados pelo Brasil. Os valores atuais estarem muito abaixo do praticado desnuda que produtores deixaram de ser assistidos pelo programa, mas não apenas isso, os destinatários da Compra com Doação Simultânea (CDS) também se reduzem, em termos mais diretos são mais pessoas com dificuldades para produzir e para acessar alimentos baratos e de qualidade.

Essas reduções implicam diretamente sobre a eficácia do direito à alimentação da população brasileira e os índices de insegurança alimentar aumentaram. A segurança alimentar de uma população se caracteriza pela sua capacidade de acessar alimentos baratos e de qualidade constantemente, o índice classifica essa insegurança em insegurança alimentar grave, moderada e leve. Segundo os estudos da VisiSAN no Brasil, no ano de 2020, 34,7% da população estava em insegurança alimentar leve, 11,5% em insegurança moderada e 9% em insegurança alimentar grave, na zona rural, o número de pessoas em insegurança grave chegou a 12%. Esse número da insegurança alimentar rural é causado principalmente pela dificuldade em produzir e ter renda entre as safras de produção do gênero escolhido.

Ainda segundo os dados da VisiSAN, 19 milhões de pessoas passaram fome no Brasil em 2020 e isso reflete apenas o número da insegurança grave, ou seja, a falta de alimentação adequada para os moradores dos domicílios, ainda pelos dados do estudo dos 44,8% dos domicílios que apontaram estar em situação de segurança alimentar, 9% declararam que nos três meses anteriores à entrevista houve experiências de fome. Vale ressaltar aqui que foi conduzido o estudo dos números da segurança e insegurança alimentar pela situação de trabalho, os 14,3% de insegurança alimentar grave presente entre os agricultores familiares /produtores rurais só não foi maior que os 15,7% de insegurança grave alcançados por aqueles que possuem vínculo de trabalho informal.

Os resultados desse inquérito mostram que, em 2020, a insegurança alimentar e a fome no Brasil retornaram aos patamares próximos aos de 2004. Mais que isso, foi anulado, para parcela significativa da população brasileira, o sucesso obtido entre 2004 e 2013 na garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. Os dados mostram que tivemos um retrocesso e 15 anos em apenas 5; retrocesso ainda mais acentuado nos últimos dois anos (REDE VISISAN, 2021, p. 52).

2.5 Desdobramentos políticos e relação econômica dos setores

Como já foi tangenciado até o momento, os processos políticos brasileiros sofrem grande interferência das classes hegemônicas, essa interferência se traduz em uma atuação estatal voltada para a satisfação das necessidades dessas classes, essa é uma estruturação histórica presente nas mais variadas formas políticas que o Brasil já possuiu e, apesar do sistema democrático brasileiro atual, o jogo político e social está sujeito a essas formulações para o bom funcionamento do capitalismo dependente.

O sistema de poder, inerente à sociedade de classes, é altamente complexo. Requer diferentes formas de dominação e de liderança, que operam em vários níveis das ações e das relações sociais e que envolvem, em cada nível, poder social, poder social orientado politicamente e poder especificamente político. A dependência e o subdesenvolvimento não alteram essa realidade, antes a complicam. A superestrutura legal e política da sociedade de classes sofre, nessas condições, uma dupla reflexão: uma, que resulta das estruturas de poder, normalmente requeridas para a constituição e o desenvolvimento da ordem social competitiva, as quais são congestionadas nas “posições estratégicas” para o superprivilegiamento das classes dominantes e o “controle da situação” por suas elites; outra, que resulta das interferências da dependência e do subdesenvolvimento nas estruturas e nos dinamismos da ordem social competitiva, e que se traduz por uma exacerbação das relações de poder orientadas politicamente ou especificamente políticas, já que o desenvolvimento capitalista dependente requer uma combinação especial de padrões democráticos e de padrões autoritários ou autocráticos de comportamento político. (FLORESTAN, 1981, p.102-103)

Não é do interesse aqui um debate profundo sobre a democracia brasileira, apesar de esse ser um tema importante que vem sendo amplamente discutido, os apontamentos gerais revelam a forma autoritária que o Estado brasileiro historicamente se comporta. Nos capítulos seguintes, esse tema do caráter autoritário brasileiro será mais bem trabalhado, mas nesse momento os elementos abordados já são suficientes para destrinchar algumas questões.

A dominação de classes se robustece com a capacidade de dirigir e organizar o consentimento dos subalternos, de forma a interiorizar as relações sociais existentes como necessárias e legítimas. O vínculo entre sociedade civil e Estado explica como a dominação poreja em todos os espaços sociais, educando o consenso, forjando um ser social adequado aos interesses (e valores) hegemônicos e formulando, inclusive, as formas estatais da coerção aos renitentes. (FONTES, 2010, p.137)

Focaremos, portanto, na forma como o Estado brasileiro e as classes hegemônicas no campo vêm se relacionando nas últimas décadas. Partindo da redemocratização, os latifundiários se rearranjaram para não ter seu poder político alterado, ao mesmo tempo que o setor capitalista do campo também se estruturou para construir essa influência. Atualmente, muitos órgãos de representação desses atores estão consolidados, mas se formaram nesse período. Caio Pompeia (2020) irá descrever três padrões de representatividade diferentes para o campo ao longo da história, entretanto nos focaremos no último e mais atual deles.

O que se identifica, aqui, como terceiro padrão da representatividade é, pois, um impulso organizado e sistemático, em função da agudização de disputas fundiárias e conflitos socioambientais, da orquestração política no campo do agronegócio. Essa convergência crescente não significa retorno à unidade de representação, marcante no primeiro padrão, nem reverte a multifiliação, notável no segundo. Diferentemente, reposiciona ambas em uma nova estrutura de ação política, mais apta a tratar de questões amplas, como a indígena, a ambiental, a agrária, a trabalhista e a alimentar. Esse reposicionamento – em que coexistem elementos organizacionais típicos dos três padrões – será evidenciado ao longo deste trabalho. (POMPEIA, 2020, p.1-2)

Em 2010, Caio Pompeia (2020) observa que mudanças ocorreram entre as relações do Estado e dessas representações dos setores do agronegócio, uma onda neoliberal e neoconservadora irá se mobilizar para atuar politicamente. Antes de nos debruçarmos sobre elas, entretanto, é importante perceber que entre essas representações há uma variação de forças, sendo algumas mais influentes que outras ao longo do tempo, é importante perceber também que seus objetivos são diferentes já que o setor não é homogêneo e possui características e interesses divergentes internamente.

Por meio de dispositivos de convergência mobilizados nesses diversos níveis da concertação política do agronegócio, os agentes ampliam a racionalização de suas diferenças, competições e conflitos com o propósito de negociar acordos que facilitem, de um lado, a agregação de representatividade, recursos financeiros e saberes técnicos, e, de outro, a atuação política conjunta em relação à opinião pública e ao Estado. (POMPEIA, 2020, p.2)

A noção de concertação política no agronegócio, também apresentada pelo autor, diz respeito a essas movimentações entre as entidades de representação dos diferentes setores da produção entre si para promover acordos sobre determinadas pautas e depois trabalharem para que sejam eles inseridas no debate público e usados para pressionar o Estado a acatar e seguir ações conforme seus interesses de classe.

A concertação consiste em uma composição intersetorial de caráter político entre representações da agricultura e de segmentos conectados a ela que, alicerçada na categoria agribusiness/agronegócio, atua de forma multilateral, coordenada,

institucionalizada e sistemática. Sua finalidade principal é a ação voltada a convencer a opinião pública a valorizá-la e pressionar o Estado a inseri-la como elemento estratégico no planejamento governamental. (POMPEIA, 2018, p.44)

Essa análise de Caio Pompeia escancara a complexidade de tais relações entre as entidades representativas dos diferentes setores do agronegócio e as diferentes instâncias do poder político, o impacto também é diferente conforme os atores individuais do jogo político, mas olhando os aspectos gerais é possível perceber que há uma correlação entre os interesses e as ações tomadas, dentro desse jogo de interesses, os movimentos sociais não são menosprezados, também representam um importante fator para os caminhos tomados, afinal a exploração do trabalhador se limita ao ponto, em que consideradas as condições gerais, não há risco para o sistema.

Mas toda essa luta passa pela ação estatal; diretamente, pelas políticas, diretrizes, atuações, empresas governamentais; indiretamente, pela sua deliberada omissão. Assim como Canudos foi destruída por militares, muitos são os núcleos de posseiros que são combatidos, ou destruídos por grileiros, jagunços, pistoleiros policiais. Em todos os casos, desde o Amazonas ao Rio Grande do Sul, do século XIX ao presente, o poder estatal está atuando, ou omitindo-se, em favor dos grandes proprietários rurais e os seus aliados na indústria. (IANNI, 2004, p.252)

A mobilização das classes dominantes para o controle das forças do Estado não se resume apenas à busca de garantias econômicas, ela também se apresenta no controle social da população pauperizada, conforme já ocorreu, direitos podem ser constituídos para evitar revoltas sociais e, nesse quesito, as armas à disposição do Estado são variadas e incluem de forma emblemática o uso da força de maneira legal. Apesar desse cenário funesto, a movimentação social ainda representa um importante ponto, não apenas de resistência, mas principalmente de alternativa contra a manutenção do sistema dependente.

Gramsci se interroga triplamente sobre a sociedade civil – como se organiza e se exerce a dominação de classes nos países de capitalismo desenvolvido; sob que condições os setores subalternos (dominados, explorados) empreendem suas lutas de forma a direcioná-las para a superação do capitalismo; e, finalmente, retomando inquietações a partir de sua peculiar leitura de Hegel, reaproxima a reflexão sobre o Estado das formas da organização social, num projeto político que almeja a uma eticidade (que não se limita à moral), portanto a uma plena realização dos indivíduos, exatamente porque passariam a perceber e a viver intensamente sua participação na vida social, o que remete ao tema da socialização plena, tão central em Marx. (FONTES,2010, p.132)

Escancara-se, portanto, a força do capitalismo dependente na organização social apoiada pelo Estado, mesmo em sua versão mais progressista, a exploração do Brasil e de toda a América-Latina não se concentra apenas em recursos naturais, mas principalmente nas massas trabalhadoras do campo e da cidade. Essa exploração desconhece limites de humanismo e será

operada conforme o maior lucro, é nesse aspecto que nos concentraremos no próximo capítulo, coube aqui apenas a análise das necessidades econômicas e do formato como está organizada no campo latino-americano.

(...) Sob esse aspecto, o novo Estado democrático-autoritário ou democrático-totalitário (conforme o país que se considere) é mais do que um “Estado burguês”. É um *Estado tecnocrático*, submetido ao controle conservador das classes privilegiadas, graças à modernização das estruturas e funções do aparelho estatal. (FERNANDES, 1981, p.110-111)

Conclui-se que, apesar dos esforços dos movimentos sociais no setor político, esses esforços dependem do processo de acúmulo político e organização da classe trabalhadora nos períodos históricos, gerando momentos de avanço e refluxo nas lutas. Já a organização das classes hegemônicas do agronegócio apresentam maior influência política e tornou o Estado um instrumento para a realização das suas necessidades sociais e econômicas.

Portanto, mesmo em governos de cunho mais progressistas, como o PT, as necessidades das classes hegemônicas do capitalismo se sobressaem. Em uma política marcada pela conciliação de classes como tônica central, as políticas públicas e econômicas se alinham à satisfação dessa parcela. Trata-se do perfeito funcionamento do sistema estatal para cumprir com os objetivos do capitalismo dependente brasileiro e latino-americano, tema sobre o qual Florestan Fernandes (1981) já denunciava em sua obra:

(...) A ordem social competitiva da sociedade de classes dependente e subdesenvolvida desgasta as “massas trabalhadoras”, a “gente pobre” e as “classes operárias” reduzindo a quase nada suas potencialidades de canalizar institucionalmente seus anseios de reforma social ou de mudança social progressiva. Ainda aqui, o resultado, a curto e médio prazos, é a continuidade da ordem conforme as orientações de classe dos setores privilegiados. Não porque a continuidade da ordem seja em si mesma desejável e querida. Tal alternativa não se coloca, embora as classes “baixas”, em seus diversos setores, pudesse ser mobilizada pela ordem social competitiva. A questão é que, sob o capitalismo dependente, a ordem social competitiva é demasiado fraca para proceder essa mobilização, potencialmente viável, mas que exigiria a supressão das condições e efeitos do próprio capitalismo dependente. (FERNANDES, 1981, p.83-84)

Desde esse cenário, que escancara a forma como o Estado está submetido às demandas das classes hegemônicas do capitalismo dependente, além da influência que essa conjuntura apresenta para os acontecimentos políticos e sociais abordados nos itens anteriores, podemos passar a uma análise mais específica dos formatos que são adotados por ele para lidar com as demais classes sociais do campo brasileiro. Agricultores familiares camponeses ou trabalhadores assalariados agrícolas sofrem com diferentes formas de expropriação do

capitalismo em sua versão neoliberal e, nesse contexto, a necropolítica como estratégia de controle dessas categorias merece uma investigação mais detida.

*Soy, soy lo que dejaron
 Soy toda la sobra de lo que se robaron
 Un pueblo escondido en la cima
 Mi piel es de cuero, por eso aguanta cualquier clima
 Soy una fábrica de humo*
Mano de obra campesina para tu consumo
*Frente de frío en el medio del verano
 El amor en los tiempos del cólera, mi hermano
 El sol que nace y el día que muere
 Con los mejores atardeceres*
Soy el desarrollo en carne viva
Un discurso político sin saliva
*Las caras más bonitas que he conocido
 Soy la fotografía de un desaparecido
 La sangre dentro de tus venas*
Soy un pedazo de tierra que vale la pena
*Una canasta con frijoles
 Soy Maradona contra Inglaterra anotándote dos goles
 Soy lo que sostiene mi bandera*
La espina dorsal del planeta es mi cordillera
*Soy lo que me enseñó mi padre
 El que no quiere a su patria, no quiere a su madre*
Soy América Latina
Un pueblo sin piernas, pero que camina, ¡oye!
(Latinoamérica – Calle 13)

3. A NECROPOLÍTICA E O CAMPO: O SANGUE QUE ESCORRE PELA TERRA

Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então
Veja você quem mata
Recebe o mérito a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural
Histórias, registros e escritos
Não é conto nem fábula, lenda ou mito
Não foi sempre dito que preto não tem vez?
(Negro Drama-Racionais)

Após as observações acerca do funcionamento do capitalismo dependente e sua influência na estrutura agrária brasileira e nas ações do Estado, passaremos neste capítulo a destrinchar os conceitos que envolvem a filosofia e a teoria social sobre o poder e seus instrumentos na sociedade. O que é o poder, como ele se estrutura e como ele atua são indagações que compõem os estudos filosóficos e sociais de diversos autores ao longo do tempo, os primeiros pressupostos acerca do tema partiam da investigação sobre a qual o poder advém do Estado, entretanto novas abordagens foram criadas.

Dentre as novas abordagens, destacam-se os estudos realizados por Michel Foucault, o autor francês dedicou-se ao estudo do tema e propôs uma nova abordagem para a compreensão do poder; para ele, o poder não advém apenas do Estado, portanto, suas estruturas não estão limitadas a essa esfera. Assim, a investigação sobre seus formatos deve levar em consideração características que partem de outros locais, investigando como a organização social leva à estrutura e à permanência das formas de atuação do poder.

Foucault não se encaixa como um marxista, suas proposições discordam de alguns dos pressupostos de Marx para explicar a estrutura da sociedade. Para ele, a questão econômica, apesar de determinante, não é o principal ponto para explicá-la, dessa maneira, ele se concentra em outros aspectos para apresentar sua teoria. Entretanto, suas contribuições não são inconciliáveis com a visão marxista apresentada até aqui; os demais temas sobre os quais Foucault apresentou sua visão acerca do poder podem ser observados em conjunto com a estrutura do sistema capitalista.

Destacam-se as proposições de Foucault que culminaram na formulação dos conceitos da biopolítica e do biopoder, que foram aprofundadas neste capítulo. Esses conceitos observam

a forma como o Estado se organiza para exercer poder e controle a partir de seus intentos sobre as populações que o compõem, tornando os corpos dóceis social e politicamente. Partindo dos estudos de Foucault, Mbembe irá estruturar sua própria teoria acerca do assunto, a necropolítica aborda o tema acrescentando características importantes sobre a administração do poder sobre as populações e, principalmente, sobre o papel da morte e da violência nesse processo.

Uma importante característica dos dois estudos é a presença do racismo como determinante para a forma como o Estado administra vida e morte sobre suas populações. Esse é um componente que nesses estudos revelou como o racismo de Estado e o desenvolvimento que esse conceito ganha nos países que passaram por processos de colonização e imperialismo é estruturante para as características do poder e da dominação, que se estabeleceram no mundo e funcionam hoje em dia. Para o Brasil, o tema é central para compreender a forma como foi desenvolvida a estrutura social, econômica e política do país.

O Brasil é um país onde o processo de colonização e o racismo estão presentes desde a formação do país e suas consequências são sentidas na sociedade até hoje, a população negra é o exemplo mais emblemático dessa realidade; o estabelecimento da escravidão e os anos que esse sistema vigorou balizaram a estrutura social, política e econômica que a população negra iria enfrentar após a abolição. O racismo é apontado como um dos principais fatores para a desigualdade social e econômica atual do país, e a forma como ele continua relevante para os caminhos trilhados pelas populações atingidas pela sua presença serão destrinchadas nesse capítulo.

Além da população negra, outras populações foram alvos históricos do racismo no Brasil, dentre essas populações estão os camponeses e as demais comunidades tradicionais que também ocupam o espaço do campo, como os indígenas e ribeirinhos. As similaridades entre as formas de dominação dessas populações os aproximam da forma como os trabalhadores são dominados e expropriados. Esse capítulo busca se aprofundar nesses temas, revelando como a realidade brasileira se entrelaça a eles e onde está o campo e o seu trabalhador nesse sistema. Estado, racismo e poder e o formato da necropolítica no Brasil precisam ser desnudados a partir de um olhar para os trabalhadores do campo e dos povos tradicionais que convivem nesse espaço.

Partindo dessa visão, a violência que compõe o campo brasileiro nos conflitos agrários e nas diversas disputas desse espaço pode ser compreendida a partir de uma lógica de dominação do poder. Dessa forma, os dados acerca da violência, em seus diversos formatos,

indicam que a necropolítica não só está presente no campo brasileiro, como também está sendo aplicada segundo uma lógica de poder que favorece as classes hegemônicas do capitalismo.

A violência histórica do campo brasileiro, através da luta pela permanência e conservação da terra, torna as disputas fontes capazes de gerar a morte física dos envolvidos, mas também os submetem a condições de existência em que o controle através do poder da morte e exposição a ela são perceptíveis de outros modos. Nos últimos anos, os números desse embate se elevaram, não apenas para o assassinato de lideranças, mas também para o número de despejos e violações jurídicas variadas que atacam a vida digna das comunidades.

Agricultores familiares e comunidades tradicionais formam esse grupo sistematicamente atacado que procuramos definir nesse capítulo e a forma como esses ataques são realizados também é alvo dos estudos. Para além da morte física, buscamos compreender a situação de maneira mais abrangente, através da insegurança que esses espaços apresentam para os corpos desses grupos e quais as ações são intimamente vinculadas às ações adotadas pelo Estado brasileiro.

Para isso, o primeiro tópico desse capítulo se dedica a definir as teorias sociais sobre o poder, construídas principalmente por Foucault e Mbembe, destrinchando os elementos que compõe a biopolítica, o biopoder e a necropolítica. Mas também se dedica a compreender o racismo, seu histórico nos territórios periféricos e o desenvolvimento dos debates sobre raça, assim como o formato e as técnicas de dominação do poder, sobre todo o corpo social e sobre os trabalhadores em especial.

O segundo tópico se concentra em observar a forma como funcionam os conceitos apresentados no primeiro tópico no âmbito do Estado brasileiro, como a tradição autoritária do país conjuntamente com o racismo presente na sociedade influenciaram na forma política do Estado e se alinham para possibilitar a identificação dos conceitos da biopolítica e necropolítica como elementos que constituem as ações e omissões do Estado brasileiro.

Já o terceiro tópico tem como enfoque algumas populações específicas do campo, como os trabalhadores e as comunidades tradicionais, trazendo alguns dados sobre os conflitos no campo em que estão envolvidos e a violência desse espaço, no presente e ao longo da história, possibilitando, com isso, identificar os elementos que os caracterizam como sujeitos dos fenômenos retratados nos tópicos anteriores do trabalho.

3.1 Necropolítica e biopolítica: conceitos e debates fundamentais

Em sua obra “Em defesa da sociedade”, Foucault (2010) explica como estava levando a cabo sua pesquisa sobre o poder e suas estruturas. Nos primeiros momentos dessa obra, o autor relata como a guerra entre as raças no século XVII é o pontapé para a organização do discurso e da formação das estruturas de dominação como conhecemos hoje. Para ele, essa guerra contra um inimigo externo aos poucos se transforma numa guerra contra o inimigo interno, estabelecendo uma relação entre a história da guerra das raças e “levando-a até o aparecimento do racismo de Estado no início do século XX.” (FOUCAULT, 2010, P.53) Seguindo suas próprias palavras:

Desse modo, vamos ver essa consequência fundamental: esse discurso da luta das raças – que, no momento em que apareceu e começou a funcionar no século XVII, era essencialmente um instrumento de luta para campos descentralizados – vai ser recentralizado e tornar-se justamente o discurso do poder, de um poder centrado, centralizado e centralizador; o discurso de um combate que deve ser travado não entre duas raças, mas a partir de uma raça considerada como sendo a verdadeira e a única, aquela que detém o poder e aquela que é titular da norma, contra aqueles que estão fora dessa norma, contra aqueles que constituem outros tantos perigos para o patrimônio biológico. (FOUCAULT, 2010, p.52)

Abre-se aqui a necessidade de elucidar o entendimento de raça: esse é um conceito que ganhou ao longo do tempo variadas conotações, vinculadas a diversos autores. Na investigação desse tema, o autor Silvio Almeida destaca essa característica quando preceitua como esse é um termo relacional e histórico, pois “por trás da *raça* sempre há contingência, conflito, poder e decisão” (ALMEIDA, 2020, p.24). A ideia da raça para categorizar seres humanos a partir do século XVI é central para a organização social que se estabeleceria em todo o globo terrestre.

Foram, portanto, as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico a ideia de raça. A expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir do qual a cultura renascentista iria refletir sobre a *unidade e a multiplicidade da existência humana*. Se antes desse período ser *humano* relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem universal* (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas não condizentes com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas. (ALMEIDA, 2020, p.25)

Essa noção de raça que colocou o europeu como modelo universal está intimamente ligada “a distinção filosófico-antropológica entre *civilizado* e *selvagem*, que no século seguinte daria lugar para o dístico *civilizado* e *primitivo*” (ALMEIDA, 2020, p.26) surgidas no mesmo período. É esse binarismo que permitirá ao povo europeu iniciando dentro do seu território um

movimento em nome da razão e da liberdade, usar do mesmo pretexto de justificação para impor aos demais povos seu modelo cultural como o universal a ser seguido. Almeida discorre sobre o tema ao apontar:

(...) Esta mesma civilização que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os *primitivos*, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse movimento de levar a civilização para onde ela não existia que redundou em um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da *razão* e a que se denominou *colonialismo*. (ALMEIDA, 2020, p.26-27)

O colonialismo será retomado ainda nesse tópico para outras considerações, mas ainda sobre a ideia de raça é imperioso estabelecer como recebeu no século XIX um revestimento científico. Nesse período, o positivismo coloca as diferenças humanas numa lente pretensamente científica que estabelece como as diferenças biológicas e físicas interferem na raça, explicando como “a pele não branca e o clima tropical favoreciam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos e violentos*, além de indicaram *pouca inteligência*.” (ALMEIDA, 2020, p.29). O resultado é o racismo científico.

A raça estabelece, portanto, uma diferença entre os seres humanos, que casa a ideia da diferença física com outras de ordem moral e psicológica; essa diferença é hierarquizada a partir da ideia de civilização, já que o homem europeu, conjuntamente a sua forma de se organizar, sua cultura, sua religião e sua economia são o modelo a ser perseguido pelos demais povos e tem autorização para forçar aqueles considerados selvagens a adorar esse modelo. Essa ideia cairá por terra, mas não seus efeitos, o racismo que nasce dessa percepção ganha novos contornos e persiste como forte componente social.

Ainda que hoje seja quase um lugar-comum a afirmação que a antropologia surgida no início do século XX e a biologia – especialmente a partir do sequenciamento do genoma – tenham há muito demonstrado que não existem diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de *grupos sociologicamente considerados minoritários*. (ALMEIDA, 2020, p.31)

Voltando à formulação que faz Foucault (2010) nas aulas sobre o poder, o autor aponta como foi possível que a estrutura do poder se baseie no racismo a ser praticado pelo Estado contra seus próprios cidadãos, através do uso do discurso da raça perpetuando ações violentas internamente, movimento iniciado no século XVII. Segundo ele, “Nesse momento, a temática racista não vai mais parecer ser o instrumento de luta de um grupo social contra outro, mas vai servir à estratégia global dos conservadorismos sociais” (FOUCAULT, 2010, p.52).

A biopolítica surge dos estudos de Foucault (2020) da tentativa de compreensão do poder, da sua definição e do formato de atuação, mas, para isso, ele procura se desvincular do que já foi postulado acerca do que é, e como funciona o poder, seu foco, conforme ele mesmo define nas aulas transcritas no livro, “Em defesa da sociedade” é olhar para esse objeto de um ângulo totalmente novo, percebendo sua estrutura além dos locais mais óbvios para encontrá-la, traçando a ela uma genealogia¹³.

Para traçar essa genealogia do poder, o autor aborda os primeiros debates sobre o tema, fugindo dos clássicos da ciência política. Para ele, as respostas sobre o poder não estão nas mãos de Hobbes ou Montesquieu, ele as procura então num contexto micro, no poder que pode ser percebido nas relações individuais, ou ao menos mais herméticas. E encontra a guerra interna que grupos sociais travam dentro de uma mesma sociedade, é com a guerra das raças ou teoria das raças que ele desenvolve as estruturas do seu pensamento.

A guerra das raças traz elementos interessantes para análise, é com ela que temos primeiro contato com a relação entre uma teoria racial, refletindo nos caminhos do Estado e do poder que ele guarda. Foucault (2010) reflete primeiro sobre a forma como a história é contada, dividindo-se em duas formas, a primeira das vitórias romanas que justificam o poder e a segunda como uma contra-história, que é revolucionária que aborda a luta entre as raças e a visão do derrotado por esse processo.

Segundo ele, o racismo entra quando procura-se invalidar essa contra-história revolucionária, utiliza-se da perspectiva médico-biológica para substituir a guerra histórica pela luta pela vida.

(...) Enfim, o tema do estado, que era necessariamente injusto na contra-história das raças, vai se transformar em tema inverso: o Estado não é o instrumento de uma raça contra uma outra, mas é, e deve ser, o protetor da integridade, da superioridade e da pureza da raça. A ideia da pureza da raça, com tudo o que comporta a um só tempo de monístico, de estatal e de biológico, será aquela que vai substituir a ideia da luta de raças. (FOUCAULT, 2010, p.68)

O racismo surge para deturpar por dentro um discurso que caminhava de forma revolucionária; isso, segundo os estudos de Foucault (2010), é um processo longo, que se desenrola durante os séculos XVI, XVII e XVIII. A maior parte da obra mencionada busca

¹³ Para Foucault a genealogia é “(...)o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais” (FOUCAULT, 2010, p.9).

apreender essas mudanças no discurso e na organização social do período mencionado, mas também é uma obra que lança luz sobre o racismo, o Estado e o que significa a biopolítica.

Foucault (2010), em termos gerais, organiza duas formas de atuação do poder na sociedade, que passam a funcionar após as mudanças do século XVIII. A primeira forma está ligada ao indivíduo, é o poder disciplinar que busca a dominação do indivíduo para domesticá-lo e conta com instituições voltadas a isso, já o biopoder é essa outra forma de atuação que tem como seu objeto a população, não numa perspectiva individualizante, mas no controle da espécie humana, é um controle que se observa pela construção dos indicadores de natalidade, mortalidade entre outros.

(...) Eu lhes assinalo aqui, simplesmente, alguns dos pontos a partir dos quais se constituiu essa biopolítica, algumas de suas práticas e as primeiras de suas áreas de intervenção, de saber e de poder ao mesmo tempo: é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder. (FOUCAULT, 2010, p.206)

O biopoder tem como função o controle sobre a vida e a morte, fazendo viver e deixando morrer, ao contrário do poder soberano, o controle sobre a vida ganha mais destaque que aquele exercido sobre a morte. O que o biopoder pretende é intervir para fazer viver, “pretende aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências(...)” (FOUCAULT, 2010, p.208). As tecnologias de controle da vida, seja pela disciplina ou pela biopolítica, apesar de diferentes, atuam de forma combinada na sociedade.

O foco acerca do biopoder, para esse trabalho, não é sua atuação sobre a vida, mas assim como havia no poder soberano monárquico, ele também tem seu viés de atuação sobre a morte. E para exercer o controle sobre a distribuição da morte para a população, é necessário o exercício do racismo de Estado. O racismo é entendido aqui como o meio de introduzir o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. Foucault não ignora a existência de racismo anterior ao período analisado, mas reforça como esse racismo do qual fala tem características e funções diferentes dentro do Estado e do funcionamento do poder.

(...) Em outras palavras, tirar a vida, o imperativo da morte, só é admissível, no sistema de biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas a eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça. A raça, o racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. (...) A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (FOUCAULT, 2010, p.215)

Essa morte da qual ele fala não é “simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.” (FOUCAULT, 2010, p.216). Esse é um entendimento determinante para as conexões futuras que realizaremos, pois a exposição à morte é apenas uma entre as ações possíveis para se distribuir a morte, os aspectos da morte política ou expulsão também são elementos centrais do biopoder e geram efeitos expressivos sobre as populações as quais são direcionadas.

É através do racismo que essa distribuição da morte será realizada pelo Estado: aqueles que por ele são marcados como racialmente dispensáveis. Durante esse curso, Foucault (2010) revela a conexão desse racismo com o colonialismo, mencionando como os dois se desenvolvem e se estruturam na formação do Estado como conhecemos, vejamos suas palavras:

O racismo vai se desenvolver *primo* com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Quando for preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações, como poderá fazê-lo, se se funcionar no modo do biopoder? Através dos temas do evolucionismo, mediante um racismo. (FOUCAULT, 2010, p.216)

A colonização é determinante para a estruturação do racismo como conhecemos, a história de dominação colonial se atrela à ideia de raça e se desenvolve junto com discursos de justificação que envolvem a igreja e mais tarde um cientificismo baseado no darwinismo social¹⁴. Para a sociedade brasileira, isso é flagrante, como já foi demonstrado em outros pontos, mas também o é para outros países e é a partir de uma outra realidade, ainda que bem similar, que Mbembe vai desenvolver com mais precisão esses conceitos ao formular a necropolítica.

Mbembe, em sua obra “Necropolítica”, de 2018, relaciona o biopoder desenvolvido por Foucault com outros temas centrais como a soberania, a guerra e a política, numa tentativa de atualizar os debates e incorporar novas determinações dos Estados modernos, principalmente aqueles que se desenvolveram a partir do colonialismo.

Dessa forma, os debates de Mbembe são profundamente filosóficos, traçando em sua obra uma relação entre política, guerra e soberania, assim como está presente no curso de Foucault (2010), mas é com a relação entre biopoder, estado de exceção e estado de sítio que o autor mais se preocupa e a partir disso trata a necropolítica, nesse conceito ele aponta como o

¹⁴ Segundo o conceito de Darwinismo social uma hierarquia social é possível de ser traçada, seguindo a mesma lógica de classificação de espécies, dessa forma haveria sociedades maios ou menos evoluídas.

terror e a morte são aplicados no mundo contemporâneo e revelam a forma de organização do poder.

A administração da morte, ou do risco dela, é elemento da soberania para o autor, e é através do uso do terror que o poder se constitui e para isso o racismo continua sendo elemento central; assim como definido por Foucault, é uma tecnologia do poder que se aplica de forma generalizada, segundo Mbembe, construindo toda uma nova relação entre os Estados e as populações, que leva à morte e ao desespero como estrutura central.

(...) experiências contemporâneas de destruição humana sugerem que é possível desenvolver uma leitura da política, da soberania e do sujeito, diferente daquela que herdamos do discurso filosófico da modernidade. Em vez de considerar a razão a verdade do sujeito, podemos olhar para outras categorias fundadoras menos abstratas e mais palpáveis, tais como vida e morte. (MBEMBE, 2018, p.11)

É através do colonialismo que Achille Mbembe apresenta de forma mais clara essas relações e a constituição da necropolítica, segundo ele “Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras manifestações da experimentação biopolítica” (MBEMBE, 2018, p.27). A violência construída nesse processo com a negação da humanidade, as tecnologias de distribuição e de morte e a ação dos discursos justificadores culminarão na necropolítica.

É através desse acontecimento que se rastreia o que conhecemos como práticas de violência que “é a concatenação entre o biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio. A raça é, mais uma vez, crucial para esse encadeamento.” (MBEMBE, 2018, p.31). Observa-se nesse período como a noção de inimigo e emergência cria a possibilidade de atuação violenta do Estado que se apoia na ideia da raça.

A ideia do inimigo que precisa ser combatido com o ceifar de sua vida, uma relação em que a vida só pode ser protegida com a morte do outro, a exceção se torna a regra. O Estado de exceção e de sítio para Mbembe se relacionam na criação dos espaços onde a morte é aplicada. Nesses espaços, a noção do perigo desse inimigo abre margem para a aplicação não apenas da morte, mas também da violência, do controle sobre os territórios, sobre os aspectos mais variados da vida, um controle sobre o formato que ela ganha nesses espaços.

A violência e a morte são a grande marca da necropolítica, administradas pelo Estado, mas não apenas por ele, as populações estão submetidas a uma situação de dominação em que impera o terror, os espaços onde a morte é cotidiana e normalizada estão atreladas ao racismo

e possibilitam a administração das mais variadas violações do Direito em nome do combate ao inimigo imaginado, essa é a normalidade, e não a exceção nesses espaços.

Silvio Almeida (2020) complementa essa visão ao atrelar como o neoliberalismo contribui para o funcionamento da necropolítica:

A necropolítica, portanto, instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade. Diante disso, a lógica da colônia materializa-se na gestão praticada pelos Estados contemporâneos, especialmente nos países da periferia do capitalismo, em que as antigas práticas coloniais deixaram resquícios. (ALMEIDA, 2020, p.124-125)

A partir do colonialismo, surge uma nova ordem mundial, primeiro com o verdadeiro conhecimento do globo terrestre e dos territórios existentes e depois com o desenvolvimento do capitalismo sobre a maior parte desses territórios. A partir de então, surgem análises que tentam traduzir como se organiza mundo moderno, globalização, Estados soberanos, capitalismo e neoliberalismo, que influenciam a administração das populações. A biopolítica formulada por Foucault atribuía ao Estado uma nova governamentalidade sobre os corpos que buscava garantir o controle sobre essas esferas da vida humana como espécie, mas é com a necropolítica de Mbembe que uma nova visão sobre a ordem mundial revela os efeitos da morte vinculada ao neoliberalismo e ao racismo também transformado.

Mbembe coloca o colonialismo, na figura da *plantation*, do estado nazista e do conflito palestino como exemplos da administração da morte sobre a população, que ao mesmo tempo que traça um desenvolvimento histórico para a necropolítica, exemplifica a interação entre o Estado de exceção, o estado de sítio e a biopolítica que a caracteriza. As estratégias de violência, terror e uso do racismo desenvolvidas são observadas no presente. Observaremos a questão segundo suas palavras:

(...) Para avaliar adequadamente a eficácia da colônia como formação do terror, precisamos tomar um desvio pelo próprio imaginário europeu, quando coloca a questão crucial da domesticação da guerra e da criação de uma ordem jurídica europeia (*jus publicum europaeum*). Dois princípios-chave fundam essa ordem. O primeiro postulava a igualdade jurídica de todos os Estados. Essa igualdade se aplicava especialmente ao “direito de fazer a guerra” (tomar a vida). (...) O segundo princípio está relacionado à territorialização do Estado soberano, ou seja, à determinação de suas fronteiras no contexto de uma ordem global recentemente imposta. Nesse contexto, o *Jus publicum* rapidamente assumiu a forma de uma distinção entre as regiões do mundo disponíveis para a apropriação colonial, de um lado, e, de outro, a Europa em si (...). Sob o *Jus publicum*, uma guerra legítima é, em grande medida, uma guerra conduzida por um Estado contra outro ou, mais precisamente, uma guerra entre Estados “civilizados”. A centralidade do Estado no cálculo da guerra deriva do fato de que o Estado é o modelo de unidade política, um

princípio de organização racional, a personificação da ideia universal e um símbolo de moralidade.

No mesmo contexto, as colônias são semelhantes às fronteiras. Elas são habitadas por “selvagens”. (...) Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”. (MBEMBE, 2018, p.33-35)

A atualização dos debates sobre a biopolítica que formularam a necropolítica em Mbembe envolve a observação da nova fase do capitalismo, não abordada por Foucault, o neoliberalismo. Silvio Almeida (2021), em texto mais recente, traça de forma mais delimitada essa relação, observando as obras dos autores. “Em Mbembe, o neoliberalismo implica uma nova forma de *governamentalidade*, que só pode ser adequadamente descrita como aporte dos conceitos de *estado de exceção* e *estado de sítio*, além de uma nova formulação do que Foucault chamou de *racismo de Estado*.” (ALMEIDA, 2021, p.2)

Nessa conjuntura, os limites de atuação necropolítica se alargaram, “A associação negro/raça é o resultado do colonialismo que sempre se atualiza no contexto das transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas. O neoliberalismo criou uma associação específica entre negro e raça, diferente da existente nas etapas anteriores do capitalismo” (ALMEIDA, 2021, p.6). Agora o mercado globalizado, as necessidades financeiras e econômicas precisam ser levadas em consideração como fatores determinantes na distribuição da morte.

Ou seja, esses autores conseguem propor com suas obras que os termos apresentados até aqui, quais sejam biopolítica, necropolítica e neoliberalismo, se relacionam e conseguem com isso explicar uma nova realidade do mundo. A necropolítica diz respeito não apenas à forma com a morte é distribuída pelo Estado, mas também como guarda relação com o modo de produzir e reproduzir dentro do sistema neoliberal. Almeida consegue estabelecer melhor essa conexão descrevendo-a:

(...) Para Mbembe, o neoliberalismo inaugura uma etapa em que a categorização da humanidade em raças superiores e inferiores para fins do exercício do poder de matar não depende mais de uma ligação direta com o imaginário socialmente produzido acerca dos negros de origem africana. O racismo é não apenas parte fundamental das práticas de governo e do exercício de soberania, mas também o processo de constituição de um tipo de subjetividade própria do neoliberalismo. Em outras palavras, o racismo ganha contornos próprios no neoliberalismo, etapa do capitalismo em que como em nenhum momento experimentou-se a fusão entre mercadoria, desejo e morte.

(...) A necropolítica é a forma de exercício da soberania que se funda na expansão da lógica colonial, tendo em vista que a reprodução das condições objetivas e subjetivas da vida econômica se estabelece com a constante depreciação da vida material, com o aprisionamento do desejo na forma de mercadoria e com a financeirização de todos os âmbitos da vida. Se no neoliberalismo a condição para o exercício da soberania é a constante reivindicação do direito de matar, o *negro* – esse sujeito gestado para a

morte no leito do colonialismo – se afirma como a referência da forma universal do sujeito no neoliberalismo. (ALMEIDA, 2021, p.8-9)

Não se trata, portanto, de uma lógica isolada, que atinge uma fração pequena da população mundial, os horizontes de aplicação necropolítica se ampliam junto à atuação do capitalismo na sua modalidade neoliberal, pois a ela está servindo. O uso dos dispositivos de dominação descritos por Foucault serve a criar esse novo sujeito, que, segundo Mbembe, se alinha ao devir negro no mundo, onde a morte pode ser distribuída a todos segundo as necessidades da estrutura de poder que sustenta o capitalismo.

Apesar dos limites teóricos, é possível estabelecer uma correlação entre o funcionamento descrito por Foucault acerca do poder, através do biopoder, com o modo de produção capitalista em seu estágio de desenvolvimento mais atual, o neoliberalismo, Mbembe e Silvio Almeida nos apontam o caminho que procuramos refinar nessa pesquisa.

No Brasil, o tema da violência é antigo e amplamente discutido, essa violência que se conecta aos dispositivos de dominação e cria espaços como os descritos por Mbembe, onde a morte é naturalizada e distribuída pelo próprio Estado, e a lógica da guerra permite a ação contínua e extrema de imposição do terror. Nesses espaços é que a vida busca resistir e, para compreender melhor o funcionamento dessa lógica dentro do território brasileiro, é que ele será pauta do próximo tópico.

3.2 Necropolítica no Estado Brasileiro: vários corpos caídos no chão

Iniciamos elencando os principais assuntos desse tópico, abordaremos nele como o Estado brasileiro fornece um ambiente onde a gestação do capitalismo e do autoritarismo se reflete na forma social atual, observando, portanto, como a conjuntura que permite a exploração trabalhadora de forma necropolítica, conjuntamente com o esquadramento da posição do Brasil dentro da lógica de produção mundial, permite desnudar-se quais os trabalhadores e grupos minoritários alvos dos impactos causados pelo cenário que converge necropolítica e capitalismo dependente.

Para iniciar, como abordado nos tópicos anteriores, o colonialismo é determinante para a compreensão da biopolítica e necropolítica, mas para o Brasil esse é o marco também do início como território que mais tarde apresentará as características que definimos ao longo de todo o trabalho. O marco inicial da morte em terras brasileiras é o genocídio indígena, não há

registros precisos da quantidade de mortos, mas estima-se que em toda a América Latina o número chegue aos milhões.

Doenças ou guerras foram as principais causas da mortalidade dessa população no período colonial. Na análise de Darcy Ribeiro sobre a formação do povo brasileiro, ele revisita o encontro entre o povo português e os indígenas das terras brasileiras, destacando a diferença cultural entre os dois grupos e as consequências do encontro dos dois mundos.

(...) Desencadeia-se, ali, desde a primeira hora, uma guerra biológica implacável. De um lado, povos peneirados nos séculos e nos milênios, por pestes a que sobreviveram e para as quais desenvolveram resistência. Do outro lado, povos indenes, indefesos, que começavam a morrer aos magotes. Assim é que a civilização se impõe, primeiro, como uma epidemia de pestes mortais. Depois como a dizimação através de guerras de extermínio e da escravização. Entretanto, esses eram tão só os passos iniciais de uma escalada do calvário das dores inenarráveis do extermínio genocida e etnocida. (RIBEIRO, 2015, p.37)

Os indígenas brasileiros não estavam organizados em uma unidade, cada tribo possuía diferenças marcantes com as demais, o que ao mesmo tempo que dificultou a resistência contra a invasão europeia, também “os fazia mais resistentes à subjugação, condicionando uma guerra secular de extermínio” (RIBEIRO, 2015, p.39). A vitória europeia sobre a população indígena não ficou restrita ao controle do território e dos bens naturais advindos dele, ela também se relaciona com a dominação cultural, o envolvimento jesuíta e seu projeto de conversão ao cristianismo foi determinante ao processo. Vejamos a argumentação de Darcy Ribeiro sobre o tema:

Apesar de o projeto jesuítico de colonização do Brasil nascente ter sido formulado sem qualquer escrúpulo humanitário, tal foi a ferocidade da colonização leiga que estalou, algumas décadas depois, um sério conflito entre os padres da Companhia e os povoadores dos núcleos agrário-mercantis. Para os primeiros, os índios, então em declínio e ameaçados de extinção, passaram a ser criaturas de Deus e donos originais da terra, com direito a sobreviver se abandonassem suas heresias para se incorporarem ao rebanho da Igreja, na qualidade de operários da empresa colonial recolhidos as missões. Para os colonos, os índios eram um gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão. A Coroa portuguesa apoiou nominalmente os missionários, embora jamais negasse autorização para as “guerras justas”, reclamadas pelo colono para aprisionar e escravizar tantos os índios bravos e hostis como os simplesmente arredios. Quase sempre se fez vista grossa à escravidão indígena, que desse modo se tornou inevitável, dado o caráter da própria empresa colonial, especialmente nas áreas pobres. (RIBEIRO, 2015, p.42)

Nas duas situações descritas por Ribeiro no trecho acima, nenhuma trabalha com o respeito a cultura indígena, aos seus territórios, a sua sabedoria e nem mesmo a sua humanidade. E assim persistiu por muito tempo a situação indígena, a eles coube a resistência aos processos contínuos de invasão do território e ataque à cultura ao longo dos últimos séculos, não cabe

aqui realizar a análise pormenorizada dos acontecimentos que compõem essa luta, mas precisamos dar-lhe um longo salto temporal, que se justifica na necessidade de rever a situação sob a ótica da necropolítica atual.

Em 1988, após longo período ditatorial, uma nova Constituição é promulgada no Brasil, ganha ela a alcunha de constituição cidadã, o novo texto constitucional reconhece amplos direitos à população, entre eles o direito dos indígenas ao seu território, cultura e língua, no artigo 231. Apesar desse reconhecimento formal, permanece a luta para efetivação do estabelecido. Os ataques às comunidades ganham novos contornos e contam com anuência e participação do Estado, de formas variadas.

A demarcação dos territórios indígenas é elemento central dessa disputa, apesar do já mencionado reconhecimento do direito, ele está condicionado a trâmites jurídicos alvo de disputas políticas e vontades econômicas. Desde o início da vigência da constituição, essa demarcação de território indígena se arrasta, segundo os dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), dos 680 territórios que possuem as características necessárias para permitir a demarcação, 237 ainda estão em processo de análise (FUNAI, 2021).

Nos últimos anos, novas investidas contra os direitos indígenas foram realizadas, em 2019 o então presidente da república, Jair Bolsonaro, declarou no Palácio da Alvorada “enquanto eu for presidente não tem demarcação de terra indígena” (VERDÉLIO, 2019), ao fim do mandato presidencial em 2022, Bolsonaro realmente não havia demarcado nenhuma terra indígena, essa e outras falas do então presidente denunciam a forma como foi tratada a questão indígena em seu governo, ocorrido de 2019 a 2022.

Alinhado com as pautas do agronegócio, o governo Bolsonaro foi marcado pelas ações que privilegiavam garantir as reivindicações desse grupo em detrimento de outros, como os indígenas. Um exemplo de como a postura do governo federal foi impactante é a discussão acerca do marco temporal, essa tese tenta vincular a demarcação de territórios indígenas apenas aquelas áreas que já estavam ocupadas a época da promulgação da Constituição Federal, o tema foi levado à votação no STF (Supremo Tribunal Federal) em 2021, sendo a votação suspensa no ano seguinte.

Segundo Joenia Wapichana, a tese do marco temporal vem deixando muitos indígenas em estado de vulnerabilidade.

“Esse argumento gerou uma série de proposições em relação ao direito da terra indígena, principalmente suspendendo a demarcação de terras indígenas, e tem sido utilizado pelo governo federal para travar o processo de demarcação, deixando muitos

povos vivendo em situação de violência, ameaças, invasões territoriais e de extrema vulnerabilidade social e cultural”, disse a deputada (BITTAR, 2022).

Para além do marco temporal, o último governo também foi marcado por outros ataques, como o Projeto de Lei 191/20 que concede a permissão para exploração de garimpo em terras indígenas. O projeto ainda não foi votado pela câmara, mas, apesar disso, outras atitudes foram tomadas para possibilitar a atividade. Segundo reportagem do jornal Folha de São Paulo, o governo Bolsonaro atuou a partir de contestações elaboradas pela Advocacia Geral da União (AGU) para garantir a mineração em terras indígenas não homologadas e nas proximidades de terras já demarcadas, apesar do impacto da atividade para as comunidades (SASSINE, 2022).

Frente a esse posicionamento favorável à exploração de recursos naturais em território indígena, o número de invasões desses espaços aumentou, segundo o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) em relatório do ano de 2021 o número de casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio chegou a 305 em 226 terras indígenas, número 3 vezes superior ao registrado pelo órgão em 2018 (CIMI, 2021).

Na Terra Indígena (TI) Yanomami, onde é estimada a presença de mais de 20 mil garimpeiros, os invasores passaram a realizar ataques armados sistemáticos contra as comunidades indígenas, espalhando um clima de terror e provocando mortes, inclusive de crianças.

Os ataques criminosos, com armamento pesado, foram denunciados de forma recorrente pelos indígenas – e ignorados pelo governo federal, que seguiu estimulando a mineração nestes territórios. Os garimpos, além disso, serviram como vetor de doenças como a Covid-19 e a malária para os Yanomami (CIMI, 2022).

O caso dos yanomamis recentemente ganhou novos e sangrentos contornos com a declaração do Ministério da Saúde de emergência na saúde pública do povo yanomami. Essa atitude é tomada diante dos casos de desnutrição infantil e malária registrados na comunidade, a situação se agrava com a revelação de que 570 jovens dessa comunidade morreram por desnutrição, contaminação por mercúrio ou malária (PORTAL G1, 2023). Segundo outro veículo de imprensa, essas mortes poderiam ter sido evitadas, mas os 21 pedidos formais de ajuda, feitos ao governo Bolsonaro pela Hatukara Associação Yanomami foram ignorados (LUCENA, 2023).

Após as denúncias de possível omissão de agentes públicos, o Ministro da Justiça Flávio Dino deu declaração em entrevista coletiva de que a Polícia Federal (PF) investigará o caso, na mesma declaração, o ministro ainda chamou a atenção para a possibilidade de configuração de crime de genocídio no caso (LIMA, 2023). A omissão do Estado nesse caso revela um aspecto importante da necropolítica, que podemos admitir estar presente nesse contexto; no caso

brasileiro muitas vezes a morte e a exposição a ela ocorre pela “vista grossa” aos acontecimentos, por aqueles que têm por obrigação agir.

Os indígenas são apenas um dos grupos que compõem o campo brasileiro, mas não o único que enfrenta a violência desse espaço na busca por dignidade, proteção e efetivação do que já foi estabelecido no texto constitucional, essa é uma luta quase gêmea travada por outros povos, como os ribeirinhos e os povos quilombolas, apesar da proteção expressa que contam na legislação, ainda se encontram reféns das movimentações políticas e econômicas do Estado, e é a essa última característica que iremos aprofundar no capítulo seguinte.

Aqui ainda cabe a observação pormenorizada de alguns outros grupos que compõem a população do campo. Depois dos indígenas, o outro povo que se estabeleceu, mesmo que de maneira forçada nas terras brasileiras, e hoje guarda relação especial com a terra e a luta de acesso a ela, é a população negra. A história desse grupo no Brasil começa com a escravidão e com ela ainda guarda relações a serem destrinchadas.

A obtenção de mão de obra para o trabalho no continente recém-descoberto foi atendida através da escravidão da população africana, eram necessários trabalhadores em grande quantidade e que pudessem ser explorados ao máximo de sua capacidade para tornar a empreitada colonial realizável. Buscando atender essa demanda, é que se forjou o sistema escravista, que ao mesmo tempo que desumanizou a figura do negro, permitiu com isso que ele fosse estabelecido como propriedade.

Mas não bastavam a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva e a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar a viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil. Demais, existia o problema da mão-de-obra. Transportá-la na quantidade necessária da Europa teria requerido uma inversão demasiadamente grande, que provavelmente tornaria antieconômica toda a empresa. As condições de trabalho eram tais que somente pagando salários bem mais elevados que os da Europa seria possível atrair mão-de-obra dessa região. (...) Sem embargo, também neste caso uma circunstância veio facilitar enormemente a solução do problema. Por essa época os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes, nos tempos de d. Henrique, haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável. (FURTADO, 2007, p.34-35)

A escravidão negra começava com a captura dos indivíduos, que logo após eram separados dos demais da mesma região e embarcados nos navios negreiros, eram tratados desde então como meros objetos, despidos de humanidade, eram transportados de maneira insalubre e aportavam em terras brasileiras, se sobrevivessem, para sofrer outras sortes de violência. A

exploração do trabalho era realizada sobre uma constante vigilância e aplicação de castigos corpóreos, seja para prevenir a fuga ou qualquer outro comportamento de revolta, seja para punir sobre o pretexto da qualidade do trabalho realizada. Ribeiro resume bem ao descrever:

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compressão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado eticamente na linha consentida pelo senhor, que é a mais compatível com a preservação dos seus interesses. (RIBEIRO, 2015, p.89)

Destaca-se como elementos da escravidão a redução a mera propriedade que sofreram os escravos. As justificativas que permitiram essa qualificação de “coisa” se iniciam nas determinações da Igreja Católica, que apontava os negros como descendentes de um pecado imperdoável que os desprovia de alma, outras justificativas foram utilizadas ao longo do tempo, todas apontando uma justificativa para a premissa de que a população negra não possuía moral, caráter ou não merecia o reconhecimento como seres humanos.

Mbembe (2018) aponta em sua obra como a desumanização dessa população foi realizada, com isso, a sua morte foi naturalizada. “De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de estatuto político. Essa tripla perda equivale a uma dominação absoluta, uma alienação de nascença e uma morte social (que é expulsão fora da humanidade)” (MBEMBE, 2018, p.27).

Na qualidade de propriedade, perdiam eles total controle sobre todos os aspectos da vida, suas vidas deveriam ser dedicadas apenas ao trabalho que os senhores designassem, e a exploração dele não reconheceria nenhum limite. Essa desumanização da população negra ainda não foi totalmente revertida na sociedade, a visão sobre o negro, seja o jovem violento e impulsivo, o velho místico, ou a mulher hiper sexualizada permanecem e influenciam nas relações sociais brasileiras.

Mesmo hoje, quando as teorias racistas estão desmoralizadas nos meios acadêmicos e nos círculos intelectuais que as gestaram, na cultura popular ainda é possível ouvir sobre a inaptidão dos negros para certas tarefas que exigem preparo intelectual, senso de estratégia e autoconfiança como professor, médico, advogado, goleiro, técnico de futebol ou administrador. (ALMEIDA, 2018, p.62)

Outro elemento de destaque é a naturalização da violência sobre essa população, a morte era possibilidade constante para os corpos negros na escravidão e não causava desconforto considerável a quase ninguém que assim fosse. Após 300 anos de abolição, essa ainda é uma

característica que persiste sobre os corpos negros, a possibilidade de morte e sua distribuição sobre eles não causa verdadeira comoção e advêm da própria organização do Estado.

O maior exemplo dessa realidade está nos dados sobre a morte violenta de negros no Brasil, grande parte relacionada à atuação policial, segundo o anuário Segurança em Números 2022 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública dos números de mortos por ação violenta entre 2021 e 2022, 77,9% das vítimas são negras, e a metade de jovens entre 12 e 29 anos, ainda no mesmo anuário dentro das mortes causadas por ação policial no Brasil 84,1% eram pessoas negras, porcentagem que escancara a violência estatal contra essa população (BUENO, 2022).

Ribeiro (2015), em sua obra, é bastante preciso ao formular as considerações sobre os impactos da escravidão na estrutura social brasileira, esse é um período que deixou marcas na formação do povo brasileiro e que reflete diretamente na forma como está organizado esse povo atualmente, melhor elucidado em suas palavras completas:

Nenhum povo que passasse por isso como sua rotina de vida, através de séculos, sairia dela sem ficar marcado indelevelmente. Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria.

A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, sevicar e machucar os pobres que lhes caem às mãos. Ela, porém, provocando crescente indignação, nos dará forças, amanhã, para conter os possessos e criar aqui uma sociedade solidária. (RIBEIRO, 2015, p.91)

A utilização da mão de obra escrava no período colonial brasileiro foi estruturante para o desenvolvimento da sociedade não apenas no âmbito social, mas também no econômico, Furtado é oportuno ao estabelecer em sua obra como a abolição foi lida na época como uma catástrofe iminente “Mais que em qualquer outra matéria, nessa dificilmente se conseguem separar os aspectos exclusivamente econômicos de outros de caráter social mais amplo” (FURTADO, 2007, p198).

Entretanto, estabelecida a abolição da escravatura, não houve uma real modificação de qualquer ordem, econômica ou social. O autor traça um paralelo que nos será muito caro entre a abolição e a realização de uma reforma agrária, mas a conclusão é que seja pela imobilidade do sistema açucareiro ou pela alternativa cafeeira pelo estabelecimento da imigração

internacional, os negros permaneceram numa mesma situação de desamparo e invisibilidade para o Estado e seus interesses, reféns de amarras diferentes dos grilhões e chibatadas mas igualmente eficazes.

A abolição da escravatura, à semelhança de uma “reforma agrária”, não constitui *per se* nem destruição nem criação de riqueza. Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. A aparente complexidade desse problema deriva de que a propriedade da força de trabalho, ao passar do senhor de escravos para o indivíduo, deixa de ser um *ativo* que figura numa contabilidade para constituir-se em simples virtualidade. Do ponto de vista econômico, o aspecto fundamental desse problema radica no tipo de repercussões que a redistribuição da propriedade terá na organização da produção, no aproveitamento dos fatores disponíveis, na distribuição da renda e na utilização final dessa renda. À semelhança de uma reforma agrária, a abolição da escravatura teria de acarretar modificações na forma de organização da produção e no grau de utilização dos fatores. (...) (FURTADO, 2007, p.199)

No período que antecede à abolição da escravidão, o terreno para essa mudança foi preparado pela classe dominante, que incluía os proprietários de terras, o acesso a elas foi obstruído ainda em 1850 com a Lei de Terras, e reflete-se diretamente na impossibilidade dos ex-escravos de adquirirem terras após a libertação em 1888, mas também impossibilita os colonos, trazidos no mesmo período de se tornarem proprietários, garantindo, assim, que haveria mão de obra livre atuante no campo brasileiro.

A propósito das terras devolutas, a legislação do Império cuidava que as terras não estivessem demasiado disponíveis a quaisquer interessados. Houve a preocupação de encarecê-las, para evitar que trabalhadores livres viessem a tornar-se facilmente proprietários, fugindo assim à condição de vendedores da força de trabalho. (IANNI, 2004, p.14)

Observa-se, portanto, que não houve qualquer tentativa de integração da população negra à sociedade após a assinatura da Lei Áurea, o reconhecimento da liberdade não foi acompanhado de medidas que assegurassem o novo status a essa parcela da população; praticamente abandonados, as opções para os ex escravizados eram reduzidas, o trabalho assalariado ainda seria estabelecido mais pela presença dos imigrantes europeus que com a população recém liberta.

Chegava, ao mesmo tempo, com a produção cafeeira ao campo a lógica capitalista de produção que concentrou as terras produtivas e implantou uma nova lógica de trabalho, Ianni elucida em seu livro como “(...) À medida que se expandia a cafeicultura, pelos vários “oestes” que se sucediam no curso da marcha do café, acelerava-se a adoção das instituições, valores e padrões mais coerentes com as exigências da reprodução do capital.” (IANNI, 2004, p.30).

Altera-se com o tempo não apenas as terras agricultáveis no Brasil, mas também o formato dos trabalhadores no campo, a agricultura tradicional será confrontada com a lógica capitalista, principalmente com a revolução verde e aplicação de técnicas de produção que primam a produtividade e o uso de novas tecnologias: “Num extremo encontramos o complexo rural tradicional, enquanto no outro temos o sistema capitalista. Em graus diversos, o complexo rural herdado do passado vem sendo destruído em algumas regiões do país” (IANNI, 2004, p.105).

Através da obra de Ianni (2004), a configuração do proletariado agrícola pode ser desanuviada, estabelece ele que a agricultura tradicional, representada por sitiantes, posseiros, arrendatários, ou seja, pequenos produtores camponeses que realizam o trabalho de produção e subsistência na terra são confrontados pela lógica capitalista, adotada pelos latifundiários que produzem através da monocultura e uso de mão de obra assalariada, e essas duas realidades em choque reorganizam o funcionamento do campo a partir de 1960.

Portanto, a constituição do proletariado agrícola é um fenômeno que resulta das transformações dos modos de produção. Este mesmo processo geral, que modifica, redefine ou elimina agregados, colonos, arrendatários, parceiros, sitiantes, pecuaristas, latifundiários etc. está operando no sentido de redistribuir os grupos humanos em duas categorias principais. Na nova estrutura em emergência, os assalariados, sob suas diversas formas, e os proprietários dos meios de produção, também sob as mais diferentes configurações, serão as classes sociais fundamentais. (IANNI, 2004, p.112)

O embate entre essa agricultura tradicional e a, até então, nova lógica produtiva e capitalista teve como efeitos uma grande expulsão de camponeses que serviriam como mão de obra proletária nas cidades, ou ainda, exército de reserva dessa atividade, enquanto outros se incorporariam às novas funções do campo, trocando o trabalho por salário, afastados da terra e incapazes de garantir através dela seu meio de sobrevivência.

Quando uma área de economia natural é alcançada pela expansão da economia de mercado, as terras evidentemente são valorizadas; em consequência, o conflito de interesses se aguça. Numa região em que há *posseiros*, isto é, indivíduos que, sem deter os instrumentos legais de propriedade, ocupam o solo, as tensões se acentuam, especialmente com aqueles que possuem títulos legais de sua posse; ou então com os chamados grileiros, que obtêm escrituras falsas de propriedade. O mesmo acontece com os pequenos arrendatários e os sitiantes, que resistem apenas transitariamente às pressões do sistema. (IANNI, 2004, p.105)

Essa configuração do campo se estabeleceu e vem se desenvolvendo desde então, ainda há grupos ligados à agricultura tradicional que tentam se manter no campo, sendo assediados pelo capitalismo sempre que suas terras passam a ter novo interesse econômico. Já vimos os

indígenas, e começamos a destrinchar a participação da população negra, que aqui se subdivide em dois grupos, aqueles pertencentes aos quilombos e aqueles que são produtores, em sua maioria familiares, ou trabalhadores assalariados.

A população quilombola guarda bastante semelhanças com a população indígena, tem seus direitos ao território e a preservação da cultura assegurados pela Constituição Federal no artigo 68, mas também enfrentam obstáculos para ver o direito efetivado, travam, portanto, batalhas bastante similares nesse aspecto, assim sendo, não nos alongaremos nas diferenças que guardam com a luta indígena.

Reforçamos apenas como essas comunidades têm impacto para toda a sociedade, guardando conhecimentos, realizando produções impactantes para a alimentação da comunidade na qual estão inseridos e atuando na preservação ambiental, porém são características que não beneficiam o sistema de produção, portanto, são desencorajadas.

Já agricultores familiares e trabalhadores assalariados do campo são grupos que contam com maioria negra, segundo o censo agrário de 2017 realizado pelo IBGE, 52,84% dos proprietários de terras se declararam pretos/ pardos ainda analisando os números fornecidos por esse estudo, a maioria dos proprietários das menores áreas são negros ou pardos, cerca de 70%, enquanto nas maiores áreas com 10mil hectares ou mais, 79% são de propriedade de brancos (IBGE, 2017).

Na estrutura social do campo que Ianni desenha, em sua obra “Origens agrárias do Estado brasileiro” (2004), dois grupos compõem a sociedade agrária brasileira que se redefine com a chegada e o desenvolvimento do capitalismo no campo, segundo ele a partir de então temos uma divisão entre os proprietários de terras alinhados ao funcionamento do capital, implementando toda a lógica capitalista à produção e à administração, fundando empresas agrícolas e limitando o acesso dos antigos meeiros, parceiros, arrendatários, para uso da mão de obra no sistema assalariado.

O segundo grupo é composto pelos pequenos proprietários, agricultores familiares e posseiros que buscam resistir à lógica capitalista no campo, buscando assegurar o acesso à terra e estabelecer seu modo de produção que se liga diretamente à subsistência, segundo os dados do censo agrário de 2017, 23% da produção agrária brasileira advém desse setor (IBGE,2017). Para além deles, mas conectado a eles, temos os trabalhadores assalariados do campo, espécie de operários rurais que trocam o trabalho dentro da estrutura de produção da indústria agrária pelo salário. Ianni observa a formação desses grupos e assim a descreve:

(...) Hoje, a mentalidade capitalista e os padrões “racionais” de administração, produção etc. estendem-se por áreas cada vez mais amplas. Os colonos, parceiros e arrendatários que viviam no interior da fazenda, como componentes de uma estrutura patrimonial, estão se transformando em camarada, diarista, mensalista ou volante. O que a fazenda rechaça do seu interior, porque as modificações do mercado revelam cada vez mais oneroso, ela somente contrata para tarefas, prazos e preços rigorosamente predeterminados. Dessa forma liquidam-se pouco a pouco os componentes não capitalistas das relações entre o fazendeiro e o trabalhador, agora transformando-os em empresário e proletário. (IANNI, 2004, p.102)

A esses últimos é necessário observar como a lógica de trabalho já se encontra alinhada ao modo capitalista de produção, pois a esses trabalhadores resta apenas a venda do trabalho para ser realizada e, para que tenham direitos assegurados, a única possibilidade está na sindicalização, ou seja, são trabalhadores que encaram a mesma estrutura que o proletariado urbano para se protegerem da exploração, das condições extremas de trabalho e dos baixos salários.

A liga camponesa e o sindicato rural, por fim, são contemporâneos. Surgem na mesma época, quando se dá o divórcio definitivo entre o lavrador e a propriedade dos meios de produção. São criados quando se rompe a base do “universo comunitário” em que o fazendeiro, o capataz e o lavrador apareciam como membros de um mesmo *nós* coletivo. Isto é, a liga e o sindicato clarificam as fronteiras reais (econômicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas) que dividem o fazendeiro e o trabalhador rural, quando o lavrador se transforma em proletário. (IANNI, 2004, p.124)

Observando essa estrutura do campo, faz-se necessária a conexão com o Estado, como já discutimos no caso indígena, o Estado desde o princípio teve conexão aos rumos que o grupo trilhou na história, o mesmo pode ser dito da população negra, a escravidão teve participação direta do Estado monárquico e hoje o Estado é atravessado pelo racismo estrutural que influencia no modo como a população negra está inserida social e economicamente.

Quanto ao trabalhador rural, a relação guarda semelhança com a realizada com operário urbano, a primeira lei que trata dos trabalhadores do campo, não coincidentemente é de 1964, o que revela como a situação agrária brasileira teve impacto para a instauração do golpe empresarial militar, mas ainda conforme Ianni (2004), a ação estatal dentro do campo não se limita à legislação, principalmente a trabalhista, apesar de que acompanhá-la possibilita a compreensão de alguns aspectos dessa relação.

Em certas ocasiões encontramos alguma atuação do poder público, com referência à mão-de-obra, quanto aos direitos e deveres dos assalariados rurais. Às vezes essa atuação aparece na legislação, o que não significa que se efetiva na prática das relações de produção. Outras vezes há omissões do poder público. Mas há atuações que se realizam por modos indiretos, como aquelas relativas às condições de posse e domínio de terras devolutas, ou povoamento e à colonização, às reservas indígenas,

ou outras modalidades de dinamizar o desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção na agricultura. (IANNI, 2004, 223)

Os grupos mencionados nesse tópico, indígenas, quilombolas, agricultores familiares camponeses e trabalhadores assalariados rurais, são grupos que resistem no campo brasileiro aos fenômenos trazidos pelo capitalismo dependente, e sofrem com a ação do Estado na aplicação necropolítica de suas forças, as estratégias de dominação apesar de diferentes culminaram na gestação de um ambiente violento e com superexploração dos trabalhadores...

É dentro desse ambiente que procuramos perceber a atuação necropolítica do Estado brasileiro, que fez ao longo da história diversas vítimas. A forma que toma a necropolítica no campo é o que buscamos desanuviar no próximo tópico, a morte e a exposição a ela está atrelada ao funcionamento neoliberal e ao projeto econômico adotado pelo Brasil que está intimamente relacionado à produção agrária do país, a violência não se desassocia de um objetivo, mesmo quando sua forma não está limitada à ofensa física direta.

3.3 A terra que verte sangue: necropolítica presente no cotidiano rural

Como começamos a discorrer no item 2.2, são grupos vulneráveis ao funcionamento necropolítico do Estado brasileiro os indígenas e demais povos tradicionais, os pequenos agricultores camponeses e os trabalhadores assalariados rurais, entre outros que não são foco dessa análise, esses grupos, que compõe o ambiente rural sofrem com uma interseccionalidade¹⁵ de violências que possibilitam sua caracterização como o outro social passível de destruição nos termos biopolíticos e necropolíticos.

Conforme já foi desenhado, essa identificação está ligada à história que compõe os grupos mencionados e neste tópico buscamos apurar principalmente a relação da necropolítica brasileira com os trabalhadores rurais e os pequenos produtores camponeses, apurando como a violência os alcança e qual a forma, seja omissiva ou permissiva, que caracteriza a presença do Estado, principalmente destacando a atuação através da estrutura jurídica.

Começamos com os assalariados rurais brasileiros que possuem diferentes formatos de contrato de trabalho, mas estão conectados a uma mesma legislação trabalhista de onde advêm

¹⁵ A interseccionalidade é um termo utilizado principalmente nos estudos feministas que nomeia a existência de mais de um fator de identidade que recai sobre uma pessoa ou grupo, definindo-a socialmente e representado formatos diferentes de dominação e opressão.

os principais termos de direitos e deveres para realização das atividades produtivas, o Estatuto do trabalhador rural data de 1963, muito depois da legislatura que versou sobre o trabalho urbano, os demais dispositivos criados para regulamentação e proteção do trabalho rural também foram lentamente estabelecidos. “Mas esse e outros dispositivos legais aplicam-se com lentidão, de forma incompleta. No campo, frequentemente a administração pública é ausente, omissa ou conivente com as práticas ilegais de grileiros, latifundiários, fazendeiros e empresários” (IANNI, 2004, p.246).

Segundo o estudo realizado pelo DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos) sobre o mercado de trabalho assalariado rural brasileiro em 2014, 59,4% dos trabalhadores do setor se encontravam sem carteira assinada, portanto, sem a proteção que esse vínculo garante. O estudo ainda apontou como apenas uma pequena parcela desses trabalhadores realizavam contribuições para a previdência ou eram sindicalizados, sendo de 43,6% e 14,6% respectivamente (DIEESE, 2014).

Esses dados revelam a situação de vulnerabilidade que a maioria dos trabalhadores assalariados rurais enfrentam no Brasil, a pouca proteção que esses dispositivos oferecem nem mesmo são aplicados à maior parte dos indivíduos, que se expõe, portanto, a condições de exploração muito maiores, em que a fiscalização de horas trabalhadas, uso de equipamento de segurança, condições de acomodação, entre outras, não podem ser efetivamente verificados e garantidos.

Reforçam esse cenário os dados do mesmo estudo que apontam que 39,3% dos trabalhadores não possuem estudo ou possuem menos de 3 anos, ao mesmo tempo 68,9% se autodeclararam pretos ou pardos. A remuneração desses trabalhadores também é baixa, revelando os efeitos dos dados de escolaridade e informalidade já mencionados, segundo o estudo 30,5% ganham até meio salário mínimo e 72,3% ganham até um salário mínimo completo (DIEESE, 2014).

Dentro desse cenário, é possível inferir que a garantia dos demais Direitos Humanos desses trabalhadores e suas famílias estão prejudicados, segurança, educação e saúde são diretamente afetados pela situação, já que as condições de emprego e renda influenciam nas possibilidades de acesso a esses direitos pelos grupos mencionados. Um exemplo extremo dessa correlação está na existência do trabalho análogo à escravidão, pois ainda hoje no país os índices apontam que sua maior ocorrência está no campo brasileiro.

O trabalho análogo à escravidão é definido, segundo o Ministério Público do Trabalho (MPT), pela existência de condições degradantes, com jornada excessiva, retenção de documentos, impossibilidade de sair do local e escravidão por dívida, o órgão produziu em 2020 relatório sobre a fiscalização e combate do trabalho análogo à escravidão no país e apontou que 78% das ações de resgate foram realizadas no ambiente rural, segundo os dados coletados anualmente pelo MPT o número de casos vem crescendo nos últimos anos e em 2022 mais de 2500 trabalhadores foram resgatados dessa situação (SIT, 2022).

A vulnerabilidade dos trabalhadores do campo atende aos interesses do Estado na defesa do mercado, as conquistas desse grupo em termos de Direitos e políticas públicas são frutos de intensas lutas, em que a violência se faz presente principalmente contra as lideranças, a busca pelo reconhecimento dos Direitos continua para que haja sua efetivação e, conforme os dados analisados, esse ainda é um objetivo a ser perseguido.

(...) quando atendem às reivindicações dos trabalhadores rurais, os governantes só atendem depois de muita luta por parte destes. Em todos os casos, o favorecido é o fazendeiro, latifundiário, empresário, comprador da força de trabalho. Em todos os casos, o Estado reflete, ou mesmo representa abertamente, os interesses dos grandes proprietários rurais, nacionais e estrangeiros. Na escala da “cidadania” – e no Brasil há uma larga escala de cidadãos de primeira, segunda, e diversas outras classes – o trabalhador rural está sempre nos últimos lugares. (IANNI, 2004, p.246)

Entre aqueles que trabalham no campo de forma assalariada, o capitalismo se adaptou para que a exploração do proletariado agrícola ganhasse os mesmos contornos presentes no proletariado urbano, baixos salários e a impossibilidade de garantir a reprodução do trabalho na atividade desenvolvida. “Da fazenda, de onde o trabalhador extraía anteriormente os seus meios de subsistência, levará somente o salário (diário, semanal ou mensal), como o operário da indústria” (IANNI, 2004, p.113).

À medida que se expandiu e diversificou a empresa agrícola, desenvolveu-se a legislação do trabalho no campo. O Estado passou a estabelecer diretrizes jurídicas, ou melhor, condições político-econômicas, destinadas a organizar ou reorganizar as relações de produção. É claro que tem havido e continua a haver razoável descompasso entre o progresso da empresa, a prosperidade do empresário, a organização política da burguesia agrária, por um lado, e as condições políticas de negociação do assalariado permanente, assalariado temporário ou o conjunto do proletariado rural, por outro. O empresário, individualmente ou como classe, tem acesso às exigências governamentais, bancos, contabilidade de custos, garantia de preços mínimos para as suas mercadorias, incentivos fiscais, facilidades para a exportação, reservas de mercado. O assalariado ainda tem poucas possibilidades de defender os seus interesses, com base na legislação vigente. O seu sindicato foi bastante burocratizado, atado ao aparelho estatal e orientado para o assistencialismo. (IANNI, 2004, p.239)

Quanto aos agricultores camponeses, a situação é bastante semelhante: grande parte produz pela agricultura familiar, segundo os dados do censo agropecuário de 2017 do IBGE, 77% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares, e entre aqueles que possuem menos terras a maioria, 74,1% deles se declararam pretos ou pardos. O número de agricultores familiares representa apenas 23% da área total de todos os estabelecimentos rurais do país, revelando a concentração de terras que marca o campo brasileiro, uma concentração histórica que deságua na luta pela reforma agrária (IBGE, 2017).

A reforma agrária também foi estabelecida no texto constitucional de 1988, entretanto, assim como a demarcação de terras indígenas, sofre com uma efetivação burocrática e marcada por disputas jurídicas arrastadas, é, portanto, um tema que revela a forma como o Estado se relaciona com parte da população camponesa e quais interesses tem atendido. Discussões sobre a realização de uma reforma agrária e em quais termos ela seria realizada são anteriores à Constituição.

As reformas de base anunciadas pelo presidente João Goulart, antes do golpe empresarial militar de 1964, já incluíam o tema, no entanto, após o estabelecimento da ditadura no país o Estatuto da Terra foi aprovado ainda no mesmo ano, denunciado o impacto da questão para os rumos políticos que o país trilhava. No texto normativo aprovado, a realização da reforma agrária foi vinculada à função social da terra, porém, ao longo das décadas seguintes, os interesses latifundiários e do capital se alinharam, e a reforma foi suprimida.

Nesse sentido é que os governantes têm realizado a reforma agrária que convém aos interesses que representam. Interesses que não têm nada a ver com as reivindicações e lutas de índios, posseiros, sitiantes, parceiros, arrendatários, moradores e muitos outros trabalhadores do campo. (IANNI, 2004, p.251)

Os debates constitucionais acerca da reforma agrária foram intensos e no texto final da Carta Magna ficou novamente estabelecida a realização da reforma agrária vinculada ao cumprimento da função social da propriedade no artigo 184, entretanto, após 35 anos da retomada democrática, a reforma agrária se arrasta no país, a concentração de terras ainda é o cenário dominante no campo conforme aponta o Censo agrário 2017, sendo que 0,04% das propriedades ocupam 14,8% da área produtiva brasileira (IBGE,2017).

A vinculação da desapropriação para fins de reforma agrária ao descumprimento da função social da propriedade foi novamente estabelecida pela constituição, entretanto já no artigo seguinte, 185, foi determinado que a propriedade produtiva seria insuscetível de sofrer a desapropriação para realização da reforma agrária, é essa a vinculação que limitou a realização

de uma verdadeira reforma no campo, que impactasse a estrutura produtiva criada até aquele momento.

Promovida a confusão, nada se colocou para redimi-la, deixando à interpretação do Poder Judiciário que, invariavelmente, vem impedindo a reforma agrária pelo só fato da discussão da produtividade da terra, mantido os índices estabelecidos há 40 anos, ainda antes da revolução verde, como se o artigo 185 fosse o dispositivo baliza de toda política pública agrícola, agrária e fundiária da Constituição de 1988. (SOUZA FILHO, 2010, p.195)

Diante dessa confusão, conforme descreveu Marés, desde então a reforma agrária se arrasta, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) é o órgão governamental responsável por realizar a reforma, nos dados distribuídos pelo instituto em 2021 o número de famílias assentadas por ano vem diminuindo drasticamente desde 2015, durante o governo Bolsonaro apenas 9.228 famílias tiveram seus títulos reconhecidos, já os decretos de desapropriação foram completamente descontinuados na gestão (INCRA, 2021).

Essa variação de uma política que já é mitigada pela aplicação da produtividade como condição para a desapropriação, consegue desnudar o impacto que as gestões governamentais e a posição adotada por elas no plano social-econômico, geram na questão agrária brasileira, quanto mais comprometido com a realização de um projeto neoliberal, mais impactados são políticas como a da reforma agrária.

Para os governantes do passado e de hoje, a questão agrária sempre está sendo resolvida de modo conveniente. Para eles há mesmo uma reforma em curso, com o mínimo de desorganização dos interesses latifundiários, fazendeiros e empresários. Uma reforma agrária que nunca põe em questão o princípio da propriedade privada. Além disso, o modo pelo qual os governantes encaminham a resolução do problema da posse e do uso da terra atende algumas exigências estruturais dos interesses representados no Estado. Primeiro, só ocorre a discreta distribuição de títulos de propriedade a posseiros quando estes se revelam particularmente fortes, em termos de capacidade de luta. (...) Segundo, os poucos núcleos de colonos regularizados servem para produzir gêneros e matérias-primas, além de funcionarem como reservas de força de trabalho (...) sem esquecer os empreendimentos governamentais, (...) Terceiro, os posseiros e colonos, em todos os casos, compõe-se de “excedentes populacionais”. (IANNI, 2004, p.250-251)

Esse panorama revela como a disputa por terras ainda é central no campo brasileiro, e é também a fonte de grande parte da violência desse espaço, segundos os dados da CPT divulgados no Caderno Conflitos no Campo 2021, o número de conflitos por terra vem crescendo desde 2016, segundo o quadro comparativo anual o número de conflitos chega a 1576 em 2020, e tem pequena redução em 2021 para 1242. Esse aumento nos conflitos é acompanhado também pelo aumento do número de assassinatos, só no ano de 2021 foram 35 pessoas assassinadas nos conflitos (CPT, 2021a).

Indígenas, quebradeiras de coco babaçu, posseiros, assentados e quilombolas são as principais vítimas dos assassinatos contabilizados pela CPT em 2021, entretanto a violência contra esses grupos não se limita ao extermínio da vida; o Caderno Conflitos no Campo na tabela 7 também contabiliza outras violências contra a pessoa como tentativas de assassinato, ameaçados de morte, torturados, agredidos e aqueles que são presos, essa última é uma importante categoria para ser analisada, em 2021 foram 100 o número de pessoas presas (CPT, 2021a, p.183).

Os motivos das prisões variam segundo os conflitos, mas servem principalmente como formas de silenciar e desestimular a luta desenvolvida pelos indivíduos e comunidades, contando para isso com a participação direta do Estado, principalmente através da Polícia Militar, novamente segundo os dados da CPT das prisões realizadas em 2021, a maior ação encarcerou 30 pessoas, incluindo mulheres e crianças, e ocorreu em um único acampamento de Rondônia, outras 14 pessoas também de um mesmo acampamento do Estado, foram presas através da mesma tática (CPT, 2021b).

Desapropriações e ordens judiciais de despejo são outros formatos da atuação estatal que interferem diretamente nos conflitos agrários brasileiros por posse e propriedade de terras, grande parte dessas decisões judiciais resguardam o direito à propriedade dos grandes produtores e agropecuaristas. O Movimento Sem-Terra (MST) divulgou em sua página que 30 mil famílias do movimento estão ameaçadas de despejo e mesmo com a pandemia houve aumento nos casos de despejo e ameaça de despejo entre 2020 e 2021 (MST, 2021), isso tendo em vista a vigência da ADPF (Arguição de descumprimento de Preceito Fundamental) 828 do STF, que suspendeu durante o período pandêmico a realização de despejos forçados.

Há também a realização de prisões em manifestações e atuação repressiva do Estado nas mobilizações que buscam dar visibilidade as pautas ambientais e da questão agrária, em 2021 as manifestações indígenas realizadas em Brasília foram dispersadas com uso de violência, deixando feridos (RACISMOAMBIENTAL, 2021). Além disso, outros processos civis são utilizados para intimidar lideranças e participantes dos movimentos sociais, tentando forçar, com isso, a desmobilização dos movimentos para continuar a luta pelos direitos reivindicados.

Conforme já foi desenhado pelos números desse cenário, a violência estatal não é a única que se faz presente no campo, a maior parte da violência é civil, realizada por garimpeiros, fazendeiros, grileiros ou pistoleiros contra os demais grupos que já discriminamos, com a

convivência maior ou menor do Estado nas diferentes situações. Os massacres no campo¹⁶ também são contabilizados pela CPT desde 1985 e são grandes exemplos da violência empregada contra as comunidades. Conforme esses dados, a maior parte das vítimas são posseiros, perfazendo 80 vítimas desde o início das documentações dos massacres (CPT, 2021b).

A relação dos posseiros com os títulos de propriedade e o fenômeno da grilagem¹⁷ de terras também são impactantes para os conflitos agrários brasileiros, dada a dificuldade de acesso a terras no Brasil e a desorganização documental sobre o tema, em que a emissão de títulos de propriedade foi historicamente tumultuada, formou-se um quadro no qual a grilagem é possível, e conta com atuação conivente do Estado ao viabilizar a legalização de áreas griladas, esses locais alvo da grilagem são intensamente disputados e violentos.

A regularização fundiária rural e urbana é uma matéria complexa que busca regularizar a ocupação de todo o território, o principal obstáculo está na própria organização das documentações existentes e das dimensões das áreas disponíveis, nem mesmo as terras devolutas, ou seja, de propriedade do Estado, estão bem documentadas e dimensionadas. Essa desorganização, como mencionamos, possibilita a grilagem e a expulsão de posseiros que verdadeiramente deteriam o direito ao título da propriedade.

Em 2020 foi encaminhado para votação da câmara o Projeto de Lei 2.633/2020, também chamado de PL da grilagem, ele dificulta a fiscalização sobre a grilagem e a proteção de áreas que não podem ser ocupadas, mas ainda assim são invadidas, como terras indígenas, quilombos e unidades de conservação, esses espaços sofrem com o desmatamento e a invasão que podem ser legalizadas através dos termos da regularização fundiária. Outra questão importante está no marco temporal para a legalização da ocupação de terras públicas, apesar da PL não alterar o marco, os grileiros buscam formas de possibilitar a legalização de áreas irregularmente ocupadas e desmatadas.

Outra pauta importante que denuncia a convergência entre os interesses estatais e do agronegócio, mesmo quando há impacto social negativo, é a questão dos agrotóxicos, nos

¹⁶ A comissão Pastoral da Terra define como massacre as ações que causem 3 ou mais mortes em decorrência de conflitos no campo.

¹⁷ A grilagem de terras consiste em fraudar os documentos de propriedade de uma área, antigamente essa fraude envolvia colocar os documentos falsos com grilos para envelhecer o papel, de onde vem o nome da prática, como a documentação das terras brasileiras passou por vários períodos de características diferentes essa atividade possibilitava que posseiros fossem expulsos de suas terras que antes não possuía proprietário, mas pelo qual eles não haviam emitido o título ou possuíam de data posterior a do documento fraudado.

últimos anos o número de agentes liberados pelo governo foi alarmante, apesar dos estudos que comprovam o impacto negativo dos agentes na saúde dos trabalhadores, do solo, das águas e dos consumidores finais dos produtos gerados com a utilização dos produtos.

A ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) realiza o acompanhamento dos agrotóxicos liberados para utilização no território brasileiro e alerta para os perigos e efeitos dessas liberações. No dossiê contra o pacote do veneno e em defesa da vida publicado em 2021, a associação revela que entre 2016 e 2020 o número de agrotóxicos liberados foi de 2.009, quantidade que representa mais que o dobro liberado no mesmo período anterior, ou seja, de 2010 a 2015, em que só foram liberados 815 registros (FRIEDERICH, 2021).

Ainda segundo os dados do dossiê, só nos primeiros dois anos do governo Bolsonaro, foram liberados 906 registros, dentre essas liberações estão produtos que já foram proibidos em outros países por representarem um grande risco para a saúde humana e ambiental. Apesar dos riscos comprovados desses produtos, as liberações são concedidas sobre a argumentação de um suposto benefício econômico, que se atrela aos interesses do capital agroexportador. A maior parte desses produtos são importados de outros países, sendo que, mesmo havendo a produção, nem todos possuem a liberação para uso.

Para os trabalhadores do campo, o contato com os agrotóxicos representa um risco muito maior, apesar da exigência do uso de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) nas atividades relacionadas à manipulação dos agentes químicos, o contato pode se realizar de outras formas já que esses agentes são capazes de propagação rápida por diversos espaços, causando contaminação indireta aos demais seres humanos, mas também e principalmente a outros ecossistemas e seres que o compõem.

O envenenamento por agrotóxico já é uma realidade do campo brasileiro, a aplicação através do uso de aeronaves, por exemplo já causou acidentes como a pulverização de uma escola localizada em uma comunidade próxima a lavoura na zona rural de Rio Verde, estado de Goiás no ano de 2013, deixando a população intoxicada e doente, vulnerável a outros problemas de saúde, sem mencionar os problemas ambientais relacionados à prática. Sobre essa ocorrência, Larissa Oliveira que acompanhou o caso ressalta como o modelo do agronegócio impacta nesses processos:

Entretanto, a injustiça e a desumanidade restam materializadas no cotidiano da comunidade do Assentamento Pontal do Buriti e de tantas outras violentadas para custear o crescimento econômico de poucas empresas do agronegócio. Nesse processo de conflitos socioambientais pela manutenção do sistema capitalista, a terra –

enquanto meio de sobrevivência de certas comunidades – recebe a conta das atividades desenvolvimentistas e, em sua escassez de recursos e com a força de trabalhadores, banca os lucros empresariais. (OLIVEIRA, 2014, p.124)

Através dessa exposição, mapeamos as maiores vulnerabilidades do campo brasileiro nas relações entre Estado, agronegócio e agricultores familiares camponeses ou comunidades de povos tradicionais, é uma vinculação de atores e fatores que desenham o formato e funcionamento do mundo rural brasileiro, em que a luta de posseiros, pequenos agricultores, indígenas, quilombolas entre outros, é diretamente ligada à resistência aos processos do capital na agricultura, buscando não apenas a preservação do seu direito à terra, mas também a manter a sua cultura, língua, relação com o território e com o modelo de produção.

É uma luta de múltiplos atores e fatores, sendo que a terra não é mero bem jurídico, e veremos adiante como a cosmovisão dos povos sobre ela se relaciona ao modelo socioeconômico adotado pela sociedade brasileira. Não é possível esgotar todos os temas apresentados, mas realizamos esse esforço de traçá-los, pois é necessário construir essa visão sobre o funcionamento da realidade camponesa em suas diversas perspectivas, com fulcro na violência e nos formatos que ela apresenta, principalmente quando há o envolvimento do Estado e de uma atuação necropolítica de sua parte.

A necropolítica, ao apontar que um novo sujeito está sendo forjado a partir das experiências racistas dos últimos séculos, denuncia como o neoliberalismo se infiltrou na questão gerando a partir de então uma expansão dos sujeitos passíveis de sofrer com as tecnologias de dominação criadas até então. Essa expansão se reflete na forma das relações de poder adotadas desde então, por isso é possível verificar como todas as categorias mencionadas, apesar das diferenças que apresentam, estão inseridas numa mesma lógica de dominação e exploração que casa racismo com políticas econômicas.

É a essa nova configuração da dominação e do formato das estruturas de poder que procuramos elucidar ao trazer as características particulares do modo como a necropolítica está sendo distribuída no campo brasileiro. A participação dos Estados nacionais nesse movimento é sangrenta e completamente alinhada com o projeto neoliberal para a região latino-americana, aos camponeses e povos tradicionais, que não se enquadram no formato de produção mais lucrativo para o mercado está reservada à classificação como sujeitos descartáveis, passíveis de exploração intensa ou morte violenta.

4. CAPITALISMO E NECROPOLÍTICA

No pé que as coisa vão, Jão, doidera
Daqui a pouco, resta madeira nem pros caixão
Era neblina, hoje é poluição
Asfalto quente queima os pé no chão
Carros em profusão, confusão

Água em escassez bem na nossa vez
Assim não resta nem as barata (é memo'!)
Injustos fazem leis e o que resta pr'ocês?
Escolher qual veneno te mata
Pois somos tipo...

Passarinhos
Soltos a voar dispostos
A achar um ninho
Nem que seja no peito um do outro

(Passarinhos - Vanessa da Mata e Emicida)

A morte e a situação de vida indigna foram naturalizadas na sociedade brasileira, principalmente aquela que é distribuída, conforme os dados já mencionados acima, contra as populações que sofrem com o racismo em suas diversas modalidades. Essa naturalização vem de diferentes fontes, mas serve a um propósito político, econômico e social que beneficia o sistema capitalista e a participação do Estado nesse cenário é elemento de destaque neste trabalho.

Portanto, amarrando as possibilidades teóricas das duas teorias, do capitalismo dependente e da necropolítica, exploramos seus encontros e desencontros e buscamos através deles elucidar qual o propósito que opera no Estado para possibilitar a naturalização das mortes, e das exposições à morte e sobre quais formatos ela e a violência são encontradas no campo brasileiro: o cenário da superexploração do trabalhador e os diferentes conflitos agrários são os principais elementos para observar esses conceitos.

Entretanto, esse cenário está relacionado a um contexto global, em diferentes territórios lutas muito similares para preservação dos recursos naturais e do meio ambiente se desenrolam, enfrentando mecanismos também muito similares de coerção e violência. As lutas sociais pela segurança e soberania alimentar, assim como pela preservação do meio ambiente, por exemplo, possuem conexões com o capitalismo dependente e a necropolítica é esse aspecto que apresentamos neste capítulo.

Neste momento final, colocamos os acúmulos realizados até o momento a serviço da compreensão crítica da sociedade e dos caminhos trilhados pelo Brasil, e em certa medida, espelhados em toda América Latina, num enredo que conecta projeto econômico e projeto social a serviço dos interesses capitalistas e neoliberais, que, como já denunciado há muito tempo, beneficiam uma classe específica e deixam toda a região sofrer com uma desigualdade social e econômica.

Tendo em vistas esses apontamentos gerais, esse capítulo final será dividido em dois tópicos, o primeiro para a discussão das aproximações e afastamentos entre as teorias do capitalismo dependente da necropolítica, buscando uma maior compreensão entre as determinantes teóricas da discussão que cada conceito apresenta nesse contexto global, guardando a observação de que fazem parte de campos diferentes dos estudos sociais, além da atualização dos debates que ambas as teorias suscitaram desde sua concepção primordial.

O último tópico do capítulo ficará reservado à observação do cenário dos movimentos sociais que buscam resistir a esse processo no campo, através de um exame da forma como as denúncias teóricas podem ser traduzidas nos números da realidade, sejam nos números econômicos, ou nos números sobre os conflitos camponeses e a letalidade desse ambiente em seus diferentes aspectos. São dados que elucidam o cenário desenhado pelas teorias mencionadas no trabalho e explicam seus impactos na realidade, permitindo que o conhecimento do que se está enfrentando possibilite aos movimentos traçar estratégias verdadeiramente eficazes de resistência e avanço na luta por uma sociedade mais justa e igualitária e menos violenta.

Com esses objetivos, buscamos finalizar o trabalho, demonstrando o projeto hegemônico brasileiro para a economia e sua relação com aqueles que destoam de seus mandamentos no campo, a atuação do Estado e seu papel determinante e cooptado pelos setores dominantes do capitalismo mundial e local e a violência gerada nessa relação. A resistência e a luta por condições de vida melhores, por parte das populações afetadas nessa relação, nunca foi inativa na história brasileira e sempre desempenhou papel importante nos rumos do país, assim como não se resumiu ao campo, mas ainda são insuficientes para gerar uma reconfiguração completa da sociedade.

Desvendar uma faceta diferente da atuação do racismo presente nas sociedades da periferia do capitalismo, é atividade que exige a observação de diferentes temas e, para aprofundar em alguns que foram tangenciados nos capítulos anteriores, reservamos esse espaço,

dessa maneira procuramos não só elucidar o cenário mais atual como também apresentar uma mensagem de esperança para as possibilidades de atuação revolucionária.

4.1 Aproximações teóricas: capitalismo dependente e necropolítica como atores conjuntos no cenário mundial

Conforme estabelecemos no primeiro capítulo deste trabalho, o capitalismo dependente pode ser compreendido em diversos espaços, mas principalmente através da sua atuação marcante por meio dos Estados nacionais da América Latina, alinhados com as necessidades ora conflitantes, ora complementares da burguesia nacional e internacional. “(...) É por isso que, mais que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (MARINI, 1973, p.2).

Os teóricos do capitalismo dependente realizaram a análise das interações de dependência entre o capitalismo central e periférico da América Latina, estabelecendo principalmente como ocorreu a formação dessa interação, desde então o capitalismo se modificou em diferentes aspectos, assim como a região latino-americana, entretanto ainda é possível afirmar que existe uma continuação da lógica da dependência atuando na região. Marini descreve em sua obra a estrutura do capitalismo dependente e como essa modificação era previsível:

(...) as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como essa relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 1973, p.4)

O aprofundamento de várias das contradições denunciadas pelos teóricos do capitalismo dependente se desenvolveu e destacou no século XXI. A dinâmica do capitalismo se alterou na relação que existia entre os países centrais e aqueles considerados periféricos, o capitalismo financeiro, através das atividades das bolsas de valores, investimentos e especulação é um campo que demonstra como as alterações do sistema capitalista impactaram o mundo neste século.

Os novos caminhos desenvolvidos pelo capitalismo aliaram a globalização e o crescente uso da tecnologia nas atividades, permitindo uma atuação mais interconectada sobre todos os territórios do globo terrestre. Essas inovações merecem destaque, pois, apesar de não alterar a dinâmica centro periferia, acrescentou elementos impactantes a ela, citando novamente Marini, em seu texto ele observa já em 1973 como essas mudanças iriam se inserir dentro do sistema.

A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge na segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem a comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência. O efeito dessa oferta (ampliado pela depressão de preços dos produtos primários no mercado mundial, tema a que voltaremos adiante) será o de reduzir o valor real da força de trabalho dos países industriais, permitindo assim que o incremento da produtividade se traduza ali em taxas de mais-valia cada vez mais elevadas. Em outros termos, mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia relativa nos países industriais. (MARINI, 1973, p.7)

Esse avanço do capitalismo sobre o mundo, impondo a lógica do mercado através da dominação de novos espaços, inclusive o campo, modificando seu funcionamento conforme já discorremos, configurou o mercado mundial das commodities, um exemplo dessa manifestação no Brasil está no uso da maioria das terras agricultáveis, 77% segundo o censo agrário de 2017, voltadas para atender as demandas desses produtos (IBGE,2017), gerando a conexão entre as variações de demanda e condições climáticas de outras regiões do mundo impactam nos preços e nos acordos comerciais realizados em toda a região da América Latina e também no Brasil.

Essa conjuntura do mercado mundial de commodities e alimentos afeta toda a produção e estrutura global e recebeu como resposta da população a luta pela soberania e segurança alimentar¹⁸, o uso da terra para produzir commodities e outras matérias-primas em detrimento de alimentos vem afetando diferentes comunidades pelo mundo com ondas de fome e desestruturação de modalidades produtivas que não se encaixam na lógica de produção desse mercado internacional. Essa busca pela soberania e segurança alimentar é um dos debates que influenciam diretamente o campo e a cidade e apresentam novidades na resistência ao formato atual de produção e distribuição de terras e alimentos.

Esse formato hegemônico de produção e comercialização que apresenta uma correlação entre as necessidades do mercado mundial e a presença de empresas internacionais apresenta características como a adoção do modelo monocultor e extrativista das atividades realizadas no

¹⁸ Soberania alimentar e segurança alimentar são dois termos que designam a luta pela garantia de alimentação saudável e em quantidades apropriada para todos os sujeitos, destacando a necessidade de autonomia para determinar o que será produzido e como. Além de buscar o efetivo acesso à alimentação, procura-se estabelecer que essa alimentação respeite as diferenças culturais de quem consome e quem produz.

campo, com o estabelecimento das agroindústrias (CAI) iniciado na década de 1960, esse modelo se fixou no território brasileiro desde então. Entre as características desse modelo que se prolongaram no tempo merece destaque o financiamento do Estado brasileiro para a realização da produção, que continua sendo basilar para as atividades desse setor.

A participação do Estado no financiamento das atividades do setor agroexportador brasileiro ajudou na formação do setor. Sobre o assunto, Walter Belik (2007) descreve como os financiamentos que foram realizados para a implementação do modelo a partir da década de 1960 foram retomados a partir dos anos 2000 e hoje ocorrem de maneira vultuosa. O BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) por exemplo, desde 2018 destina mais recursos ao financiamento do agronegócio do que ao setor industrial, no ano de 2021 26% dos recursos foram destinados aos produtores rurais, enquanto a indústria recebeu apenas 16% (WESTIN, 2022).

Em contrapartida, as políticas de fomento à agricultura familiar camponesa e as políticas para integração das comunidades tradicionais são escassas e contam com investimentos menores por parte do Estado, tornando a produção desses espaços ainda menos viáveis. Apesar disso, alguns movimentos têm destaque na produção, como o MST, que detém o recorde de produção de arroz orgânico na América-Latina nos últimos 10 anos segundo os dados do IRGA (MEDEIROS, 2023).

Para o financiamento das atividades agroexportadoras brasileiras, destaca-se também a participação de empresas multinacionais do ramo, a atuação dessas empresas como já foi abordada no item 1.4, também remonta à década de 1960 e desde então continuaram desenvolvendo atividades no país. Essas empresas multinacionais fortalecem a influência internacional no país e, junto aos produtores do agronegócio, fomentam e financiam a exploração predatória de solo e água em nome dos vultuosos montantes de capital que giram sobre o setor.

Para além do financiamento internacional, as atividades do agronegócio ocorrem através da utilização de produtos agrícolas, como insumos e maquinários de origem internacional, formando mais um elo que mantém o Brasil ligado aos interesses internacionais. A utilização desses componentes de origem internacional para a produção das commodities atrela os valores gerados na comercialização desses bens à participação do investimento internacional e do uso intensivo de insumos e maquinários produzidos internacionalmente.

Essa estrutura de financiamento internacional e utilização de produtos de origem internacional não se alterou com o tempo e o Brasil não se desenvolveu para conquistar a autossuficiência nesse aspecto, o que não interessa ao mercado internacional, pois essa modificação diminuiria a sua capacidade de influência no setor. No entanto, essa é só uma demonstração de como a construção do capitalismo em terras brasileiras se fixou ao longo do tempo atendendo à lógica da dependência, Marini mais uma vez esclarece a questão.

Por outra parte, a presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização e, inclusive, na produção dos países dependentes, assim como nos serviços básicos, atua no sentido de transferir parte dos lucros ali obtidos para os países industriais; a partir de então, o montante do capital cedido pela economia dependente por meio das operações financeiras cresce mais rapidamente do que o saldo comercial. (MARINI, 1973, p.31-32)

Outro aspecto do capitalismo que se desdobrou no século XXI, e merece destaque, é o neoliberalismo, que também gerou efeitos no território brasileiro. O neoliberalismo, enquanto corrente econômica, prega a volta da interferência mínima do Estado na economia, entretanto para o Brasil e para a América Latina, a construção do Estado obedece a uma interferência, que não sendo mínima, ao menos é aliada dos interesses capitalistas, sendo assim a onda neoliberal atuou no sentido de fortalecer ainda mais essa obediência em temas estratégicos, especialmente a partir dos anos 2010.

Para compreender o neoliberalismo no Brasil, é preciso rememorar como a promulgação da Constituição Federal marcou o estabelecimento de uma série de direitos sociais, alguns inéditos até então, que foram sendo construídos com a redemocratização, essa construção ocorreu através de uma ferrenha luta entre o cumprimento do que estava determinado na carta magna e a construção de novos caminhos que deixavam de lado algumas dessas conquistas. Com a onda neoliberal no século XXI, novos ataques a alguns desses direitos foram realizados, principalmente a partir de 2016, principalmente sobre aqueles que discorriam sobre os direitos do trabalhador.

Esse movimento buscava possibilitar o arrocho sobre a superexploração do trabalhador na região e muitas das pautas foram concedidas através de reformas legais, como a reforma da

previdência¹⁹ e reforma trabalhista²⁰ no Brasil. O discurso promovido para a realização dessas reformas passa pelos ideais neoliberais de atuação mínima do Estado nesses campos, apesar das denúncias realizadas antes, durante e após a aprovação, de que não haveria uma melhora na situação do trabalhador ou da economia, ao menos para as classes sociais mais baixas.

Os efeitos dessas reformas possibilitaram a maior exploração do trabalhador do campo e da cidade, não serviram a essa classe apesar de ter beneficiado os interesses do capitalismo, a informalidade aumentou e houve uma maior precarização da proteção dos trabalhadores. As tensões geradas por esse movimento se traduziram de diferentes maneiras na sociedade brasileira, sendo que o período ficou marcado pelo aumento na violência no campo, aumento da desigualdade social e da fome no país, sendo essa última um problema histórico que havia sido mitigado no período anterior.

Retomando os temas abordados pelos teóricos do capitalismo dependente, a industrialização se desenvolveu na América Latina com todas as contradições apontadas por eles, sendo atividade que não ganhou autonomia e força para destacar os países dependentes e retirar-los do local de subdesenvolvimento que apresentavam, o ideal de que a industrialização seria o caminho para alcançar um novo status de desenvolvimento dentro do capital se mostrou inalcançável, exatamente por essa relação de dependência que foi estabelecida e ainda não foi completamente alterada.

A industrialização latino-americana se dá sobre bases distintas. A compressão permanente que exercia a economia exportadora sobre o consumo individual do trabalhador não permitiu mais do que a criação de uma indústria débil, que só se ampliava quando fatores externos (como as crises comerciais, conjunturalmente, e a limitação dos excedentes da balança comercial, pelas razões já assinaladas) fechavam parcialmente o acesso da esfera alta de consumo para o comércio de importação. É a maior incidência desses fatores, como vimos, o que acelera o crescimento industrial, a partir de certo momento, e provoca a mudança qualitativa do capitalismo dependente. A industrialização latino-americana não cria, portanto, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré-existente, e se estrutura em função das exigências de mercado procedentes dos países avançados. (MARINI, 1973, p.21)

¹⁹ A Reforma da Previdência aprovada em 2019 trouxe mudanças para o formato da previdência social brasileira, entre as principais alterações implementadas, está o aumento da idade mínima da aposentadoria que se elevou para 62 anos no caso das mulheres e 65 anos para os homens, essa reforma também alterou o formato do cálculo de tempo de serviço para tempo de contribuição, além de estabelecer o fim da aposentadoria especial, entre outras mudanças no sistema.

²⁰ A Reforma Trabalhista aprovada em 2017 estabeleceu novos formatos de contrato de trabalho e uma maior liberdade para a negociação entre trabalhador e empregado para estabelecer as condições de trabalho, negociação que prejudica o empregado enquanto polo hipossuficiente nessa relação, outra importante alteração está no impacto maior das normas coletivas em detrimento das regras da CLT (Consolidação das Leis de Trabalho).

Com isso, pode-se observar como o capitalismo dependente continua atuante na realidade brasileira, possibilitando não apenas a superexploração do trabalhador nas atividades realizadas, mas costurando a atuação do Estado com os interesses do capital nacional e internacional, um interesse que se relaciona ao mercado financeiro e às atividades de especulação e mercado de ações, inovações que apareceram no desenvolvimento do capitalismo mundial. Carlos Martins, em um texto que revisita a obra de Ruy Mauro Marini 20 anos após sua morte, elenca alguns elementos da teoria do autor que à luz do século XXI mostra a sua força, vejamos:

- (a) O abandono da burguesia latino-americana de qualquer pretensão industrialista e soberana em favor da financeirização e do modelo exportador centrado na reprimarização, nas maquilas, em nichos de mercado agroindustriais ou voltados para a geração de partes e componentes de menor intensidade tecnológica;
- (b) A forte resistência às experiências nacionais-populares promovidas pela ascensão das esquerdas e as tentativas de desestabilizá-las, bem como as reformas sociais e políticas de inclusão social impulsionadas pelos governos de centro-esquerda na América do Sul;
- (c) A restauração conservadora e neoliberal realizada através de golpes de Estado, como no Brasil, Paraguai e Honduras, ou por apertadas vitórias eleitorais, como na Argentina, cujo objetivo é destruir direitos sociais, restabelecer as elevadas taxas de superexploração, privatizar o patrimônio público, e aumentar a desigualdade e as taxas de pobreza;
- (d) O restabelecimento do subimperialismo como variável chave na política externa brasileira com a pretensão dos governos petistas de impulsionarem as cadeias produtivas industriais brasileiras, sem inseri-las de maneira efetiva em marcos institucionais de integração regional cooperativos que lhes planificassem; e
- (e) A forte ampliação dos níveis de desigualdade e a elevação dos níveis de pobreza nos Estados Unidos, a partir da combinação entre financeirização e deslocalização produtiva para a China e o México, ou na União Europeia, a partir da introdução do euro e da combinação na Alemanha entre alta tecnologia e baixos salários, oriundos da absorção da força de trabalho do Leste, para destruir e reverter a lenta convergência do nível de renda que se realizava entre a Europa mediterrânea ou latina e o norte europeu (MARTINS, 2017).

Essa convergência, como apontado, teve impacto nos rumos políticos do país; com a onda neoliberal apoiada pela burguesia brasileira, forjou-se a realização de manobras políticas para que as propostas de alteração que já mencionamos fossem aprovadas, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 marca esse momento, apesar de não ser seu início, constituindo-se um verdadeiro golpe por suas características antidemocráticas que buscaram derrubar o governo da presidenta para promover novas pautas políticas e econômicas encabeçadas pelas classes burguesas insatisfeitas com o formato de atuação dos governos petistas.

O movimento ganhou respaldo no governo Michel Temer em 2017, quando as mudanças nas políticas sociais e econômicas foram aprofundadas, entretanto, no pleito de 2018, a vitória

de Jair Bolsonaro trouxe à presidência uma direita ultraconservadora que promoveu o desmonte de muitas políticas públicas e econômicas de diminuição da desigualdade social, foi a ascensão do neofascismo brasileiro que aumentou a violência e o uso da máquina pública para agradar o capital internacional e os interesses do capitalismo central.

As movimentações políticas brasileiras perpassam pela superexploração do trabalhador, como mencionado, e pelas políticas de financiamento do agronegócio pelo Estado, esses dois elementos demonstram como os interesses políticos do agronegócio impactam na política brasileira e nos caminhos adotados pelo país. A desindustrialização brasileira e os investimentos maiores no setor agroexportador estão diretamente relacionados a essa movimentação, conforme Westin (2022) aborda sobre os investimentos do BNDS, o abandono da industrialização é perceptível neste século:

A desindustrialização do Brasil, contudo, não é um processo recente. Após crescer vertiginosamente entre as décadas de 1950 e 1970, alavancado pelo Estado, o parque industrial começou a encolher na década de 1980, primeiro em razão de crises internacionais que afetaram a economia brasileira e depois por causa da adoção de políticas neoliberais, que retiraram investimentos públicos do setor econômico. A opção pela indústria seria retomada nos anos 2000, porém sem os mesmos resultados expressivos do passado (WESTIN, 2022).

Através desse cenário político e econômico atrelado ao capitalismo dependente, a necropolítica pode ser observada, o ambiente gestado para permitir a superexploração do trabalhador na região latino-americana apresenta a violência e o medo como elementos, tornando a atuação necropolítica, que nunca esteve ausente, ser ainda mais expressiva. Conforme as palavras de Mbembe (2018), a necropolítica se apresenta por uma série de fatores que conjuntamente estabelecem um ambiente de medo e terror aplicado para assegurar determinados interesses, nesse caso de classe. Uma conjuntura que Marini também já apontava, inclusive enfatizando como o desenvolvimento do capital iria alterar o uso da violência:

De fato, à medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações. (MARINI, 1973, p.9)

No Brasil, as condições que possibilitam a superexploração, atendendo às necessidades do capitalismo, foi estruturado com a participação do uso dos dispositivos do Estado, um uso muitas vezes violento e cruel para com os grupos já mencionados, mas que se naturalizou ao longo da história. Silvio Almeida estudou a aproximação entre a necropolítica, o racismo e

neoliberalismo, vinculando a forma como o neoliberalismo é também um “processo de constituição da subjetividade que resulta de múltiplas formas de exercício do poder” (ALMEIDA, 2021, p.9), o que explicita como os impactos do neoliberalismo podem ser sentidos nas relações sociais. A centralidade do Estado para o capitalismo dependente e a necropolítica nos dão algumas pistas dessa aproximação entre as teorias.

(...) E por essa razão que a chamada marginalidade social não pode ser tratada independente do modo como se entrelaçam nas economias dependentes o aumento da produtividade do trabalho, que deriva da interpretação de tecnologia, com a maior exploração do trabalhador, que esse aumento da produtividade torna possível. (MARINI, 1973, p.35)

Portanto, assim como a movimentação capitalista se altera dentro dos espaços periféricos, ou de capitalismo dependente, também se movimenta a aplicação necropolítica, o Estado está conectado aos interesses burgueses desses espaços e funciona como braço atuante para o cumprimento desses interesses, e através dele a necropolítica também é aplicada de forma a orientar a realização desses mesmos desejos.

Essa conjuntura revela a existência de um projeto que condiciona o aparato estatal às vontades do capitalismo, inclusive no formato cruel da necropolítica. Nesse ínterim, a morte vem pelas mãos do Estado através de variados formatos, atingindo diferentes corpos, como na morte pela violência policial, ou na omissão à invasão de terras indígenas, ou ainda no aumento de possibilidade da realização da superexploração do trabalhador que o condiciona a uma situação de incapacidade de obtenção das condições para garantir sua sobrevivência.

Vimos que o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente e compensá-lo no plano da produção interna. O aumento da intensidade de trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. (MARINI, 1973, p.11)

A superexploração do trabalhador apresenta características, nas periferias do capitalismo principalmente, claramente violentas, degradantes e que demonstram como a vida perde importância nesses espaços. A realidade dos trabalhadores e outros grupos sociais da América Latina é marcada pela convivência com o racismo, a violência, a pobreza e a dificuldade de acesso a oportunidades, e essas características são reforçadas pela ação estatal. Essa realidade não é uma tragédia sem propósito, mas uma condição para o funcionamento do capital e para o sustento das regalias das classes sociais burguesas da região.

O que denominamos por cultura autocrática é próprio da necessidade de autoprivilegiamento e autoproteção burguesa que, em nome da estabilidade política, estatiza a violência sistemática contra os de baixo, ultrapassando os limites do seu braço armado e a condensando nas políticas sociais e demais esferas públicas de interlocução com os trabalhadores. Prova disto é a ressignificação de direitos fundamentais e a flexibilização de princípios constitucionais, reinterpretados segundo a ótica de antigas mistificações como a proteção do regime democrático ou a defesa da ordem. Se formos à raiz deste fenômeno verificamos que a sua validade é fundada em dois aspectos de nossa contemporaneidade: a manutenção da dependência e a reciclagem do período contrarrevolucionário. Em síntese, é este um fenômeno político simbiótico e prerrogativa necessária à dependência (MARQUES, 2018, p.140).

Apesar dessa circunstância, o espaço do Estado não é isento de disputas internas e de projetos antagônicos em disputa, o uso do Estado para atender às necessidades do capital não está isento de resistência, um movimento que vem sendo travado por diferentes comunidades através de diferentes estratégias, característico da luta de classes, entretanto a cooptação do Estado para atender os interesses hegemônicos do capital nacional e internacional, é um processo bem estabelecido, que se mostrou mais efetivo em alcançar seus objetivos.

Contudo, ainda que no Brasil tenha se concretizado o modelo mais radical de repressão econômica e política contra as classes dominadas, devido às metas do desenvolvimento burguês, ali a burguesia tampouco foi capaz de superar completamente a contradição resultante da necessidade de que o Estado, mesmo sendo um órgão de sua dominação, tivesse que exercer certas funções de proteção de interesses de outras classes. Isso porque, uma vez passado o momento mais agudo dos conflitos e definições – no qual o Estado cumpriu cabalmente suas funções de instrumento de dominação –, colocavam-se novamente para estas tarefas sociais e econômicas necessárias para manter a estabilidade política e a continuidade do funcionamento do capitalismo dependente. (BAMBIRRA, 2019, p.197)

Essa relação explícita qual a conexão existe entre o capitalismo dependente e necropolítica, pois a dinâmica entre o capitalismo e os Estados periféricos, observando que eles possuem um histórico autoritário, revela a presença da necropolítica em sua atuação, demonstrando como as teorias econômicas e sociais se complementam para dimensionar a realidade, e explicar seus fenômenos. Portanto, o cenário do campo brasileiro, abordado sobre vários aspectos nos capítulos anteriores, é influenciado pela movimentação entre os interesses capitalistas e a necropolítica do Estado.

Percebe-se uma conexão entre os interesses do capitalismo e o aumento da violência e da superexploração dos trabalhadores, conseqüentemente, uma ação necropolítica mais contundente pode ser sentida pelas populações, incluindo agricultores camponeses e povos tradicionais. A vida no capitalismo é controlada para fornecer o máximo lucro e os mecanismos para esse controle estão alicerçados no racismo e no uso da violência e nos espaços da periferia capitalista; essa é uma história antiga e sangrenta.

É nesse sentido que ambas as teorias se comunicam, apesar de apresentarem diferenças importantes, como o debate de Foucault acerca da centralidade da economia para explicar os fenômenos sociais que diverge do marxismo adotado pelo capitalismo dependente. Entretanto, é possível lançar um novo olhar em ambas, que revela sua paridade, o marxismo aplicado pelo capitalismo dependente pode ser complementado pela necropolítica para dimensionar o formato da violência que os Estados periféricos conseguem imprimir na sua atuação para cumprir as necessidades do capital.

O funcionamento capitalista, descrito por Marx, denunciava como a expropriação capitalista levaria à expropriação dos capitalistas por outros, “cada capitalista liquida muitos outros” (MARX, 2013, p.540), um processo que se liga ao caráter internacional do sistema capitalista e pode ser observado nos grandes conglomerados internacionais, mas esse processo produz sua própria contradição, nas palavras de Marx:

Com a diminuição do constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista (MARX, 2013, p.540-541).

A estrutura social se adaptou para permitir que a expropriação alcance tais níveis, os processos aplicados nas colônias agora são impostos a todos aqueles considerados inferiores de alguma forma, Mbembe nomeia de um devir-negro no mundo, esse processo de construção de novos sujeitos passíveis de sofrer as violências que foram reservadas aos negros no passado. Para ele, o neoliberalismo, através da globalização dos mercados e do uso das novas tecnologias eletrônicas e digitais, é central para esse processo.

Desde logo, os riscos sistemáticos aos quais os escravos negros foram expostos durante o primeiro capitalismo constituem agora, se não a norma, pelo menos o quinhão de todas as humanidades subalternas. Em seguida, essa tendência à universalização da condição negra é simultânea ao surgimento de práticas imperiais inéditas, tributárias tanto das lógicas escravagistas de captura e predação como das lógicas coloniais de ocupação e exploração, incluindo as guerras civis ou razias de épocas passadas. (MBEMBE, 2018b, p.17)

Nesse processo de aumento da miséria e da opressão, a exploração da terra atingiu níveis alarmantes para a própria sobrevivência do planeta, a preocupação com o aquecimento global e a preservação do meio ambiente são pautas relevantes para todas as populações, e os principais caminhos para parar o processo de destruição ambiental do planeta requerem a superação do

sistema capitalista, assim como Marx apontou, os trabalhadores que buscam a cooperação e a posse comum da terra, são os únicos produzindo de maneira sustentável.

Nesse cenário que tentamos descortinar, estão inseridos os agricultores familiares camponeses, posseiros, indígenas e trabalhadores rurais, enfrentando a lógica capitalista em sentido regional e global, resistindo às tentativas de destruição do seu modo de vida perpetradas pelo próprio Estado nacional onde estão inseridos.

Tentamos, ao longo de todo o trabalho, estabelecer a relação que necropolítica e capitalismo dependente possuem com o ambiente agrário, na América Latina e no Brasil, mencionando os formatos de produção, financiamento e principalmente os conflitos que existem, como se configuraram e como se desenrolam, isso para permitir uma maior compreensão da totalidade dos temas abordados. No próximo tópico, tentamos condensar ainda mais essas conexões para demonstrar como ação e reação se estabelecem nesse ambiente de múltiplos interesses.

4.2 Ação e reação: a utilidade da necropolítica para o capitalismo dependente dentro do campo

Passados 130 anos da abolição da escravidão e trinta da promulgação da constituição de 1988, que previu a distribuição da riqueza por meio da educação, da saúde e do saneamento, o Brasil continua sendo um país injusto porque profundamente desigual. (SCHWARCZ, 2019, p.132)

Para observar como as proposições teóricas aludidas traduzem a realidade, alguns dados são reveladores, muitos já foram apresentados nos capítulos anteriores, mas frente aos novos elementos apresentados, que descortinam mais características do cenário local e global da interação do capitalismo dependente com o Estado e as populações vulneráveis, outros dados serão destrinchados, buscando com isso verificar o impacto de todos os elementos mencionados.

Iniciando com as movimentações do capitalismo, verificamos como, apesar das disputas entre a burguesia nacional e internacional, as necessidades do sistema capitalista impactam no movimento econômico e social a região latino-americana, por isso seus números e interesses são tão importantes. Na realidade agrícola, o capitalismo se estabeleceu influenciando no formato da produção, de quais culturas seriam produzidas, no financiamento, estruturando uma atuação através do mercado mundial de commodities.

O Brasil é um grande produtor mundial do mercado agroexportador, destacando-se principalmente na produção de soja e cana-de-açúcar, conhecido como o celeiro do mundo, está intimamente vinculado ao mercado mundial de alimentos²¹, a relação do agronegócio brasileiro com o mercado internacional garante o destaque desse setor para a economia brasileira. Esse destaque faz com que o setor se sobressaia ao setor industrial brasileiro, que pelos motivos já elencados não possui os mesmos investimentos.

O discurso de defesa da importância do agronegócio para a economia brasileira está intimamente vinculado à imagem de impacto nacional e internacional que o setor representa economicamente. Segundo estudos do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada ESALQ-USP), a previsão é que o impacto do setor no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro de 2022 seja de 25%, a queda em relação aos 27% alcançados em 2021 pode ser explicado pela alta nos preços de insumos, que são em sua maioria importados, e a queda na produção de gêneros importantes como a cana-de-açúcar e a soja (CEPEA, 2023).

Seguindo esse vínculo, a balança comercial brasileira também é impactada, sendo a fatia do agronegócio expressiva para os números obtidos, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) acompanha esses números que revelam a grande participação da agropecuária e da indústria extrativa para os dados da balança, seja na importação ou exportação. Os valores específicos do agronegócio, alcançados principalmente com as exportações, apresentam quebras de recorde, fazendo com que a balança comercial do agronegócio alcance grandes somas de superávit que também são refletidos na balança comercial geral do país.

Depois de ter terminado o ano com crescimento de 32,0% no valor das exportações do agro-negócio, o Brasil inicia 2023 atingindo novo recorde, US\$ 10,22 bilhões em janeiro – alta de 16,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A balança comercial do agronegócio fechou superavitária em US\$ 8,69 bilhões, enquanto a balança comercial total, que considera os produtos de todos os setores, apresentou um superávit de US\$ 2,61 bilhões. O valor das importações do setor também apresentou alta em janeiro (37,1%) diante de 2022, subindo para US\$ 1,53 bilhão (IPEA, 2023, p.1).

A expressividade desses dados econômicos do agronegócio para o Brasil fortalece as demandas políticas e econômicas do setor, permitindo que as pautas do setor sejam aprovadas, como foi a reforma trabalhista e da previdência, mas também pressionam as pautas que

²¹ O mercado mundial de alimentos concentra sua produção em alguns gêneros alimentícios que se conectam a indústria de alimentos ultraprocessados, esses alimentos possuem pouco valor nutricional e estão relacionados a problemas de saúde como obesidade, diabetes e câncer, uma dieta baseada apenas nesses alimentos não é recomendada pelos profissionais de saúde. Essa estrutura faz parte dos debates sobre a segurança alimentar e nutricional, pois a qualidade dos alimentos ofertados é um direito humano cuja efetivação não está assegurada.

representam impacto ambiental defendidas pela categoria, que buscam principalmente o aumento das áreas produtivas através da modificação das leis que estabelecem os limites para o desmatamento ou a exigência de áreas mínimas de preservação, como as áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Em controvérsias ligadas a questões como a agrária, a ambiental e a indígena, agentes da concertação respondem a críticas procurando desestabilizar e substituir as lógicas de justificação sobre as quais se ancoram os atores que os contestam. Com efeito, no lugar de debates assentados em valores como distribuição, sustentabilidade e direitos, eles procuram forçar a proeminência de lógicas macroeconômicas, mobilizando reiteradamente, para tanto, em arenas dominantes da esfera pública (Fraser, 1997), estatísticas como aquelas que enfatizam a importância do “agronegócio” no Produto Interno Bruto (PIB) e nos empregos do país (POMEPIA, 2020, p.4-5 apud FRASER, 1997).

Portanto, conforme descreve Caio Pompeia, os diferentes âmbitos do agronegócio para exercer influência política se organizaram de forma a apresentar a categoria como uma unidade, assim, sinédoques sobre os dados econômicos dos vários campos são apresentados como justificativa para a defesa dos interesses da categoria, “ou seja, ao projetar indistinção entre as dimensões analítica (totalizadora) e política (menos abrangente) do campo do agronegócio, o que se procura, portanto, por meio da sinédoque, é simular uma representatividade superdimensionada para a opinião pública e o Estado (POMEIA, 2020, p.3).”

Com fundamento em pesquisa de campo realizada em Brasília, demonstrou-se que, para administrar conflitos e competições entre si em contexto de aceleração da corrida por terras no Brasil, os agentes em concertação empregam – preferencialmente, nos bastidores – dispositivos de orquestração de interesses, dos quais se podem destacar a ênfase em questões transversais, o agenciamento de categorias agregadoras, e o estabelecimento de hierarquia e divisões de tarefas. Por meio da maior racionalização de suas relações, tais atores procuram aglutinar forças para ampliar sua influência sobre o Estado e, conseqüentemente, aprofundar seu controle sobre territórios no país. Nesse sentido, mostrou-se que a mobilização de um aparato de justificação por esses agentes é instrumental. Contrapondo o limitado perímetro político dos núcleos concertados ao abrangente conjunto de funções agroalimentares abarcadas na categoria agronegócio, apontaram-se sinédoques políticas (confusões entre partes e totalidades) na faceta macroeconômica do referido aparato. Apesar de essas nucleações não abrangerem várias das funções levadas em consideração – com base na categoria – para calcular números sobre o PIB e os empregos do agronegócio, seus líderes agem como se o fizessem, tentando assim superestimar sua representatividade perante a opinião pública e o Estado. (POMEPIA, 2020, p.13).

Essa organização política possibilita que temas centrais relacionados à terra, como as questões ambientais e os territórios indígenas e quilombolas, sejam afetados pelos interesses do agronegócio. Ou seja, os termos do capital são impactantes para as dinâmicas internas, sendo que, mesmo quando os interesses da burguesia nacional e internacional não estão alinhados, os

ônus da negociação serão desviados para recair sobre a coletividade, o que é parte da própria estrutura dependente do Estado e das sociedades latino-americanas.

O êxito das agroestratégias é exemplar do referido poder. No governo de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores, 2011-2016), coetâneo à criação e à consolidação do IPA, as demarcações de TIs foram praticamente paralisadas (Pompeia, 2018). Nas gestões de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro, 2016-2018) e, principalmente, de Jair Bolsonaro (sem partido¹¹, 2019-), nucleações dominantes da concertação, inserindo-se de modo central no processo político nacional, passaram a direcionar sua ação no tema indígena no sentido de legitimar o uso de áreas de TIs demarcadas para a produção de commodities agropecuárias. (POMPEIA, 2020, p.5)

Nessa estrutura, os trabalhadores rurais também são afetados através da superexploração do trabalho, que na América Latina se traduz nos salários baixos, na escassez de direitos trabalhistas com presença expressiva de informalidade e nas dificuldades que a miséria e a violência da região representam para a garantia de vida digna. O devir negro no mundo, definido por Mbembe, alcança essa categoria, pois considerados cidadãos inferiores agora são alvo das violências antes reservadas apenas à população negra; é o surgimento de um novo sujeito atrelado ao neoliberalismo.

O negro, no contexto neoliberal, torna-se mais do que um significante relacionado a um conjunto de características físicas, mas uma categoria subalterna da humanidade. O negro não é mais o que Mbembe chama de “negro de superfície” (que se identifica pela aparência), mas o “negro de fundo” (Mbembe, 2020, p. 196). Ser negro no neoliberalismo é pertencer a “essa parte supérflua e quase excedente de que o capital dificilmente precisará e que parece estar condensada ao zoneamento e à expulsão” (Mbembe, 2020, p. 196). Esse devir negro no mundo, essa expansão global da condição negra coincide com a transformação do capitalismo em “uma forma de religião animista” e, por consequência, do ser humano em “homem-fluxo, digital, infiltrado de todos os lados pelos mais variados órgãos sintéticos e próteses artificiais” (Mbembe, 2020, p. 196). O “negro de fundo” é o inimigo, é o Outro do neoliberalismo. É contra os perigos deste “negro de fundo”, essa personificação da humanidade decaída que se fará a unidade política e se instituirá o dispositivo militar e de segurança na sociedade da inimizade. (ALMEIDA, 2021, p.8 apud MBEMBE, 2020, p.196)

Os trabalhadores do campo, assalariados ou não, possuem maior dificuldade para ver seus direitos trabalhistas protegidos, o que explica os números altos de trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão no Brasil, já apresentados. Essas condições degradantes se encaixam como a exposição à morte caracteriza a necropolítica e atingem toda a categoria, pois nesse sentido não há individualização, as condições estão postas para todos aqueles subalternos da humanidade.

Nos dados coletados em 2021 pelo IBGE, 47% da população se declara parda e 9,1% negra (IBGE,2021), o que aprofunda os debates sobre o racismo e a violência que atingem a população brasileira, no campo a população negra compõe majoritariamente os trabalhadores

rurais, entretanto a violência não está mais restrita apenas a este grupo, porém o histórico colonial brasileiro é determinante para a gestação do sujeito criado pelo neoliberalismo descrito por Mbembe.

Se nos períodos anteriores do capitalismo apenas os negros escravizados estavam expostos a certos riscos, o neoliberalismo “democratizou” tais riscos, estendendo a condição negra para toda a humanidade. A lógica colonial de captura, predação, ocupação e exploração tornou-se a forma de administração das sociedades contemporâneas, atravessadas pelas exigências objetivas e subjetivas da reprodução econômica da etapa neoliberal (Mbembe, 2018b). (ALMEIDA, 2021, p.8 apud MBEMBE, 2018b)

Essas penosas condições de existência são impostas a outros grupos sociais, como indígenas, quilombolas, seringueiros e posseiros, que participam dos conflitos agrários brasileiros contra categorias ligadas ao agronegócio, como fazendeiros, grileiros e madeireiros. Essa violência contra os primeiros grupos mencionados resulta em mortes para lideranças e membros das comunidades, portanto, são mais palpáveis que as violências ligadas às condições de existência de toda a região.

Sendo a violência um termo abrangente que possui diferentes formas, apesar da violência física se destacar, não é a única forma existente, citamos que a violência está presente no caso dos trabalhadores, seu formato geral é econômico e social, mas não apenas essas formas são perceptíveis, violências morais e psicológicas também podem ser encontradas nas relações de trabalho. Porém, nos conflitos agrários, a presença de violência física se destaca e os massacres no campo são um exemplo dessa ocorrência.

A CPT mantém os registros sobre os massacres no campo ocorridos no Brasil, segundo seus dados, desde 1985 foram realizados 59 massacres, que totalizaram 302 vítimas, que em sua maioria pertencem aos grupos mais vulneráveis envolvidos nos conflitos agrários, sendo que 80 vítimas eram posseiros, 64 vítimas eram do MST e 35 eram indígenas (CPT,2022). As mortes, dentro desse contexto, também são causadas pelo Estado através do uso das forças policiais, sendo o massacre de Eldorado dos Carajás²² emblemático exemplo dessa atuação violenta do Estado através de forças institucionais.

A participação do Estado na construção e na manutenção desse ambiente violento se apresenta em diferentes situações, não apenas na atuação direta através do uso das forças

²² O Massacre de Eldorados dos Carajás ocorreu em 1996 no estado do Pará, durante ação policial que visava impedir uma caminhada promovida para movimentar a luta pela desapropriação da fazenda macaxeiras, para fins da reforma agrária, uma emboscada foi realizada e 21 trabalhadores rurais foram mortos pela polícia militar do Estado.

policiais, como no massacre de Eldorado dos Carajás, mas também através da morosidade para intervir nos conflitos entre os latifundiários, garimpeiros, madeireiros e as demais comunidades camponesas, indígenas, ribeirinhas, sem-terra, dentre outras, presentes no campo, possibilitado que os primeiros atuem com violência através de ataques armados, emboscadas ou outros meios na tentativa de afugentar as populações do território disputado. O caso dos yanomami repercutido em janeiro de 2023 proporciona uma dimensão mais atual do problema.

Outro fator ligado ao Estado, que contribui para a violência dos conflitos agrários, é a atuação judiciária para resolução dos conflitos apresentados, além da falta de celeridade para decidir os conflitos, há uma massiva quantidade de decisões que prezam pelo direito de propriedade em detrimento de outros direitos coletivos e difusos, emblemática é a questão da reforma agrária, que além de se arrastar em seus procedimentos é desmobilizada dentro do judiciário, através de decisões contra as ocupações realizadas pelo Movimento Sem-Terra.

Além das políticas estatais adotadas para defesa do agronegócio que sofrem variações políticas, mas que fomentam atividades em territórios indígenas e quilombolas ou nas suas proximidades, políticas essas que foram reforçadas pela postura adotada pelo governo Bolsonaro, que procurou através da PL do garimpo regularizar a atividade em territórios indígenas e promoveu através da AGU a tentativa de permitir as atividades garimpeiras nos territórios vizinhos às comunidades indígenas, mesmo o garimpo sendo uma atividade de alto impacto ambiental que afeta a água, a caça e a cultura das comunidades próximas.

O aumento do desmatamento, principalmente na região amazônica, também mantém relação com a postura de defesa do agronegócio adotada pelo Estado. Durante o governo Bolsonaro, esse movimento foi estimulado através do desmonte de agências de proteção, como IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis), onde a troca de superintendentes estaduais para aliados do governo, conjuntamente com o fechamento de unidades e a não renovação do quadro de fiscais, impactou na redução das fiscalizações sobre os crimes ambientais.

Outras ações adotadas pelo Estado também causam impacto para a questão ambiental, e nesse caso os grupos específicos apresentados não são os únicos atingidos, apesar da proximidade física representar riscos maiores para eles, mas sim todo o conjunto da população, e o aumento das liberações para uso de agentes químicos utilizados nas lavouras do agronegócio é emblemático exemplo dessa questão.

Segundo os dados da ABRASCO, houve aumento significativo no número de registros de produtos agrotóxicos liberados para uso no Brasil durante o governo Bolsonaro, esses produtos, como o glifosato, são prejudiciais à saúde tanto de quem produz utilizando-os como dos consumidores desses produtos. Denúncias sobre os efeitos maléficos dos agrotóxicos para a saúde humana e ambiental são realizadas, mas ainda não proporcionaram uma regulamentação rigorosa para seu uso no Brasil e, enquanto isso, os doentes são negligenciados para conseguir assistência médica.

A exposição a longo prazo a poluentes antropogênicos, inclusive os agrotóxicos, entre outros fatores de risco, podem ter uma associação positiva com doenças crônicas, como doenças neurodegenerativas e diabetes, alguns tipos de cânceres, obesidade, defeitos cardíacos congênitos, hipertensão e maior vulnerabilidade a infecções microbianas e virais e sua mortalidade. Os agrotóxicos impactam a saúde humana por meio de mecanismos celulares e extracelulares, diretos e indiretos, de forma complexa e, muitas vezes, sinérgica. Esses agentes induzem mediadores pró-inflamatórios de macrófagos, expressão de aromatase, fatores de crescimento e estresse oxidativo, estrogenicidade, carcinogênese, danos ao DNA, alterações genômicas, epigenéticas, desenvolvimento embrionário anormal e obesidade (ABRASCO, 2021, p.60 apud TSATSAKIS et al, 2020).

A destruição da terra seja pelo desmatamento, pelo envenenamento dos solos, ou a realização de outras atividades que geram impactos ambientais são problemas denunciados por diversos órgãos que buscam a defesa do meio ambiente, não só no Brasil, mas no mundo, pois esse é um ataque contra todos, que traz consequências graves para todo o planeta já que coloca em risco a manutenção da vida na terra.

O aquecimento global é característica marcante dessas práticas predatórias que levam à incerteza quanto a manutenção da vida no planeta e a continuação das mesmas práticas produtivas tendem a aprofundar seus impactos, portanto, não é possível pensar na conservação do meio ambiente sem levar em consideração a alteração completa do sistema capitalista que sustenta essa forma de exploração predatória.

A introdução da luta indígena e de seus movimentos no seio do capitalismo, portanto, se dá na compreensão da destruição da natureza e da falha metabólica. O próprio capitalismo entendeu essa falha e vem tentando corrigir, mas em sua visão individualista acumulativa, não consegue senão propor medidas ainda mais perversa e propõe uma economia verde, que nada tem a ver com a revolução verde que foi, e continua sendo, profundamente pressionadora da natureza. A economia verde, ou capitalismo verde, propõe transformar a natureza em mercadoria como forma de protegê-la. É a arma que o capitalismo tem, transformou o trabalho, o dinheiro, a terra e o conhecimento em mercadoria, e agora deseja transformar a natureza. Todas essas transformações tiveram consequências desastrosas, mas ao transformar a natureza em mercadoria, isto é, os processos naturais, como o sequestro de carbono e os assim chamados serviços ambientais, acaba por afastar ou impedir a ação dos povos tradicionais e dos camponeses que geram pouco impacto na natureza, aumentando a

contradição e recrudescendo a luta de classes na periferia. Como demonstra Daniel Tanuro (2011), o capitalismo verde é impossível.

Ao lado das propostas de mercantilização da natureza, dos serviços ambientais, das águas, há dentro do sistema hegemônico outras tentativas de proteger a natureza como a criação de grandes parques e locais de exclusão humana. Estas tentativas se dão em geral diretamente contra os povos tradicionais, como se a culpa de degeneração da natureza fosse do ser humano e não do sistema capitalista colonial e dependente. Isto é, muitas vezes, com o argumento de proteger a natureza o capitalismo age contra os povos e os camponeses dificultando a manutenção de sua cultura e sua relação com a natureza (SOUZA FILHO, 2023, p.97).

E mais uma vez o lucro é individualizado, mas as perdas são coletivizadas e recaem principalmente entre as populações mais vulnerabilizadas e divergentes dessa forma de atuação predatória contra o meio ambiente; é uma conjuntura que envolve a história das regiões periféricas do capitalismo e desemboca no formato atual de produção e reprodução social que não se sustenta e que tem a capacidade de levar consigo, para além da reparabilidade todo o planeta.

Nessa conjuntura, o Brasil possui destaque mundial como produtor dentro do capitalismo, ao mesmo tempo que a população trabalhadora, camponesa ou pertencente às comunidades tradicionais convivem com a violência necropolítica, as articulações do capitalismo dependente interferem nas ações adotadas pelo Estado e a vida dessas populações é deliberadamente colocada em risco em nome do lucro da classe burguesa nacional e internacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Lá vem a senhora com a sacola da feira
Cheia de banana estragada da xepa
Mandaram tudo em dólar pra fora
(...)*

*Nosso imposto suado sem infra
Minhas amigas todas armadas na rua
Não vem, não adianta julgar
Julgue a justiça em falta
(...)*

*Água benta em todos os cantos
Extrato de cânhamo pra dor
Levante a cabeça pros racistas
Nossa incompetência política
Todas as mazelas
Que desfazem a bondade do mundo e a evolução
Fármacos, políticos corruptos
Organizações tenebrosas
Deus, livrai-nos do mal
(Foice-Vanessa da Mata)*

O Brasil, conforme os dados apresentados durante o trabalho, é atualmente um grande produtor mundial do agronegócio e ocupa dentro do capitalismo mundial um espaço importante no mercado internacional desses produtos. Essa importância advém de um desenvolvimento histórico da região latino-americana e esse histórico revela a forma como as atividades são realizadas e o impacto político e social da categoria sobre a totalidade da realidade brasileira atual.

Rico em biomas, em espécies animais e vegetais, em povos, em culturas e em conflitos, o ambiente agrário brasileiro é plural e diverso, correspondendo a um universo carregado de relações sociais e econômicas que impactam no formato de toda a sociedade, buscamos aqui elucidar um pouco dessas relações, das suas características e do seu propósito. Para isso, foi necessário abordar a formação histórica do Brasil enquanto território, uma formação que está intrinsecamente relacionada com o ambiente rural, já que o peso dos acontecimentos do campo determinou os rumos da história brasileira, um processo que continua no presente.

A construção do Brasil como país produtor e exportador de matérias primas está no cerne do desenvolvimento capitalista brasileiro, desde a construção da relação metrópole colônia a vocação agrária brasileira foi explorada, e então o capitalismo se estabeleceu de maneira dependente, isso significou que o desenvolvimento industrial, brasileiro mas também

latino-americano, se estruturou a partir do desenvolvimento das atividades agrário exportadoras e forjou a relação entre elites agrárias e burguesas internas dos países da América-Latina, e as elites do capitalismo externo e central.

Esse contexto econômico impactou os rumos sociais da região, as populações que compõem o ambiente rural participam das lutas de classes. Os conflitos agrários presentes em todos os países da América Latina advém de lutas históricas, como a luta indígena da região para terem reconhecimento e proteção de seus territórios e cultura. Nesses conflitos, a influência do capitalismo mundial e local se apresentam sobre diferentes formatos e procuramos destacar o formato necropolítico e o apoio do Estado para a construção e manutenção dessa realidade.

Portanto, justifica-se a importância de observar o histórico de desenvolvimento do ambiente agrário e dos conflitos que o permeiam na atualidade, rememorando as modificações e permanências que houve nos processos sociais e econômicos desse espaço, o que torna perceptível o papel estruturante que exerceu o campo e que ainda exerce na sociedade e na economia dos países latino-americanos e especialmente do Brasil.

O capitalismo dependente, presente no território brasileiro, se configurou conjuntamente ao desenvolvimento do Estado, e as relações estabelecidas a partir desse desenvolvimento conjunto revelam como o Estado atua de maneira a preconizar as necessidades das classes burguesas do capitalismo nacional e internacional, através de diferentes mecanismos, em detrimento as necessidades do restante da população. Essa influência do capitalismo dependente sobre o Estado não está limitada às ações meramente econômicas, mas também respingam na orientação para atuação sobre os conflitos sociais estabelecidos no campo.

Retomando esses conceitos, aprofundados durante todo o trabalho, podemos verificar que os conflitos agrários no Brasil possuem uma enorme conexão com os caminhos econômicos traçados por aqui, as disputas entre os setores econômicos e de classe desenharam as disputas entre latifundiários, fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e agricultores familiares, posseiros, sem-terra, indígenas e quilombolas, disputas marcadas principalmente pela violência, em seus diversos formatos, que também é ocasionada pelo Estado e suas instituições.

Os conflitos agrários são diversos, mas caracterizam-se principalmente através da disputa pelo acesso e permanência na terra contra o avanço do capitalismo no campo, as estruturas de produção e a relação com o meio ambiente são completamente divergentes entre os principais componentes dos conflitos agrários brasileiros. De um lado, temos a produção

capitalista, monocultora, altamente mecanizada e do outro comunidades tradicionais e agricultores camponeses que produzem de maneira mais sinérgica com a natureza. Essa divergência produz a violência, seja violência física, social ou econômica, que colocam em risco a existência dessas comunidades em diferentes níveis.

É através dessa perspectiva de análise que encontramos os casos em que a violência e o terror são distribuídos pelo Estado para toda a população, configurando assim uma necropolítica, que segue as vontades do capitalismo dependente. Reconhecemos nesse cenário como componente à superexploração do trabalhador rural, uma característica que apesar de ser estrutural do capitalismo enquanto modo de produção, em qualquer ambiente do mundo, adquire nos países periféricos traços particulares importantes que revelam uma superexploração mais audaciosa da categoria.

As condições de existência dos trabalhadores da América Latina e do Brasil não são completamente garantidas, a superexploração causa dificuldades para que todos os trabalhadores alcancem uma existência digna e no campo esse fenômeno também pode ser observado. Com índices maiores de subempregos, salários abaixo do mínimo recomendado e dificuldades maiores para acessar direitos básicos como saúde e educação, os trabalhadores rurais se encontram reféns de condições que caracterizam a sua maior exploração.

Essa superexploração se encaixa na necropolítica voltada para a categoria, o trabalho extenuante, perigoso e de difícil fiscalização, em muitos casos expõe os trabalhadores a perigos maiores de lesões, doenças ou morte, como os agrotóxicos aplicados nas culturas onde esses trabalhadores estão presentes, que possuem alta capacidade de contaminação do ambiente em que os trabalhadores estão inseridos, mas também, para além dos locais de trabalho, contaminam toda a comunidade se estendendo até as casas, as escolas e a água consumida nas proximidades das lavouras.

Casos de aplicação de agrotóxicos sobre escolas e comunidades já foram registrados no Brasil, em comunidades próximas às lavouras às quais os produtos eram destinados, e as consequências para os atingidos pela contaminação não se limitaram a questões de saúde, apesar de essa ser a principal pauta acerca da questão, entretanto os responsáveis não são punidos ou são pouco responsabilizados, assim como ocorreu nos casos de rompimento das barragens de Mariana em 2015 e de Brumadinho em 2019, o que aumenta os riscos de repetição dos desastres ambientais.

Os impactos das contaminações por agrotóxico e dos desastres ambientais provocados por grandes empresas não estão restritos apenas às populações diretamente atingidas, toda a sociedade é envolvida nesses casos e sente o impacto das consequências, seja pelas ações de emergência necessárias e pelo gasto do Estado para apoiar as comunidades atingidas, seja pela destruição ambiental que pode ser irreparável em alguns casos, como os desastres das barragens, ou na presença de contaminação dos produtos e da água provocadas pelo uso de agrotóxicos.

Mas além da necropolítica sobre a população trabalhadora do campo, é possível verificar a sua presença na atuação do Estado frente aos conflitos agrários, nesses espaços a violência é perceptível através das decisões judiciais que favorecem o agronegócio, no uso da Polícia Militar para intervir nos conflitos e nas políticas que fomentam o setor, mas não são realizadas para proteger as comunidades tradicionais ou promover as atividades camponesas. Apesar dos conflitos agrários estarem espalhados pelo território nacional e de serem de ordens diferentes, possuem em comum a conexão com o movimento do capitalismo, sendo que as disputas, principalmente envolvendo áreas produtivas, estão conectadas às necessidades do mercado mundial.

Essa conexão pode ser observada a partir da onda neoliberal extremada que impactou o Brasil desde os anos 2010, causando mudanças políticas e sociais importantes no país, que protegeram os interesses do capitalismo e do agronegócio através da adoção de políticas econômicas, investimentos e da realização de desmonte dos sistemas de proteção anteriores, enquanto os índices de violência registrados pela CPT sobre os conflitos agrários, registraram aumento significativo, assim como os dados de desmatamento e o desmonte de políticas públicas que fomentavam as produções da agricultura familiar ou buscavam realizar a reforma agrária.

Nessa conjuntura procuramos perceber como o formato da necropolítica brasileira no campo se revela, estando a população camponesa, trabalhadora ou pertencente aos movimentos sociais e comunidades tradicionais, expostas ao fazer matar e deixar morrer, característico dessa teoria, isso para que as necessidades do capitalismo dependente e do neoliberalismo sejam atendidas. O desenvolvimento do capitalismo necessita da exploração de recursos e pessoas de maneira predatória e a forma como esses objetivos são alcançados hoje foram gestados na colonização, o racismo e a violência desse período foram cooptados pelo sistema capitalista para atingirem novos espaços, mas também ainda mantém essas regiões reféns das mesmas condições.

A justificativa que permite a naturalização da violência, da pobreza e das demais condições que caracterizam a desigualdade social da América Latina e do Brasil advém das experiências gestadas nesse passado de colonização e estão intrinsecamente relacionadas ao racismo do período e as estruturas que ele forjou nesse espaço, estruturas essas que permanecem intrincadas na sociedade, nas suas instituições e no Estado.

As populações afetadas por esse cenário, no campo e fora dele, buscam resistir a esses processos, as estratégias buscam a conscientização e a união entre diferentes povos e se utiliza de técnicas que envolvem a luta política e jurídica, e no movimento da história os momentos de conquistas e de retrocesso se sucedem; o que procuramos nesse trabalho foi desnudar um pouco desse processo. A busca por uma sociedade mais justa e igualitária passa por compreender e superar o racismo e o capitalismo, que se retroalimentam e estruturam a produção e a sociabilidade do presente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Ivy de Souza. **Biopolítica e racismo ambiental no Brasil: a exclusão ambiental dos cidadãos**. Opinião Jurídica, Medellín, Volume 12, Número 24, p.87-99, Julio-Diciembre, 2013.

AGAMBEN, Giorgio; **Estado de Exceção: Homo Sacer II**, 2ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio; **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**, 2ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.

ALMEIDA, Silvio Luiz de; **Racismo estrutural**. 5ªed- São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

_____. **Necropolítica e neoliberalismo**. Caderno CRH, [S. l.], v. 34, p. 1-10, 2021. DOI: 10.9771/ccrh.v34i0.45397. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/45397>. Acesso em: 11 maio. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA - ABRASCO; INTERNATIONAL POLLUTANTS ELIMINATION NETWORK - IPEN. **Agronegócio e pandemia no Brasil: uma sindemia está agravando a pandemia de covid-19?**, 2021, disponível em < https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/05/Agronegocio_-_Abrasco-IPEN.pdf.> acesso em 10 de Dez. de 2021.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-americano**. 4. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2019.

_____. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. 1 ed. México: Série Popular Era, 1978. Tradução Lorena Duailibe. Lavra Palavra, 2020. Disponível em: <<https://lavaxpalavra.com/2020/09/29/teoria-da-dependencia-uma-anticritica/>> acesso em 25 de Abr. de 2021.

BELIK, Walter. **Agroindústria e Política Agroindustrial no Brasil**. In: Pedro Ramo et al. Dimensões do Agronegócio Brasileiro: política, instituições e perspectivas. Brasília: MDA, 2007.

_____. **Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. Revista Saúde e Sociedade. V.12, n.1, jan-jun 2003.

BENITEZ Martins, Carla; **Distribuir e punir?: capitalismo dependente brasileiro, racismo estrutural e encarceramento em massa nos governos do Partido dos Trabalhadores (2003 – 2016)**. 2018. Tese (Doutorado) – programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFG.

BERCOVICI, Gilberto. **A ordem econômica constitucional e a política agrícola**. Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico. Ano 6. N. 10. Belo Horizonte: set. 2017, fev. 2018.

BITTAR, Paula. **Indefinição sobre marco temporal abre brecha para perseguir lideranças indígenas, afirmam debatedores**. Agência Câmara de Notícias, Brasília, 23 de junho de 2022. Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/890073-INDEFINICAO-SOBRE-MARCO-TEMPORAL-ABRE-BRECHA-PARA-PERSEGUIR-LIDERANCAS-INDIGENAS,-AFIRMAM-DEBATEDORES> acesso em 24/01/2023.

BUENO, Samira (org.). **Anuário Brasileiro de Segurança pública 2022**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=15>. Acesso em 20 jan.2023.

BRASIL. **Lei Federal Nº 13.288, de 16 de Maio de 2016**, Dispõe sobre os contratos de integração, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e integradores, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113288.htm> acesso em 10 de Dez. 2021.

CALLE13. **Latinoamérica**. Sony BMG: 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DkFJE8ZdeG8>. Acesso em 20 out.2020.

CAZUZA. **Brasil**. Philips Records: 1988. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kCUZr_K8et8. Acesso em 25 de out.2020.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA - CEPEA; CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUARIA DO BRASIL - CNA. **PIB Agro**. CEPEA-USP/CNA, 17 mar, 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 24/03/2023.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Massacres no Campo**. 12 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/massacresnocampo>> acesso em 24 de fev. de 2022.

_____. **Violência contra ocupação e posse**, disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5889-dados-parciais-da-cpt-violencia-contra-ocupacao-e-a-posse-assassinatos-de-sem-terras-e-mortes-em-consequencia-disparam-em-2021>> acesso em 12 de Dez de 2021.

_____. **Conflitos no campo Brasil 2021a**. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14271&catid=41&m=0>. Acesso em 14 jan. 2023.

_____. **Violência contra a pessoa: aumento de 75% nos assassinatos, mais de 1.000% nas mortes em consequência de conflitos e dois massacres marcam 2021b** [press release]. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14248&catid=89&m=0>. Acesso em 14 jan. 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2021**. ISSN 1984-7645, Brasília-DF, 2021.

_____. **Invasões em terras indígenas tiveram novo aumento em 2021, em contexto de violência e ofensiva contra direitos**. CIMI, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/#:~:text=Em%202021%2C%20o%20Cimi%20registrou,201%20terras%20em%2019%20estados>. Acesso em 24/01/23.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. **Boletim da Agricultura Familiar**, v.1, n.3, 2021. Disponível em: <

<file:///C:/Users/user/Downloads/BoletimZdaZAgriculturaZFamiliarZ-ZNovembroZ2021.pdf>> acesso em 10/12/ 2021.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos PAA: resultado das ações da Conab 2016**, Compendio de Estudos Conab/ Companhia Nacional de Abastecimento. – v.1, 2016. Brasília: Conab, 2016 -, disponível em: < file:///C:/Users/user/Downloads/Compendio-V27-PAAZ2020_2.pdf > acesso em 09/12/ 2021.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos PAA: resultado das ações da Conab 2019**. Compendio de Estudos Conab/ Companhia Nacional de Abastecimento. – v. 1, 2016. Brasília: Conab, 2016 -, disponível em: < [file:///C:/Users/user/Downloads/Compendio_de_Estudos_da_Conab_V.9 - Resultados do PAA - 2016 1.pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/Compendio_de_Estudos_da_Conab_V.9_-_Resultados_do_PAA_-_2016_1.pdf) > acesso em 09/12/2021.

DELGADO, Guilherme Costa. **A questão agrária no Brasil, 1950-2003**. In: JACCOUD, Luciana. Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: Ipea, 2005. p. 51-90.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATISTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS - DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.contag.org.br/arquivos/porta1/file/site/DIEESE%20EST%20PESQ%2074%20trabalho%20rural%20%281%29.pdf>. Acesso em: 22/01/2023.

EMICIDA, VANESSA DA MATA. **Passarinhos**. São Paulo: Laboratório Fantasma: 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IJcmLHjAJ4>, 4min33seg, acesso em 25 de outubro de 2020.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina**. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**; organização e tradução Roberto Machado. 25 ed. São Paulo: Edições Graal, 2012.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. Tradução por Eduardo Brandão. 1 ed. São Paulo, 2008.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS - FUNAI. **Demarcação**. Brasília, 10 de Março de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcao-de-terras-indigenas> acesso em 26/03/2023.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

FRIEDERICH, Karen (org.). **Dossiê contra o pacote de veneno e em defesa da vida**. 1. Ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/resultados-censo-agro-2017.html>. Acesso em 03/02/ 2023.

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: características gerais dos moradores 2020-2021**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101957_informativo.pdf. Acesso em: 28/04/2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Comércio exterior do agronegócio: janeiro de 2023**. Carta de Conjuntura, n.58, nota técnica 12-1º trimestre de 2023. Brasília: IPEA, 2023. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2023/02/230210_cc_58_nota_12_comercio_exterior_agro.pdf. Acesso em 11/03/2023.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Nota Técnica n.360/2021**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/02/incra-documento-STF-.pdf>. Acesso em 03/02/2023.

_____. **Números da Reforma Agrária, famílias assentadas- histórico**. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria> acesso em 14/12/2021.

KATZ, Claudio. **A teoria da Dependência 50 anos depois**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LIMA, Kevin. **PF vai investigar se houve omissão de agentes públicos no território yanomami, diz Flávio Dino**. Portal G1, Brasília, 23, janeiro de 2023. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/23/pf-vai-investigar-se-houve-omissao-de-agentes-publicos-no-territorio-yanomami-diz-flavio-dino.ghtml> acesso em 24/01/2023.

LUCENA, André. **Governo Bolsonaro ignorou ao menos 21 pedidos de ajuda a povos yanomami**. Carta Capital, 22, janeiro de 2023. Carta Expressa. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/governo-bolsonaro-ignorou-ao-menos-21-pedidos-de-ajuda-a-povos-yanomami/> acesso em 24/01/23.

MAIA, Claudio Lopes. **Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960**. 2008. Tese, Programa de Pós-graduação em História UFG.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Tradução: Carlos Eduardo Martins. 10ed. Mexico: Editora era, 1973.

MARQUES, Morena Gomes. **Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo.** Revista Katályses, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 137-146, 02 ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p137>. Acesso em 09/03/2022.

MARTINS, Carlos Eduardo. **A teoria da dependência, 20 anos depois de Ruy Mauro Marini.** Blog Boitempo, 13 jun. 2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/07/13/a-teoria-da-dependencia-20-anos-depois-de-ruy-mauro-marini/>. Acesso em: 20/08/2021.

MARTINE, George. **A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?** Revista Lua Nova, n 23, p.07-37. São Paulo, 1991.

MATA, VANESSA DA. **Foice.** Vanessa da mata: 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=JJb4H6B1_qw. Acesso em 20 mar. 2023.

MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa.** 3ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução por Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

_____. **Sair da grande noite:** ensaio sobre a África descolonizada. Tradução por Narrativa traçada. Manguade: Edições Pandago, 2014.

_____. **Crítica da razão negra.** Tradução por Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018b.

MEDEIROS, Camila de. **MST reúne 4 mil pessoas para celebrar a maior produção de arroz orgânico da América Latina.** MST, 17 mar. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/17/mst-reune-4-mil-pessoas-para-celebrar-a-maior-producao-de-arroz-organico-da-america-latina/#:~:text=O%20MST%20lidera%20h%C3%A1%20mais,segundo%20levantamento%20do%20Grupo%20Gestor>. Acesso em: 02/05/2023.

MIRANDA Da Silva, Isabela; **Racismo Institucional e colonialidade do poder punitivo nos discursos e nas práticas criminais: os casos dos mortos de pedrinhas** (São Luís/MA). -2018. Dissertação (Mestrado) – programa de Pós-Graduação em Direito, Unb.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática- da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **A Lei de Sesmaria e a ocupação colonial**: sobre as leis. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito 1795-1854*. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2012. p. 129-197.

MOVIMENTO SOCIAL SEM-TERRA – MST. **MST por despejo zero**. Disponível em: <https://mst.org.br/especiais/mst-por-despejo-zero/#apresentacao>. Acesso em 28/02/2023.

OLIVEIRA, Larissa de Carvalho. **Intoxicados e silenciados: contra o que se luta?** *Tempus actas de saúde coletiva*, v.8, n.2, p. 109-132, 2014.

POMPEIA, Caio. **A formação política do agronegócio**. Curitiba: Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2018, tese de doutorado.

_____. **Concertação e poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.35, n.104, 2020.

_____. **A Reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares**. In: *Revista Antropolítica*. n.53, Niterói, 2021.

PORTAL G1. **Quase 100 crianças morreram na Terra Indígena Yanomami em 2022, diz Ministério dos Povos Indígenas**. Portal G1, Boa vista, 21, janeiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/21/mais-de-500-criancas-morrem-na-ti-yanomami-e-lula-deve-decretar-estado-de-calamidade-publica.ghtml> acesso em 24/01/23.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 27 ed. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Coords.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 73-117.

_____. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In : LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RACIONAIS MCS. **Negro drama**. São Paulo: Cosa Nostra: 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tWSr-NDZI4s>. Acesso em 25 ago.2021.

RACISMO AMBIENTAL. **Repressão a manifestação indígena em Brasília deixa três feridos e dez pessoas intoxicadas com gás**. *Combate Racismo ambiental*, Brasília, 2021. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2021/06/23/repressao-a-manifestacao-indigena-em-brasilia-deixa-tres-feridos-e-dez-pessoas-intoxicadas-com-gas/> acesso em: 13/11/2022.

REDE PENSSAN. **VIGISAN Inquérito Nacional Sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, disponível em: < http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf> acesso em dezembro de 2021.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, Theotônio dos. **Socialismo ou fascismo: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano**. 1. ed. Coleção pátria grande, v7. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

SASSINE, Vinícios. **Governo Bolsonaro utiliza AGU para defender mineração em terras indígenas mesmo sem lei**. Folha de São Paulo, Brasília, 02 de abril de 2022. Folhajs. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/04/governo-bolsonaro-utiliza-agu-para-defender-mineracao-em-terras-indigenas-mesmo-sem-lei.shtml>. Acesso em 24/01/23.

SCWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SILVA, J Graziano da. e STOLCKE, Verena (orgs). **A questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SECOS & MOLHADOS. **Sangue latino**. Continental: 1973. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ygUuXtg98zA>. Acesso em 25 ago. 2021.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO - SIT. **Atuação da inspeção do trabalho no Brasil para a erradicação do trabalho análogo ao de escravo – balanço 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/relatorio-2020-sit-oit-1.pdf>. Acesso em 20 jan.2023.

_____. **Painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil: fiscalização do trabalho escravo em 2022**. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 29/03/2023.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

_____. **Função Social da Propriedade**.in: SONDA, C.; TRAUENZNSKI, S.C. (orgs.). Reforma agrária e meio ambiente: teoria e prática no Paraná. Curitiba: ITCG, 2010, p. 181-198.

_____. **Lutas de classe na América Latina**. InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais, v.9, n.1, jan./jun 2023, Brasília, p.77-102.

VERDÉLIO, Andreia. **Bolsonaro diz que não fará demarcação de terras indígenas**. Agência Brasil, Brasília, 16 de agosto de 2019. Política. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-08/bolsonaro-diz-que-nao-fara-demarcacao-de-terras-indigenas> acesso em 23/01/2023.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. **Diferenças e semelhanças entre a agricultura familiar e a agricultura camponesa**. Geografia em questão, [S.L.], v.15, n.01, 2022, p.28-73. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/24963>.

WEISHEIMER, Nilson. **Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar**. Olhares sociais, Cruz das Almas, volume 02, número 01, p.51-78, maio, 2013.

WESTIN, Ricardo. **BNDS muda foco e financia mais o agro que a indústria; economistas e senadores criticam**. Agência senado, Brasília, 26 junho de 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/06/bndes-muda-foco-e-financia-mais-o-agro-que-a-industria-economistas-e-senadores-criticam> Acesso em: 02/05/2023.